

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

IVANI COSTA

**O CAPITAL SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA
VIABILIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E
SUSTENTÁVEL: Um estudo comparativo entre localidades
participantes do pacto “Novo Cariri” dentro do programa
SEBRAE-PB / Rede DLIS**

**JOÃO PESSOA – PB
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

IVANI COSTA

**O CAPITAL SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA
VIABILIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E
SUSTENTÁVEL: Um estudo comparativo entre localidades
participantes do pacto “Novo Cariri” dentro do programa
SEBRAE-PB / Rede DLIS**

Dissertação submetida a apreciação da banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia de Produção.

Professor orientador: Prof. Gesinaldo Ataíde Candido, Dr

Área de concentração: Gestão da Produção

Subárea: Tecnologia, Trabalho e Organizações

**JOÃO PESSOA-PB
2007**

C837o Costa, Ivani

O capital social como instrumento para viabilização do desenvolvimento local e sustentável: um estudo comparativo entre localidades participantes do pacto “novo cariri” dentro do programa SEBRAE-PB / REDE DLIS / Ivani Costa - João Pessoa, 2007.

119 fl. il.:

Orientador: Prof. Dr. Gesinaldo Ataíde Candido

Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) PPGEP / Centro de Tecnologia/ Campus I / Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

1. Desenvolvimento local 2. Capital Social 3. Atores locais 4. Gestão da Produção 5. Organização do Trabalho I.Título...

CDU: 658.5 (043)

IVANI COSTA

**O CAPITAL SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA VIABILIZAÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL: Um estudo
comparativo entre localidades participantes do pacto “Novo Cariri” dentro
do programa SEBRAE-PB / Rede DLIS**

Dissertação julgada e aprovada em 16 de Abril de 2007 como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Gesinaldo Ataíde Candido Dr
Universidade Federal de Campina Grande
Orientador

Prof. Guilherme de Albuquerque Cavalcanti Dr.
Universidade Federal da Paraíba
Examinador

Prof. Geraldo Maciel. Dr
Universidade Federal da Paraíba
Examinador

Prof^a. Lia Hasenclever. Dr^a
Instituto de Economia da UFRJ
Examinador Externo

Dedico este trabalho as mulheres de minha vida:
Ana Patriota Costa e Iana Costa e Silva mãe e filha
companheiras de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus** por me possibilitar as condições necessárias para a realização deste momento inesquecível e também por me dar forças, saúde e inspiração de vencer a cada dia.

À **família**, minha gratidão pelo amor e dedicação e, sobretudo pelos exemplos de capacidade de trabalho, de obstinação e perseverança. Com destaque para a minha **mãe**, pelo permanente e incansável estímulo aos estudos e pela convicção de que a educação era a maior contribuição que poderia oferecer aos seus;

A **Iana Costa e Silva**, razão maior da minha existência, pela possibilidade de um aprendizado constantemente renovado;

A **Gesinaldo Ataíde Cândido**, o Professor Gil, pela orientação, pelo apoio e profissionalismo, pelos ensinamentos fundamentais e pela amizade demonstrada nesses anos de convivência;

A **Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos, Elisabeth de Oliveira Andrade e Isabela Assis Guedes**, pela dedicada colaboração nos trabalhos de coleta de dados e estruturação do trabalho;

A **Jailma Araújo dos Santos e Natanael Rohr da Silva** pelo entusiasmo, dedicação e comprometimento, os quais servem como um valioso estímulo para dar continuidade às minhas atividades;

Aos meus colegas de SEBRAE, **João Bosco da Silva e João Alberto de Miranda Leite**, pelo apoio e paciência na execução da pesquisa;

Aos amigos **João Batista de Sousa e Avani Torres** pelos dias e noites de colaboração, companheirismo e amizade.

Ao SEBRAE/PB, pela fonte constante de aprendizado que tem sido para mim.

“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor. Mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser, mas graças a Deus não somos o que éramos”.

Martin Luther King

RESUMO

Um dos grandes desafios que desponta neste início de século para o Brasil é o paradoxo entre os elevados índices de desenvolvimento tecnológico e de produtividade em oposição às crises sociais que se materializam na crescente disparidade econômica e social da população. Diante desse contexto, é crescente a necessidade de realizar estudos que se orientem além das perspectivas teóricas tradicionais, numa tentativa de compreender e expandir o conceito de desenvolvimento. Considerando os pressupostos anteriormente descritos, este trabalho tem como foco o estudo de uma experiência para geração do desenvolvimento local – *Pacto Novo Cariri*, baseada numa abordagem participativa com intenções explícitas na reprodução do capital econômico, no capital humano e no capital social. Nesse sentido, este estudo busca analisar e comparar nos municípios de Monteiro e Serra Branca, localizados no cariri paraibano, o nível de desenvolvimento local, a partir da intensidade de capital social sob a ótica de suas respectivas dimensões. Foi aplicado um estudo de caso múltiplo, a partir dos parâmetros e critérios pré-estabelecidos pelo SEBRAE-PB e a metodologia da Rede DLIS de aplicação de ações e políticas direcionadas para a geração do desenvolvimento local. A partir dos resultados obtidos com realização da pesquisa, pôde-se perceber que o município de Monteiro apresenta maior intensidade de capital social, o que contribuiu para o êxito da experiência do DLIS aplicada naquela localidade. Com isso, percebe-se que um mesmo projeto posto em prática em uma região por inteira pode apresentar, em seus resultados, uma defasagem de acordo com uma maior ou menor cumplicidade da comunidade local. Este fato deve-se à forma diferenciada que determinados projetos são implementados nos diversos municípios, recebendo influências externas e internas dos diversos atores, desencadeando ou não a elevação das oportunidades, o dinamismo econômico e o aumento da qualidade de vida de forma sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Capital Social. Atores locais.

ABSTRACT

One of the great challenges of the beginning of XXI Century for Brazil is the paradox between the high level of Technological development and productivity on deterioration of social crisis that materialize in growing economic and social dispariting among population. In face of this context, increase the necessity to do studies that taken place beyond traditional theoretical perspectives, in an attempt to understand and expand the concept of development. Considering previous described purposements, this study has main focus analyze a experience to generate local development – Pacto Novo Cariri – based in a participative approach with explicit intentions in economic capital reproduction and in social capital. In this way, this study search to analyse and compare in Monteiro and Serra Branca municipalities, situated in “cariri paraibano”, local development level, related to social capital intensity under the optic of theins respective dimensions, where was applied a multiple research, using parameters and criteria pre-established by SEBRAE-PB and a DLIS Network methodology concerning to actions and policy direct to generate local development. With basement in real results, this research can perceive that the municipality of Monteiro show more intensity in social capital and its contribution to success of the experience of DLIS applied to that local. Although, was perceived that a whole project that cove all region would present in their results a gap in accordance with a bigger or minor cumplcity of local community. This fact ought to the differentiate form that determined projects that were implemented in several municipalities, receiving actors, proportionate or not an opportunity to increase, economic dynamism and better quality of life in a sustainable way.

Key words: Local development. Social Capital. Local actors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fatores determinantes do Capital Social.....	26
Figura 2 - Tríade da Sustentabilidade.....	37
Figura 3 - Passos básicos para implantação do DLIS.....	39
Figura 4 - Cariri Paraibano	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Concepções de Desenvolvimento Local Sustentável	41
Quadro 2 - Dimensões e categorias	55
Quadro 3 - Categorização e parâmetros	57
Quadro 4 - Resultado Geral da Análise de Conteúdo.....	103

LISTA DE SIGLAS

AABB - Associação Atlética Banco do Brasil

AED - Programa público composto pelo SEBRAE, pelo PNUD, pela UNESCO, pelo Projeto DLIS e pela ARCA, com o propósito de aumentar a capacidade de gestão e a capacidade de empreender de micro e pequenas empresas

AMPARE - Associação Mantida por Pais e Amigos da Educação CDL - Câmara de Diretores Lojistas

ARCA - Associação para a Recuperação e Conservação do Ambiente

CENDOV - Centro de Desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinocultura

CS – Capital Social

DELNET - Programa de apoio ao Desenvolvimento Local do Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho

DL – Desenvolvimento Local

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

DLS – Desenvolvimento Local Sustentável

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FUNDAC – A Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente

GTZ - Cooperação Técnica Alemã (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit)

IACOC - Incubadora de Agronegócios do Cariri Paraibano

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROCARIRI - Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano

PROGRAMA URBIS - Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos

QI-MCS - Questionário Integrado para Medir Capital Social

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SOCREMO - Sociedade Cultural Recreativa de Monteiro

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	13
1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.2 JUSTIFICATIVA	16
1.3 OBJETIVOS	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos	17
1.4 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO.....	18
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA	19
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE CAPITAL SOCIAL.....	20
2.2 A GENEALOGIA DO TERMO CAPITAL SOCIAL	21
2.3 CONCEITOS DE CAPITAL SOCIAL	23
2.4 OS ENFOQUES E AS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO	29
2.5 O DESENVOLVIMENTO LOCAL	32
2.6 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	36
2.7 DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL (DLIS).....	39
2.8 O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL NO CARIRI PARAIBANO: O “PACTO NOVO CARIRI”	42
2.8.1 Justificativa e Objetivos do Programa.....	42
2.8.2 Modelo de Gestão	44
2.9 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO.....	45
2.10 INSTRUMENTO DE PESQUISA DO BANCO MUNDIAL – QI-MCS	48
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
3.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA	52
3.2 OS DADOS DA PESQUISA	53
3.4 SEQÜÊNCIA METODOLÓGICA PARA CONDUÇÃO DA PESQUISA.....	57
3.5 CARACTERÍSTICAS DO CONTEXTO DA PESQUISA	58
3.5.1 O Cariri Paraibano	58
3.5.2 A cidade de Monteiro	60
3.5.3 A cidade de Serra Branca	61
3.6 AMBIENTE DA PESQUISA.....	62

3.7	ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	63
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS		65
4.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS	65
4.1.1	Dimensão 1 - Apoio Comunitário	65
4.1.2	Dimensão 2 - Capital Social Estrutural	75
4.1.3	Dimensão 3 - Redes e Organizações de Apoio Mútuo.....	79
4.1.4	Dimensão 4 - Ação Coletiva Prévia	83
4.1.5	Dimensão 5- Capital Social Cognitivo	86
4.1.6	Dimensão 6 - Perfil Organizacional	96
4.2	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	102
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES		106
REFERENCIAS		119
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA.....		1199

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

O Brasil vive um momento em sua história em que, paradoxalmente, pode-se observar os elevados índices de desenvolvimento tecnológico e de produtividade em detrimento das crises sociais que se materializam na crescente disparidade econômica e social da população.

No caso do Nordeste, percebe-se que esta disparidade ainda é mais acentuada, visto que essa região aparenta ser marcada por relações clientelísticas entre os detentores do poder público e a população em geral, além da importância relativa do Estado na economia.

Diante desse contexto, é crescente a necessidade de se realizar estudos que se orientem além das perspectivas teóricas tradicionais, numa tentativa de compreender e expandir o conceito de desenvolvimento, assim como sua importância e necessidade para a construção de uma democracia consolidada e sustentável, baseada na lei e na ordem, na economia social, na estabilidade e no adequado funcionamento das instituições políticas, pelo respeito da opinião pública e, fundamentalmente, pela inclusão dos cidadãos na esfera pública. Neste sentido, um caminho para a adoção de políticas de desenvolvimento é a preocupação com contextos e especificidades locais.

Os estudos acerca das políticas e ações para a promoção do desenvolvimento local apontam que o tema é complexo, controverso, com baixo nível de consenso e visões antagônicas entre as suas abordagens. De um modo geral, estas abordagens podem ser sintetizadas em três correntes. A primeira, que aponta as experiências de desenvolvimento local como um novo arranjo industrial. A segunda, que mostra o desenvolvimento local a partir de estruturas com dinâmicas próprias, e a terceira, que defende o local como um espaço privilegiado para experiências de desenvolvimento baseadas em práticas participativas entre indivíduos e instituições locais.

Nesta terceira abordagem, a promoção do desenvolvimento local deve envolver ações direcionadas para a mobilização da sociedade, a construção de parcerias entre atores do Estado, do mercado e da sociedade na busca de: 1) identificar as potencialidades para a geração do desenvolvimento; 2) convergir os investimentos direcionados pelas potencialidades locais; 3) capacitar as lideranças locais para o planejamento participativo e a gestão compartilhada do desenvolvimento e 4) articular as instituições envolvidas com a geração do desenvolvimento.

Neste caso, o processo para geração do desenvolvimento não pode ser exclusividade do Estado ou das elites econômicas e políticas locais. A sociedade civil deve ser o ator principal no planejamento, execução e controle das práticas coletivas, envolvendo as diferentes dimensões do exercício da cidadania, através da criação de espaços de interação entre os membros da comunidade local.

É neste momento que surge uma nova abordagem de análise, que destaca uma valorização de aspectos não incluídos no convencional pensamento de desenvolvimento econômico: o Capital Social. Este pode ser considerado como um potencial produtivo e um importante ativo para o sucesso de um projeto de desenvolvimento que se insere num conjunto de esforços (institucional, cultural, político e econômico) para tentar viabilizar uma participação mais qualificada e coletiva por parte dos cidadãos.

Para a maioria dos autores que atuam com o tema “Desenvolvimento Local e Sustentabilidade”, os mecanismos voltados para a articulação dos atores sociais envolvidos com o desenvolvimento precisam ser ancorados em práticas participativas.

Neste sentido, surge à necessidade da criação de mecanismos que possibilitem participação mais direta da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas públicas, dentro do princípio de que existe uma relação direta entre o desenvolvimento local e a participação da sociedade civil.

Bandeira (1999) aborda a necessidade de se revisar as estratégias tradicionalmente adotadas na formulação de políticas regionais para promoção do desenvolvimento, como referenciado a seguir:

1. A necessidade de práticas participativas como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade;
2. A importância da vitalidade da sociedade civil atuante na vida pública para a boa governança e para o desenvolvimento participativo;
3. A importância do capital social, o qual envolve um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas.

Para tanto, é imperativo que as normas e organizações das comunidades promovam a ajuda mútua entre as pessoas, pois essas normas culturais de confiança orientadas para o bem estar comum, constituem o capital social.

Tomando como base essas premissas, a pesquisa realizada teve como foco o estudo de uma experiência para geração do desenvolvimento local, baseada numa abordagem participativa com intenções explícitas na reprodução do capital econômico, no capital humano

e no capital social, que teve como objetivo central a promoção da melhoria dos indicadores de sustentabilidade das localidades, através da construção de ambientes favoráveis às práticas de parceria, cooperação e integração entre os diversos atores sociais envolvidos na promoção do desenvolvimento.

Nesse sentido, este estudo busca analisar e comparar nos municípios de Monteiro e Serra Branca, que estão localizados no cariri paraibano, o nível de desenvolvimento local, a partir da intensidade de capital social sob a ótica de suas respectivas dimensões, onde foi aplicado um estudo de caso múltiplo, a partir dos parâmetros e critérios pré-estabelecidos pelo SEBRAE-PB e a metodologia da Rede DLIS de aplicação de ações e políticas direcionadas para a geração do desenvolvimento local.

A escolha de tais municípios deveu-se ao fato de estarem inseridos em um projeto de desenvolvimento local conhecido como o “Pacto Novo Cariri”. Tal projeto busca ampliar e dinamizar ações/atividades contribuindo para produzir o processo de desenvolvimento sustentável nas regiões do semi-árido da Paraíba, a partir de um pacto de cooperação, celebrado informalmente entre a sociedade civil, o Governo e a iniciativa privada. Engloba 31 municípios, dentre os quais puderam ser observadas experiências exitosas, assim como experiências de insucesso.

No caso do “Pacto Novo Cariri”, as ações foram coordenadas pelo SEBRAE-PB, na busca da mobilizar a participação dos moradores na direção de oferecer sustentabilidade aos pequenos negócios e, por conseguinte, a diminuição da desigualdade e erradicação da pobreza. A região que compreende o Cariri paraibano é caracterizada pela seca, entretanto, informações preliminares apontam que a situação econômica e social começou a ser revertida a partir da construção progressiva de um sistema de gestão compartilhada, envolvendo o SEBRAE-PB, o governo do Estado e instituições como o INCRA, a EMBRAPA, SENAI e as universidades públicas situadas no Estado da Paraíba, tendo como sustentáculo a participação dos governos municipais e as sociedades civis locais.

1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DE PESQUISA

O tema Sustentabilidade e Desenvolvimento Local tem sido alvo de interesse crescente tanto no ambiente político como no acadêmico. Entidades no mundo todo têm proposto metodologias que promovam os desenvolvimentos: econômico, tecnológico e social nas comunidades buscando aproveitar o seu potencial de uma forma sustentável, ou seja, sem

comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades. Esse é o conceito adotado pelo Banco Mundial para Desenvolvimento Local Sustentável. Todavia, embora o conceito seja claro em sua concepção, quando se trata da implementação prática de propostas vinculadas a essa filosofia, emergem desafios e diferentes responsabilidades para a sociedade como um todo.

A partir destas considerações, adquire cada vez mais importância à realização de estudos que procurem entender as perspectivas e fatores para a promoção do desenvolvimento, dentre eles o capital social.

O problema de pesquisa formulado parte do princípio de que quanto mais efetivamente forem avaliadas as variáveis mais intrínsecas relacionadas com o capital social e as suas influências em políticas e ações participativas da sociedade civis mais efetivos e duradouros serão os resultados a serem obtidos com a aplicação de metodologias para promoção do desenvolvimento local sustentável.

Logo, o problema de pesquisa formulado buscou analisar as iniciativas do SEBRAE – PB para promoção do desenvolvimento local de forma participativa e em consonância com o ambiente encontrado e a produção de resultados a partir desse contexto. E principalmente fazer uma reflexão sobre as ações e práticas dos atores envolvidos no projeto para, a partir daí, sugerir e contribuir com novas ações e incentivar que novos estudos possam ser realizados para que o SEBRAE atue de forma sinérgica e que seus serviços efetivamente contribuam para o desenvolvimento do país como um todo. Inserido neste contexto e nas premissas aqui formuladas, surge o seguinte problema de pesquisa:

Quais as influências do capital social na execução de políticas e ações voltadas para a promoção do desenvolvimento local sustentável?

1.2 JUSTIFICATIVA

A importância do estudo deve-se à possibilidade que o mesmo tem de analisar as adequações necessárias à implantação de projetos sociais que envolvem múltiplos atores, a partir de conceitos, abordagens e metodologias consolidadas, que envolvem desenvolvimento e capital social. Além disso, poder avaliar de forma mais sistêmica e científica ações de instituições que utilizam recursos públicos, verificando até que ponto os programas voltados

para a colaboração e o estímulo à formação de capital social contribuíram para geração do desenvolvimento local sustentável.

A aplicação da metodologia formulada pela Rede DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável), a qual consiste numa rede mista e plural envolvendo pessoas e organizações de todos os setores e regiões do Brasil e no exterior, tem como principais objetivos:

- Propiciar acesso a informações e serviços úteis para pessoas / organizações envolvidas na promoção do desenvolvimento local;
- Facilitar a interlocução e ampliação do debate entre as pessoas que trabalham com o tema.

Partindo do princípio de que os resultados a serem obtidos com a aplicação desse tipo de metodologia levam necessariamente a resultados diferenciados, em função de contextos históricos, contingências específicas condicionam a existência de diferentes formas e intensidades de capital social que têm influência direta nos resultados de projetos sociais.

Assim, a realização da pesquisa poderá contribuir para que instituições públicas e privadas melhorem suas formas de atuação quanto as suas ações inseridas em programas de desenvolvimento local, a partir de indicadores que sejam os mais consistentes.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar as influências do capital social nas políticas e ações direcionadas para a promoção do desenvolvimento local sustentável desenvolvida pelo SEBRAE-PB, através da aplicação da metodologia da Rede DLIS junto a cidades pertencentes à região do Cariri no Estado da Paraíba.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Explorar os conceitos, abordagens e metodologias relacionadas a desenvolvimento local, sustentabilidade e capital social e a partir daí escolher aqueles (as) que mais sejam adequados ao problema de pesquisa;

- Conhecer o contexto e formas de aplicação da metodologia da Rede DLIS na região do Cariri paraibano na perspectiva do capital social;
- Caracterizar a região em termos de histórico e as ações políticas e sociais voltadas para geração do desenvolvimento sustentável;
- Verificar, através da pesquisa, evidências de como o capital social influenciou nas proposições, encaminhamentos e resultados obtidos com a aplicação da metodologia da Rede DLIS;
- A partir dos resultados e conclusões do estudo realizado, contribuir para que os resultados esperados em termos das políticas e ações para geração do desenvolvimento local sejam mais efetivos, duradouros e sustentáveis.

1.4 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

O referido trabalho está assim estruturado: no Capítulo 2 é apresentada a fundamentação teórica do trabalho, explorando exaustivamente a base teórica de suporte para a obtenção das respostas ao problema de pesquisa formulado e o alcance dos objetivos pré-definidos. O Capítulo 3 mostra os procedimentos metodológicos, envolvendo: definição do tipo e técnicas de pesquisa utilizadas e formas de tratamento dos dados coletados. O Capítulo 4 apresenta os resultados e análise da pesquisa e o Capítulo 5 trata da conclusão, das recomendações, das limitações do trabalho, assim como a proposição de encaminhamento para novas pesquisas.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA

No decorrer deste capítulo serão abordados temas significativos para o entendimento geral do termo Capital Social, desde sua origem até uma análise efetiva do seu contexto atual, ressaltando as formas de tratamento que vêm sendo empregadas nos últimos anos dentro das ciências sociais.

Inicialmente, a ênfase será atribuída a sua contextualização de forma ampla, a fim de que sejam estabelecidos os diversos tipos de capitais que antecederam e forneceram subsídio para o surgimento do capital social, tema caracterizado como sendo de grande importância para compreensão de diversos dilemas contemporâneos, além da utilidade prática ao proporcionar mecanismos de incidência da realidade vivenciada.

Nesse contexto, serão destacados os principais autores que iniciaram estudos e despertaram algum tipo de interesse no tema, formulando idéias e construindo trabalhos que se fazem conhecidos em todo o mundo. Como se sabe, a origem da variável em análise está relacionada a uma revitalização de valores subjetivos da democracia, a fim de ressaltar a importância da participação dos cidadãos, a solidariedade e a confiança recíproca para resolução de problemas coletivos.

É nesta perspectiva que emergem os inúmeros conceitos acerca do Capital Social, os quais são geradores de controvérsias e polêmicas. No entanto, os autores convergem para o fato de que, apesar das limitações teóricas e metodológicas do seu conceito, os resultados práticos já são perceptíveis e podem ser avaliados, a partir da promoção de políticas públicas socialmente orientadas.

Até então se observaram os conceitos de Capital Social de forma mais sociológica, porém os mesmos serão direcionados no decorrer da fundamentação sob uma ótica voltada para área de Desenvolvimento, mais focalizada no presente estudo. Esta segunda variável pode ser considerada como um outro tema o qual se constitui um dos grandes núcleos de debate na atualidade, visto que os velhos conceitos do mesmo tornam-se superados, abrindo espaço para novas abordagens, segundo as quais o crescimento das sociedades no sentido de aumentar suas liberdades fundamentais é tido como primordial, em detrimento da idéia única de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico. Ainda neste tópico, visa-se abordar as definições do Desenvolvimento Local, associadas à sustentabilidade,

Enfatizando-se, para tanto, o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS), relacionado ao desenvolvimento de uma determinada localidade de forma a aproveitar suas potencialidades produtivas, sem prejudicar as gerações futuras, além de se relatarem as devidas informações acerca do Pacto de Desenvolvimento do Cariri, o qual contribuiu para produzir o processo de desenvolvimento sustentável nas regiões do semi-árido da Paraíba, a partir de um pacto de cooperação (Pacto Novo Cariri).

Em um terceiro e último momento, se observa de forma pertinente o inter-relacionamento entre Capital Social e Desenvolvimento, ressaltando-se os benefícios que a junção dessas duas variáveis permite a uma sociedade, além de propor mecanismos eficazes para o seu constante aprimoramento.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE CAPITAL SOCIAL

Inicialmente o termo capital foi conceituado no campo das ciências sociais como o produto da mais-valia, ou seja, trabalho não pago que era produzido pelo trabalhador e apropriado pelos donos dos meios de produção, sendo assim definido por Karl Marx no século XIX. Com o passar dos anos, o capital passa a fazer parte de diversas áreas, sejam elas econômico-financeiras, naturais, físicas, humanas e atualmente o Social.

O Capital Social é um conceito que vem ganhando um espaço considerável nos últimos anos, sendo encarado atualmente como um novo tipo de capital que vem somar-se aos já mencionados anteriormente, na forma de fator influente na propagação de “desenvolvimento” econômico. D’Araujo (1950), o define como sendo a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum.

É sabido que o contexto das conceituações de capital social está interligado a uma variável de grande importância que é o Desenvolvimento.

Analisar as definições acerca de capital social se faz necessário, devido ao momento histórico em que vive o País e o mundo. O capital social vem sendo compreendido como um fator endógeno às comunidades e grupos sociais, que pode ser fortalecido e desenvolvido, assumindo características de elemento fundamental em processos de desenvolvimento sustentável em regiões onde apresentam alguma desigualdade. O Brasil, que adotou um modelo democrático na busca de uma maior equidade, apresenta uma distorção de

distribuição de renda significativa, na medida em que é bastante perceptível o avanço na questão tecnológica simultaneamente com uma elevada disparidade social e econômica.

O aparente consenso sobre as virtudes do mercado na construção de uma cidadania mais ampla e participativa deixou de existir. Estudos produzidos nos últimos anos convergem para a idéia de que é necessário rever os mecanismos de mercado e reinventar a sociedade, não só no sentido nacional, mas transnacional (BAQUERO et. al., 2001).

D'Araujo (1950) revela ainda que o mundo vem aumentando o seu nível de desigualdade nas duas últimas décadas, com exceção da Índia e da China. As sociedades estão mais ricas, produzem mais, porém há uma concentração muito grande de pessoas pobres, as quais não possuem uma vida humana e digna.

A partir de uma breve contextualização sobre o tema, explicitando alguns dos motivos de estudá-lo, o desafio maior da sociedade em geral é compreender o quão significativo e propulsor de mudanças é o capital social, desde que seja utilizado de forma eficaz e permita uma interação mútua entre sociedade, políticos e instituições.

2.2 A GENEALOGIA DO TERMO CAPITAL SOCIAL

O conceito de capital social, embora não seja tão antigo, já possui uma notável trajetória no campo das Ciências Sociais, sendo também usado como instrumento de avaliação da capacidade e qualidade governamental. Alguns autores são tomados como referência, tais quais Pierre Bourdieu (1998), James Coleman (2000), Robert Putnam (1996), Francis Fukuyama (1995), dentre outros.

Inicialmente, D'Araujo (1950) afirma que o primeiro a fazer referência à expressão Capital Social foi Lyda Judson no ano de 1916, incorporando esse conceito para descrever centros comunitários de escolas rurais, nos quais detectava que a pobreza crescente se fazia acompanhar pelo decréscimo da sociabilidade e das relações de vizinhança entre a população local, ou seja, uma ausência de um bom e adequado relacionamento dificultava o bem-estar da comunidade por inteiro.

O conceito é redescoberto nos anos 50 por sociólogos canadenses ao caracterizar membros de clubes como arrivistas suburbanos. Na década de 60, Jacobs (1961) publicou a obra denominada "A morte e a vida das grandes cidades americanas", na qual enfatizou a importância de redes informais de sociabilidade nas grandes metrópoles e também destacou o quanto redes sociais em áreas urbanizadas de uso misto encorajava a segurança pública.

Segundo Coleman (1990), o termo se tornou definitivamente conhecido e incluído na agenda acadêmica através de dois artigos que se tornaram clássicos. No primeiro artigo abordou-se a questão das normas sociais que regem o comportamento dos indivíduos de toda e qualquer sociedade. No segundo, define-se capital social por sua função, visto que como qualquer capital, permite a criação de certos bens que sem a sua presença seriam impossíveis. Ainda segundo Coleman (1990, p. 300), na década de 70, Glenn Loury (1977; 1987) introduziu o conceito de capital social como relações de confiança que melhoram o uso dos recursos individuais. Apesar de o autor não ter desenvolvido o conceito em detalhes, utilizou o termo capital social como sendo uma parte de recursos das relações de família e da organização da comunidade social que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de um jovem ou uma criança.

Portes (1998, p. 3) afirma que a primeira análise contemporânea sobre capital social foi produzida por Pierre Bourdieu, que definiu o conceito como “o agregado de recursos atuais ou potenciais que estão ligados por posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de aquiescência ou reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1985, p. 248 apud PORTES, 1998, p. 3).

Entre os teóricos de destaque pode-se citar Putnam, a quem se recorre com mais ênfase por ser o autor que mais tem tido influência nos trabalhos efetuados no Brasil. A análise de Putnam está calcada em três grandes conceitos: desempenho institucional, comunidade cívica e capital social.

No entanto, Franco (2001) afirma que a primeira pessoa a descrever o fenômeno que o conceito de capital social quer captar e expressar foi Aléxis Tocqueville em seu livro “Democracy in América” (1835-1840), o qual aborda um agudo contraste entre a França e os EUA. Nos EUA, país que visitou durante alguns anos na década de 1830, o referido autor observou uma rica “arte de associação”, isto é, uma população habituada a se reunir em associações de voluntários para fins religiosos, educacionais, políticos e outros.

Tocqueville (1835; 1840) menciona a associação civil dos Estados Unidos como uma escola de autogoverno caracterizada como sendo um sistema democrático e dinâmico, tendo-o como base para a boa governança. Tal sistema ensinava às pessoas hábitos cooperativos que elas incorporavam para o resto de suas vidas.

De uma forma geral, o capital social tem a sua origem na necessidade de desenvolver conceitos que reflitam o alto grau de complexidade e o inter-relacionamento das várias esferas de intervenção humana, da valorização das relações e estruturas sociais no discurso político e na ordem econômica.

É neste sentido que este tema tem despertado grande interesse entre os estudiosos de diversas especialidades, sejam elas econômicas, políticas, e sociais, fazendo surgir vários conceitos advindos de diversas perspectivas de análise.

2.3 CONCEITOS DE CAPITAL SOCIAL

A partir de uma contextualização e conhecimento da origem do termo capital social, faz-se importante ressaltar as contribuições significativas que diversos autores deram para o seu enriquecimento e propagação nos diversos campos de estudo. Como se sabe, o capital social possui uma natureza multidimensional, logo, não existe uma definição específica quanto à sua caracterização. No entanto, entre os diversos conceitos abordados pelos diferentes autores, há consenso quanto à sua importância na definição das variáveis, assim como de alguns aspectos de sua conjuntura, no sentido de desenvolver a coordenação de atividades, e a cooperação em busca da construção de uma realidade de projetos de benefícios comuns à sociedade.

Para a maioria dos autores que trabalha com o tema capital social, um dos diferenciais existentes neste tipo de capital é o fato de, ao contrário dos demais, seu uso constante acarretar no aumento da disponibilidade de uso por outro indivíduo. Com isso, quanto menor o capital social e a cultura cívica das pessoas, menor será o desenvolvimento da região. A recíproca é, igualmente, verdadeira: quanto maior o acúmulo de capital social e maior a cultura cívica, maior será o desenvolvimento.

Pode-se retratar uma síntese das principais definições de capital social, focada em uma das variáveis que o caracteriza – a Ação Coletiva:

- Para Bordieu (1980), refere-se às redes permanentes e próximas de um grupo que asseguram aos seus membros um conjunto de recursos atuais e potenciais.
- Segundo Coleman (1990), o capital social fundamenta-se nos aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos atores dentro da estrutura.
- Já Fukuyama (1995), afirma que o mesmo direciona-se aos recursos morais, confiança e mecanismos culturais que reforçam os grupos sociais.
- Para Putnam (2000), refere-se aos aspectos das organizações sociais, tais como as redes, as normas e a confiança, que permitem a ação e a cooperação para benefício mútuo.

Além de ser propagado a partir de uma série de comportamentos e atitudes individuais e sociais, as quais englobam a ação coletiva, existe paralelamente o pressuposto essencial de que o capital social é gerado por redes de confiança que, segundo Baquero (2001), proporcionam o elemento de previsibilidade, que está ausente, tendo em vista o baixo estoque de racionalidade formal nos sistemas políticos.

Granovetter (1973) analisa os laços sociais existentes entre as pessoas de uma sociedade, distinguindo-os como fortes (definidos como aqueles nos quais os indivíduos dispõem mais tempo, intensidade emocional e trocas) e fracos (aqueles nos quais o investimento é menor ou nulo, como por exemplo, os mantidos com pessoas conhecidas).

O capital social compõe-se de “relações sociais institucionalizadas”, ou seja, daquelas relações que apresentam “acúmulo de práticas sociais e culturalmente incorporadas na história das relações” da sociedade ou de seus segmentos (MORAES, 2003, p.126-127).

Não são, contudo, todas as relações institucionalizadas que formam o capital social, mas somente aquelas relativas às características da organização social que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas (BANCO MUNDIAL, 1997).

De acordo com o Banco Mundial, o capital social subdivide-se em três dimensões:

Capital Social de Ligação ou *bonding social capital* – resulta de ligações entre pessoas que compartilham características demográficas similares (conexões entre indivíduos de uma família, amigos próximos, vizinhos e associações de negócios);

Capital Social de Ponte ou *bridging social capital* – forma-se da união entre pessoas de diferentes origens étnicas ou profissionais (conexões horizontais que unem pessoas com poderes políticos e status econômicos comparáveis);

Capital Social de Conexão ou *linking social capital* – compõe-se da ligação entre as pessoas da classe pobre e aquelas que detêm posições influentes em organizações formais.

Diante do exposto, pode-se observar que entre o capital social de ligação e o de ponte, estão os conceitos já mencionados de “laços fortes e fracos”, conforme assinalado por Granovetter (1973).

Flores e Rello (2003, p. 205), referindo-se ao conceito de capital social, destacam que a revisão da literatura especializada permite elaborar uma síntese das principais definições, de acordo com suas fontes, focadas na ação coletiva e nos resultados. Assim, segundo Coleman (1990), o capital social é definido como o componente de capital humano que permite aos membros de uma dada sociedade confiarem uns nos outros e cooperarem na

formação de novos grupos e associações, e que, da mesma forma que outros tipos de capital, o capital social é produtivo.

Ainda segundo Coleman (1990 apud RATTNER, 2005), no plano individual, a capacidade de relacionamento do indivíduo, sua rede de contatos sociais baseada em expectativas de reciprocidade e comportamentos confiáveis, conjuntamente melhora a eficiência individual. No contexto coletivo, o capital social ajuda a manter a coesão social em função da obediência às normas e leis, e de comportamentos como negociação em situação de conflito, prevalecendo a cooperação sobre a competição, o que é um fator de extrema importância numa sociedade ou numa comunidade.

Portes (apud LIMA 2005), afirma que a primeira análise sistemática do capital social foi realizada por Bourdieu (1986), o qual define que capital social refere-se às redes permanentes e próximas de um grupo que asseguram aos seus membros um conjunto de recursos atuais ou potenciais.

A idéia de capital social remete aos recursos resultantes da participação em redes de relações mais ou menos institucionalizadas. Entretanto, o capital social é considerado uma quase-propriedade do indivíduo, visto que propicia, acima de tudo, benefícios de ordem privada e individual (BOURDIEU, 1980).

Milani (2002) ressalta que Bourdieu relata o tema como sendo o conjunto de relações e redes de ajuda mútua mobilizadas para beneficiar o indivíduo enquanto membro de determinada classe social, e enxerga o mesmo como base de um processo de acumulação que permite às pessoas, membros do grupo, obterem mais êxito na competição social.

Participação social, organização, solidariedade social, iniciativa, cooperação e confiança são considerados por Melo Neto e Froes (2002) como fatores determinantes do capital social. Trata-se, portanto, do acúmulo de experiências participativas e organizacionais que ocorrem na base de uma comunidade ou sociedade, reforçando os seus laços de solidariedade, cooperação, confiança entre as pessoas, grupos sociais e entidades. Esses autores apresentam os seis fatores que constituem a base da construção do capital social, afirmando que este só existe quando aqueles atuam em conjunto por meio de um programa ou projeto social, como mostra a figura a seguir:



Figura 1 - Fatores determinantes do Capital Social
 Fonte: Melo Neto e Froes (2002)

De acordo com Melo Neto e Froes (2002), para se construir o capital social, deve-se incrementar as capacidades, competências e habilidades de um grupo, torná-los capazes de gerar idéias, iniciar e gerenciar seus projetos, aproximar o governo local da comunidade e de outros parceiros e criar novos desafios. Desenvolvendo-se essas capacidades, poderá surgir a participação dos membros da comunidade, o que refletirá na forma de organização da mesma, reforçando a solidariedade social e a confiança, desenvolvendo-se assim, a cooperação e conseqüentemente o capital social. No entanto, para que isto possa acontecer os autores definem algumas condições que devem ser previamente atendidas:

- a) A ampliação social da cooperação – pode ocorrer de duas formas: o desenvolvimento da emocionalidade cooperativa, ou seja, estimular nas pessoas o desejo de ajudar o outro e os benefícios de ser ajudado e de juntos conseguirem algo significativo; e a cooperação sistêmica (criação de arranjos institucionais cooperativos).
- b) O fomento de novas parcerias: formar parcerias com governo, empresas, entidades do Terceiro Setor é indispensável para o reforço da identidade da comunidade e relacionamento de cooperação.
- c) Criação de redes: a criação de redes surge com o relacionamento entre comunidades, para, juntas, conseguirem se beneficiar.

- d) Identificação e mobilização dos recursos da sociedade civil em prol dos objetivos de desenvolver social e economicamente o território.
- e) Diferentes documentos do Banco Mundial têm definido Capital Social reportando-se às instituições, relações, atitudes e valores que governam a interação das pessoas e facilitam o desenvolvimento econômico e a democracia.

Durston (2000) retrata que o conceito de capital social está associado às normas, instituições e organizações que promovem relações estáveis de confiança, ajuda recíproca e cooperação, podendo gerar três tipos de benefícios: reduzir os custos de transação; produzir bens públicos; facilitar a constituição de organizações de gestão de bases efetivas, de atores sociais e de sociedades civis saudáveis.

Ainda para Durston (2000), as culturas são derivadas de relações sociais que resultam de processos históricos de aprendizagem, nas quais os indivíduos e grupos sociais esperam receber benefícios. Portanto, as normas e as relações que constituem o capital social não existem de forma independente dos efeitos esperados, ou seja, de suas funções. O mesmo defende o tema como conjunto de hipóteses que constituem um “paradigma emergente” rico em conceitos, que corresponde a realidades sociais altamente relevantes para o desempenho de programas para promover a participação cívica e superar a pobreza.

A partir do desencadeamento de algumas definições acerca do tema, pode-se verificar alguns termos que compõem consensualmente o capital social em seus diversos conceitos, entre eles identifica-se a cooperação mútua, a estrutura social em aspectos como relações, normas e confiança, que ajudam a desenvolver a coordenação, e a cooperação, produzindo, assim, benefícios comuns.

Outro percussor da idéia é Putnam (1993), que conceitua capital social como sendo o envolvimento individual em atividades coletivas, obtendo como efeito subsequente a construção de redes de confiança recíproca, que não só tem um impacto na comunidade a qual o indivíduo reside, mas também no seu meio social como um todo, via processo de construção das chamadas “virtudes cívicas”. O autor apresenta ainda o propósito de acompanhar e verificar os efeitos da incorporação do processo de descentralização administrativa para diminuir as desigualdades regionais na Itália, mais especificamente os resultados que seriam alcançados entre o Norte e Sul.

Para Castilhos (2002), os componentes da “comunidade cívica” em Putnam são os elementos socioculturais dos cidadãos de determinados territórios, que buscam a construção de uma sociedade melhor a partir de compromissos baseados em participação cívica (reconhecimento e busca do bem público), igualdade política e solidariedade (confiança e a tolerância), e nível de participação dos cidadãos nas associações que incentivam a cooperação mútua.

Um outro estudioso do tema, Fukuyama (1996), define capital social como normas informais que promovem a cooperação entre dois ou mais indivíduos. As normas que constituem o capital social podem alcançar desde normas de reciprocidade entre dois amigos, até as formas doutrinárias mais elaboradas e complexas como o Cristianismo ou o Confucionismo. Para o autor, o tema diz respeito às relações sociais entre as pessoas que compõem a sociedade formando um ambiente de cooperação mútua que não deve ser irresponsável a ponto de encobrir situações ilegais, mas de promover confiança e parcerias na comunidade em geral, pois visa o bem estar da mesma como um todo e não um bem estar particular.

Numa definição mais atualizada, Perez (2000) define capital social como o tecido social que mantém a coesão das sociedades e se baseia na confiança entre as pessoas e na rede de relacionamento entre elas, bem como os grupos sociais que formam as comunidades.

Este relacionamento que envolve toda a sociedade de um determinado local passa por todas as camadas: política, econômica, religiosa e legal. Daí sua importância como fator determinante para o desenvolvimento de toda e qualquer sociedade, pois muitas vezes uma determinada cidade pode até ser mais rica ou possuir mais recursos econômicos e financeiros, mas pode não ser tão desenvolvida como outras menos privilegiadas no mesmo sentido, justamente por falta de interação entre a sociedade ou as pessoas que as compõem, impactando, assim, na qualidade de vida.

A presença de normas socialmente reconhecidas, sanções sociais e "relações de confiança" entre os agentes revelam-se essenciais para que as relações econômicas floresçam além de limites familiares ou de vizinhança.

Evans (1997) aponta que o capital social pode ser desenvolvido sem, necessariamente, ter uma raiz histórica. Neste caso, o capital social pode ser criado a partir do surgimento de uma autonomia institucional que seria paulatinamente inserida no cotidiano da sociedade, no qual se buscaria a utilização ótima dos recursos disponíveis à coletividade. A partir desse ponto, seriam criadas as condições para a sinergia entre o público e o privado, tendo o Estado papel preponderante na formação do capital social, no sentido de que a sua

função, passaria da ação reguladora da interação social para a de indutor e mobilizador deste capital, ligando os cidadãos e mobilizando as agências públicas a aumentarem a eficiência governamental, a partir de uma sinergia entre o Estado e a sociedade civil como um conjunto de relações que ultrapassaria a divisão público-privado.

Em função disso, pode-se inferir que o capital social não é simplesmente um atributo cultural cujas raízes só podem ser fincadas ao longo das gerações. É razoável acreditar que ele possa ser criado em um menor tempo, desde que haja organizações suficientemente fortes para sinalizar aos indivíduos alternativas aos comportamentos políticos convencionais.

No caso brasileiro, como decorrência da desilusão com os rumos da democracia, inclusive o descrédito e a desconfiança no desempenho das instituições, nada melhor que, por meio do capital social, se possa pensar em estratégias que recuperem a credibilidade das instituições ante as demandas exigidas da cidadania. Nesse sentido, há um consenso geral, aceito no meio acadêmico, de que a consolidação democrática e de um país depende de uma sociedade civil dinâmica e participativa orientada para a valorização das normas institucionais e apoiada nos princípios poliárquicos. O capital social diante da crise por que passam as instituições democráticas, surge como um bem público capaz de gerar um novo contrato social, baseado na cooperação recíproca, solidária e coletiva.

Com isso, o capital social é visto de modo estritamente vinculado à complexidade social. É neste contexto que entra em foco a variável Desenvolvimento, a fim de se mencionarem os novos enfoques e eventuais concepções que passam a compô-la.

É sabido que existem de fato características essenciais em sua conjuntura que se voltam para a construção de uma sociedade cívica, cooperativa, solidária e participativa. O fato de desenvolver-se surge com força no período recente porque se torna um instrumento indispensável para a análise das teorias e de programas que contribuam para a propagação do tão almejado desenvolvimento, como serão abordadas seqüencialmente.

2.4 OS ENFOQUES E AS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, o contexto das políticas de desenvolvimento tem evoluído. A nova concepção do desenvolvimento consiste em adotar uma visão estratégica que permita pôr em marcha um conjunto coerente de orientações, decisões e projetos, com o fim de alcançar objetivos definidos de forma concertada.

Antigos paradigmas foram quebrados e novos surgiram, novas teorias de desenvolvimento que levam em consideração novas variáveis como o capital social, tido hoje como um novo conceito e variável influente no processo de promoção de desenvolvimento e novos aspectos influentes no seu desenrolar, ao contrário das antigas que se prendiam meramente ao crescimento econômico como único gerador de desenvolvimento.

Conforme Brose (1999), o desenvolvimento é um processo fundado em relações sociais associativas que conduzem à participação da população nas decisões e nos seus espaços econômicos.

Novas definições de desenvolvimento econômico dizem respeito ao incentivo e promoção da riqueza material dos países ou regiões, assim como o bem estar econômico de seus habitantes. O processo de desenvolvimento econômico supõe que ajustes institucionais, fiscais e jurídicos sejam necessários, além de incentivos para inovações e investimentos em educação e novas tecnologias, como também formas de fornecer condições para um sistema eficiente de produção e distribuição de bens e serviços à população.

Outras visões a respeito do tema surgiram como definido por Pereira (apud CANDIDO, 2004), em que o mesmo afirma que o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo.

Para o referido autor, se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político, e, se o desenvolvimento social e político não for a um só tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será porque, de fato, não ocorreu desenvolvimento.

Neste caso, obtém-se um conceito de desenvolvimento que evoluiu e abrange os demais aspectos mencionados passando a ser entendido como um processo que compreende, de forma atrelada, as esferas econômica, política, social e ambiental com o objetivo de obter como resultado direto o crescimento do padrão de vida da população.

Para isto, muitas barreiras deverão ser transpostas, dentre as quais podemos citar a excessiva dependência do Estado, ou de pequenas minorias que detenham o poder e o exerçam de forma tendenciosa em atender interesses particulares.

O interesse coletivo que idealmente deveria ser o alvo principal dos esforços em busca do desenvolvimento é simplesmente deixado de lado, daí a dificuldade de países com sistemas de governo extremamente centralizadores, ou ainda extremamente dependentes economicamente de países ricos, em promover um desenvolvimento econômico, nos parâmetros comentados anteriormente.

Para Sen (1999), a privação da liberdade de mercado como forma regulatória, carência de oportunidades econômicas democráticas e destituição social sistemática, além da negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos, são um forte enclave ao desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento deve ser visto como o crescimento das sociedades no sentido de aumento de liberdades fundamentais em que o crescimento econômico é só uma parte, em geral imprescindível, do processo. Estes fatores interferem diretamente no processo de desenvolvimento, seja ele local, regional, nacional ou em qualquer âmbito, uma vez que as pessoas são privadas de sua liberdade de escolha.

O desequilíbrio na distribuição de renda, por exemplo, retira a democratização da qualidade de vida entre todos os que vivem no território. Isto geralmente é ocasionado por políticas de desenvolvimento embasadas quase sempre em subvenções financeiras e concessão de incentivos fiscais, pois ignoram disparidades sociais e econômicas regionais, levando mais em consideração crescimento meramente econômico.

Na verdade, estas políticas são destruidoras inoportunas de qualquer programa de desenvolvimento por não reconhecerem e nem estimularem a articulação do poder público local junto à população do território.

Cândido (2004) ressalta como uma abordagem para o desenvolvimento econômico o seu relacionamento direto com a capacidade dos indivíduos fazerem escolhas. Neste sentido, é levantada pelo autor a visão de desenvolvimento exigindo uma definição positiva de liberdade indo além do que poderia se entender como simplesmente ausência de restrições.

O autor ressalta ainda que o desenvolvimento não pode ser pensado fora das condições concretas de uma participação mais atuante das diversas camadas da sociedade. Releva-se a necessidade de não apenas garantir legalmente certos direitos, mas de promover realidades de indivíduos ativos na sociedade da qual são membros, reivindicando seus direitos e cumprindo com suas obrigações, chegando democraticamente a exercer cargos de liderança política, por exemplo.

Para Senhoras e Takeuchi (2005), o processo de desenvolvimento coloca nas mãos dos diversos atores, a responsabilidade de desenhar e pôr em prática as diversas estratégias sustentáveis de políticas públicas locais. Isso acontece porque um dos fundamentos desse processo é a mobilização do potencial endógeno do território, ou seja, é a capacidade de indivíduos, grupos e organizações articular o que interessa da sociedade global com a identidade e necessidades locais.

2.5 O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Apesar de a globalização predominar nas pautas contemporâneas, fala-se cada vez mais em desenvolvimento local. O conceito do termo local vem adquirindo força e conotação pelo fato de atualmente fazer parte das pautas a respeito de estratégias competitivas e de promoção de desenvolvimento como eventual resposta frente ao fenômeno da globalização.

Segundo Abramovay (1998), a idéia de desenvolvimento local procura colocar ênfase em mecanismos institucionais específicos capazes de mobilizar energias produtivas que o funcionamento dos mercados acaba por inibir e que a simples presença de certas infra-estruturas mostrava-se inepta a despertar.

Diante disso, a enorme diversidade de configurações socioeconômicas e culturais, assim como as dotações de recursos que prevalecem em diferentes regiões nos níveis micro e meso, inviabilizam a aplicação de estratégias generalizadas uniformes de desenvolvimento pelas diferenças em seus contextos étnicos, econômicos, sociais, culturais, geográficos entre outros, que não podem ser ignorados ou desrespeitados simplesmente.

Os estudos acerca das políticas e ações para a promoção do desenvolvimento local apontam que o tema é complexo, controverso, com baixo nível de consenso e visões antagônicas entre as suas abordagens. De um modo geral, estas abordagens podem ser sintetizadas em três correntes: uma primeira, que aponta as experiências de desenvolvimento local como um novo arranjo industrial; uma segunda, que mostra o desenvolvimento local a partir de estruturas com dinâmicas próprias; e uma terceira, que defende o local como um espaço privilegiado para experiências de desenvolvimento baseadas em práticas participativas entre indivíduos e instituições locais.

Nesta terceira abordagem, a promoção do desenvolvimento local deve envolver ações direcionadas para a mobilização da sociedade, a construção de parcerias entre atores do Estado, do mercado e da sociedade na busca de (a) identificar as potencialidades para a geração do desenvolvimento; (b) convergir os investimentos direcionados pelas potencialidades locais; (c) capacitar as lideranças locais para o planejamento participativo e a gestão compartilhada do desenvolvimento; e (d) articular as instituições envolvidas com a geração do desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento local se apresenta como uma estratégia que busca apresentar respostas aos problemas mais urgentes e a eventuais aspirações de cada comunidade em superar suas limitações e maximizar recursos potenciais e ociosos, canalizando assim suas energias unidirecionalmente rumo ao desenvolvimento além do mero

crescimento econômico local, através do fomento de atividades produtivas e de políticas de inclusão social, democrática e participativas.

Daí a importância do planejamento territorial nos níveis municipal e regional, buscando re-agrupar vários distritos, unindo-os em torno de um só objetivo através das suas características de identidade cultural e interesses comuns.

Tudo isto revalorizou a importância da dimensão territorial do local, dado que:

- É em nível local que se pode prestar um apoio mais eficaz às empresas;
- A partir das estruturas, especificidades e capacidades locais são possíveis estabelecer políticas e estratégias para promover o desenvolvimento integral e sustentável e não apenas o crescimento econômico.

Neste contexto, deve-se entender por território não só apenas o mero quadro físico, mas também:

- O meio onde se determinam as relações sociais e econômicas;
- O contexto em que a cultura e outros valores locais não transferíveis se foram sedimentando e afirmando ao longo do tempo;
- O quadro no qual os homens e as empresas estabelecem relações;
- O meio em que as instituições públicas e privadas interagem para regular a sociedade;
- O fator estratégico de oportunidades de desenvolvimento.

Diante disto, desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala (municípios, localidades, microrregiões) que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população (BUARQUE, 2000).

Num contexto mais amplo, o Banco Mundial (2002) caracteriza Desenvolvimento Local como a possibilidade de unir regiões diferentes através da valorização da comunidade, e do apoio de entidades estimuladoras e capacitadoras. Segundo o órgão, estas regiões podem chegar a uma solução conjunta de inserção desta região através do aproveitamento e valorização de suas potencialidades produtivas como forma de gerar crescimento e desenvolvimento econômico através da competitividade dos mercados.

Diante do exposto, desenvolvimento local pode ser entendido como uma estratégia objetiva que busca proporcionar o tão almejado crescimento e desenvolvimento econômico, melhorando efetivamente a qualidade de vida da população, através da criação e inclusão de

mercados locais em contextos mais amplos. Daí a necessidade de este passar pelas esferas sociais e políticas.

Segundo Franco (2000), um distrito, um município, uma microrregião, uma região de um país, um país, uma região do mundo, tudo pode ser tido como local. Isso irá depender, como coloca o autor, do que ele chama de “alvo sócio territorial das ações” de desenvolvimento em curso.

Assim sendo, o desenvolvimento local, entendido como estratégia territorial de valorização dos recursos próprios, contém uma tripla dimensão:

- *Econômica*, na medida em que as empresas locais demonstrem capacidade suficiente para organizar os fatores produtivos com níveis de produtividade suficientes para poder competir nos mercados.
- *Sócio-cultural*, na forma como os valores e as instituições locais sirvam de base ao processo de desenvolvimento e, por sua vez, se fortaleçam durante o mesmo.
- *Político-administrativa*, na medida em que os poderes locais forem capazes de criar um clima local estimulante, capaz de favorecer e impulsionar o desenvolvimento do potencial sócio-econômico local, enfrentando e resolvendo os bloqueios administrativos, econômicos e políticos que existem nas economias que seguiram durante muitos anos os modelos tradicionais de desenvolvimento.

Torna-se, portanto, fundamental considerar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado no mercado, mas também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores.

Interesses e projetos de natureza social, política, econômica e cultural transformam a realidade local, neste processo de transformação econômica e social. Há a possibilidade de, através do desenvolvimento local, transformar a realidade de uma região ou localidade pela formação e/ou inclusão de mercados locais muitas vezes isolados em ambientes de interação econômica.

O desenvolvimento passou a ser hoje através do planejamento estratégico, uma variável que busca levar a comunidade a algum lugar, considerando a participação dos atores locais, os quais dinamizam os programas.

Anteriormente os principais interessados ou beneficiados com o planejamento realizado hoje para a promoção do desenvolvimento quase sempre não eram consultados, mas

vistos como meros atores coadjuvantes ou meros espectadores que ficavam à margem das ações realizadas, e lucravam nada ou quase nada com elas.

Novos conceitos de desenvolvimento local surgiram com mudanças em seu arcabouço, onde as pessoas de coadjuvantes tornaram-se ingredientes fundamentais, passando a protagonistas nos planos de ação.

Assim, de acordo com Frantz (2002), desenvolvimento local pode ser entendido como a melhoria das condições locais de vida de uma população sob todas as suas dimensões, uma vez que desenvolvimento é um processo fundado em relações sociais associativas que induzem a uma maior participação popular nas decisões em seu espaço econômico.

No Brasil, na década de 1990, iniciou-se um processo de planejamento participativo, através do qual a comunidade ganhou importância para construção de uma nova realidade, e o desenvolvimento local passou a acontecer através da integração do capital social com poderes públicos, e atores locais em função de um pacto pelo desenvolvimento, uma relação independente e suprapartidária, através de ações planejadas em torno de um macro objetivo, no qual parceiros externos são bem vindos para contribuir eventualmente com o projeto pré-estabelecido de desenvolvimento no/para o local.

A adoção pelas coletividades locais de um maior protagonismo, no desabrochar das suas potencialidades de desenvolvimento, reforça a sociedade civil e converte-a em sujeito ativo de um desenvolvimento econômico e social mais sustentável, equilibrado e autônomo. O principal desafio para um município, província ou região é, pois, saber e ser capaz de mobilizar as potencialidades existentes em seu território.

Para que aconteça tudo que foi afirmado anteriormente, faz-se necessária a observação de alguns fatores como a existência de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades, empreender negócios e apostar num novo caminho, o que só ocorre de forma democrática e participativa (FRANCO, 2000).

Para o autor, tornar dinâmica uma potencialidade significa identificar uma vocação, descobrir a vantagem da localidade sobre as demais e promover que as pessoas tenham acesso as oportunidades, a renda, riqueza, conhecimento e poder, proporcionando, assim, uma participação democrática e responsável.

Assim, entidades e organizações indutoras de desenvolvimento começaram a fomentar e implantar metodologias de promover desenvolvimento local, e, através destas, surgiram novos paradigmas de sustentabilidade através da integração entre iniciativa privada, sociedade e governo.

Em 1997, surgiu a denominação Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, oriunda do Conselho da Comunidade Solidária, ligado ao então Ministério de ação social. Emergiu, dessa forma, uma nova filosofia de desenvolvimento local com uma visão integrada e compatível entre meio ambiente, necessidades sociais e a economia, tomando em consideração o nível local e o global, o curto e o longo prazo, em que a finalidade última é introduzir novas formas de comportamento na sociedade local, estimulando e animando os cidadãos para que iniciem atividades visando resolver os problemas existentes e potenciais.

Não se pode deixar de complementar neste tópico que o desenvolvimento local está atrelado à questão da sustentabilidade, uma vez que os recursos não podem ser explorados de forma desordenada e imprudente, pois poderá acarretar conseqüências indesejáveis do ponto de vista econômico, social e político.

Para tanto, é essencial que se façam as devidas referências à questão da sustentabilidade como fator preponderante, para que o desenvolvimento local aconteça de uma forma correta e coerente com os anseios e finalidades a que se propõe.

2.6 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A idéia de sustentabilidade, dentro desta ótica ampliada, passa a estar referenciada a outros conceitos, entre os quais: democracia, participação, equidade, eficiência, cidadania, autonomia, descentralização, e pertencimento.

O termo sustentabilidade diz respeito à utilização de recursos para atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender as suas próprias necessidades (apresentado em 1987 com o Relatório Brundtland e aprovado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio 92).

Este conceito integra os três vetores da sustentabilidade: ambiental, econômico e social.

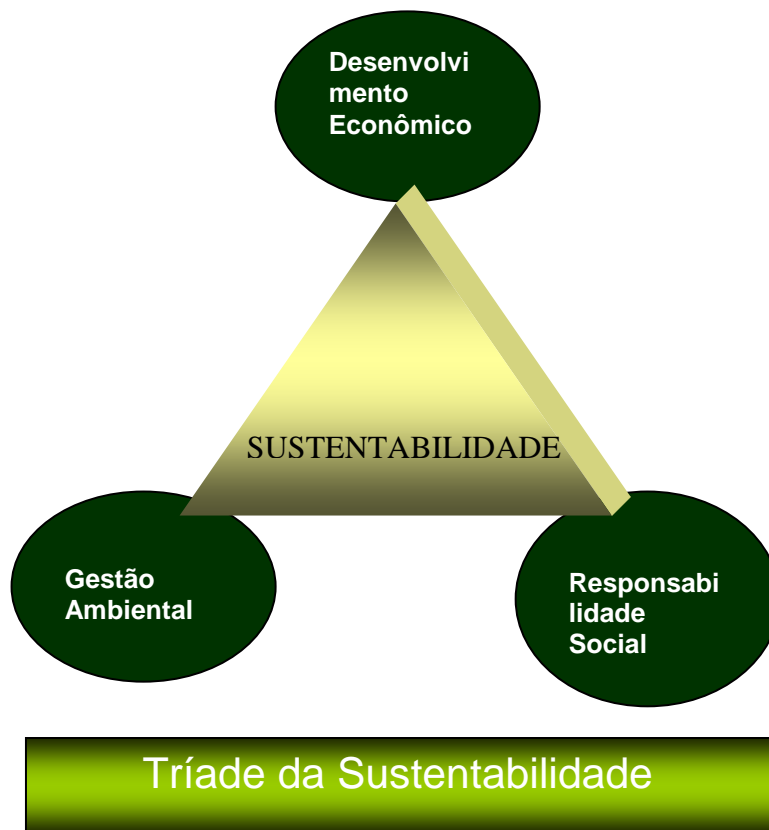


Figura 2 - Tríade da Sustentabilidade
Fonte: Relatório Brundtland (1987).

Buscando implantar estratégias ambientalmente adequadas, de modo a promover, em nível global, um desenvolvimento sócio-econômico equitativo, o chamado “Desenvolvimento Sustentável” foi apresentado em 1987 com o Relatório Brundtland. O documento apontou o conceito de Desenvolvimento Sustentável como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas”.

A partir desse ponto, o termo desenvolvimento sustentável tem sido bastante usado, e as duas principais definições são a do próprio Relatório Brundtland (*World Commission on Environment and Development*, 1987) e a do documento conhecido como Agenda 21. Dentre essas, a mais conhecida definição, é do Relatório *Brundtland*, que apresenta a questão das gerações futuras e suas possibilidades. Esta definição contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidade, referindo-se particularmente às necessidades dos

países mais subdesenvolvidos, e a idéia de limitação, imposta pelo estado da tecnologia e de organização social para atender às necessidades do presente e do futuro.

Martins (*apud* MOURA, 2002) evidencia na sua concepção de desenvolvimento sustentável as noções de escala espacial e a necessidade de um enfoque sistêmico, quando expressa a necessidade mínima dos seguintes pressupostos básicos:

- Deve contemplar a harmonia entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais;
- Necessita de ações sistêmicas, interdisciplinares, integradoras e de cooperação;
- Pressupõe ações locais com visão global.

Outros autores, como Franco (1998), também enfatizam a questão da escala espacial:

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir as suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar as suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais.

Franco (2000) acrescenta que, quando se fala em desenvolvimento, fala-se, portanto, em melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das pessoas que estão vivas hoje e das gerações futuras (desenvolvimento sustentável), daí a necessidade de crescimento de forma responsável e racional, ou seja, produzir mais e melhor, para não prejudicar as gerações futuras.

Rattner (2005) define de forma mais concisa Desenvolvimento Sustentável como sendo um processo contínuo de melhoramento das condições de vida, que minimiza o uso de recursos naturais e ocasiona o mínimo de impactos e desequilíbrios no ecossistema.

Diante de uma infinidade de conceitos vistas no decorrer deste tópico, fica evidenciado que não existe uma metodologia específica para o estímulo do desenvolvimento local. Os agentes indutores utilizam diversas metodologias de planejamento participativo, e às vezes fazem até combinações de metodologias, adaptando-as às realidades de cada grupo beneficiado.

Com isso, torna-se evidente a valorização atribuída para que o desenvolvimento seja “sustentável”, e a importância de se incorporar e estabelecer projetos como o Projeto DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável), o qual preza pela valorização da cultura, do talento criativo e das oportunidades locais de crescimento.

2.7 DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL (DLIS)

De acordo com Agência de Economia e Desenvolvimento - AED¹, o DLIS é uma estratégia que pressupõe sinergias entre Estado, mercado e sociedade civil. Uma vez construída tal parceria, é preciso desenhar um programa de implantação do DLIS adequado para a localidade. Esse desenho de programa será, inicialmente, apenas uma proposta, mas ela deve estar bem formulada para que possa ser apresentada aos outros líderes da localidade.

Deve-se escolher um facilitador do processo (agente de desenvolvimento ou multiplicador de DLIS – externo ou interno à localidade). A metodologia DLIS pode ser implantada em um ano, conforme nos mostra a figura 3.

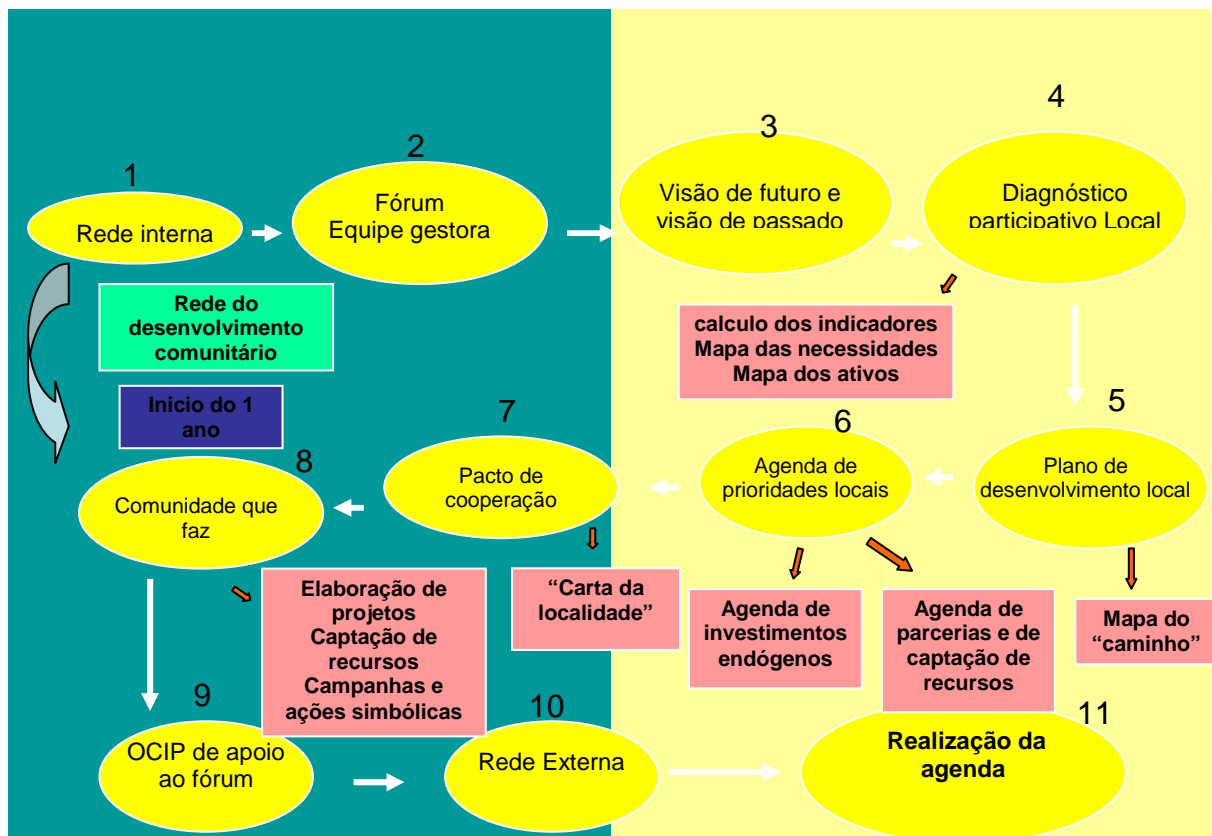


Figura 3 - Passos básicos para implantação do DLIS
Fonte: AED (2004)

No entanto, os processos de desenvolvimento local, desencadeados pela implantação do DLIS, devem ser acompanhados por um período que dificilmente será menor

¹ Programa público composto pelo SEBRAE, pelo PNUD, pela UNESCO, pelo Projeto DLIS e pela ARCA, com o propósito de aumentar a capacidade de gestão e a capacidade de empreender de micro e pequenas empresas, governos locais e organizações do terceiro setor, sobretudo se inseridos em processos de desenvolvimento integrados e sustentáveis.

do que três anos (tempo médio de realização das primeiras Agendas de Prioridades locais formuladas pela própria localidade).

As várias metodologias seguem, em sua maioria, o mesmo padrão de aplicação, segundo o qual o poder público local deve ser conscientizado inicialmente e separadamente para não entender que todo o trabalho é uma ameaça ao seu futuro político. Devem-se articular reuniões sempre com a sua parceria permitindo um envolvimento suprapartidário e sempre demonstrando que esta ampla parceria será a chave para a promoção do desenvolvimento local, já que o futuro do território em questão é colocado acima das divergências de qualquer natureza.

Nesta fase, é necessário realização de palestras, reuniões seminários e simpósios de sensibilização para disseminar esse novo processo de desenvolvimento, sendo fundamental que todos os atores da sociedade local estejam representados.

O gerenciamento do plano a ser implementado será efetivado através da criação de fóruns de discussão, comitês ou conselhos participativos que contribuirão para que a sociedade local adquira empoderamento e passe junto ao poder público a planejar e executar ações necessárias à implementação do desenvolvimento local.

Após este primeiro momento devem ser detectadas alterações comportamentais no capital social envolvido no trabalho. Esta síndrome de articulação, motivação e integração dos atores quando presente, expressa um forte indicativo de que o trabalho deverá ser prosseguido, caso contrário este deverá ser descontinuado, pois constitui um forte indicativo de que os beneficiados apresentam uma baixa capacidade de resposta.

O Desenvolvimento local se processa quando a comunidade com os seus diversos segmentos exercem de forma plena a cidadania, passando por um processo de desabrochamento, tornando-se apta a agenciar (articular e construir parcerias internas e externas) e a conduzir (diagnosticar, tomar decisões participativas, agir, avaliar periodicamente, retro alimentar ou agir corretivamente) a reorientação do seu presente e sua evolução para o futuro, aproveitando os fatores positivos e procurando minimizar os fatores negativos presentes na localidade.

O protagonista (ator do processo) desse tipo de desenvolvimento é a própria comunidade. Os facilitadores são os animadores iniciais de um crescimento contínuo das pessoas envolvidas no processo. E as entidades e instituições internas e externas são o apoio necessário para a construção das parcerias estratégicas.

A seguir estão explicitadas algumas das principais concepções de Desenvolvimento Local Sustentável utilizadas no Brasil:

Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)		
Difusor	Definição	Bases Metodológicas
PNUD e SUDENE	Processo que se preocupa essencialmente com a melhoria da qualidade de vida e bem estar da população local, a conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população, de forma consciente, para que possa por si própria garantir a sua sustentabilidade e continuidade do processo.	-Organização social; -Empreendedorismo (criatividade e competências coletivas e individuais vinculadas às oportunidades e à vocação local); -Gestão social (Sociedade deve gerir seus recursos de forma participativa e responsável, identificar seus problemas e gerar soluções); -Parcerias e articulações das instituições públicas; -Capacitação/educação para melhoria dos níveis educacionais e da capacidade produtiva; -Comunicação e informação permanentes;
GTZ (Programa PRORENDA)	Processo de melhoria da qualidade de vida que depende de uma complexa, demorada e continuada interação entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer e da lenta e gradual formação do capital social.	-Inclusão social; -Fortalecimento da economia local; -Inovação em gestão pública; -Gestão ambiental e uso racional dos recursos; -Mobilização social (ativa participação cidadã)
Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)		
Difusor	Definição	Bases Metodológicas
Governo federal Programa comunidade ativa	Forma de promoção de desenvolvimento focada na sustentabilidade das comunidades capazes de suprir suas necessidades imediatas; diagnosticar e incentivar suas vocações locais; fomentar o intercâmbio externo tendo em vista suas vocações.	-Parcerias entre Estado e sociedade; -Ações multissetoriais integradas convergentes; -Capacitação para a gestão; -Diagnóstico e planejamento participativos; -Articulação da oferta pública de programas com a demanda social local; -Monitoramento e avaliação, Fomento do empreendedorismo

Quadro 1 - Concepções de Desenvolvimento Local Sustentável
Fonte: Adaptado de Moura et.al. (2002, p. 03).

Nesse sentido, pode-se entender que o que caracteriza o desenvolvimento local integrado e sustentável é o que engloba a esfera local, relacionado ao desenvolvimento de uma determinada localidade de forma a aproveitar suas potencialidades produtivas, sem prejudicar as gerações futuras. Esse processo deve ser incluyente, participativo e democrático, ou seja, promover a parceria, a confiança e a interdependência, e trabalhar de forma sistêmica.

Logo, é preciso numa visão ampla que a palavra - sustentabilidade - seja verdadeira. Que ela seja descrita como democracia política, equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, saúde, segurança e conservação do meio ambiente, na teoria e na prática.

Todos estes aspectos neste trabalho serão inter-relacionados ao capital social, pois o mesmo será discutido de forma interligada, em que o desenvolvimento local se mostra necessário como estratégia de criação de novos mercados, promoção da competitividade e

inserção destes num contexto mais amplo como mencionado anteriormente dentro da proposição de estudo.

Torna-se, portanto, fundamental, considerar o alvo de nosso estudo, o Pacto Novo Cariri - projeto para promoção de desenvolvimento local, que mobilizou uma grande rede de parceiros locais e nacionais, fundamentais para promover o desenvolvimento local integrado e sustentável em trinta e um municípios do cariri paraibano.

2.8 O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL NO CARIRI PARAIBANO: O “PACTO NOVO CARIRI”

2.8.1 Justificativa e Objetivos do Programa

O objetivo do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano é o de promover a melhoria das condições de vida das comunidades urbanas/rurais da região, através da criação de novos mecanismos de coordenação e fortalecimento das ações de desenvolvimento.

Em paralelo a esse objetivo, houve toda uma preocupação no estabelecimento de um novo modelo de relacionamento interinstitucional e social, com ênfase no planejamento e na gestão participativa e solidária, envolvendo entidades governamentais, a sociedade organizada e a iniciativa privada. A intenção era a construção de um sistema de parcerias capaz de organizar as políticas públicas, em todos os níveis de governo, e as iniciativas da sociedade civil num esforço integrado de aproveitamento das vocações e potencialidades de cada município e da região como um todo.

Orientados pela filosofia do planejamento participativo, foram realizados encontros institucionais, de planejamento e operacionais - com os interlocutores indicados na Agenda Cariri para o debate sobre as formas desejáveis de intervenção, com vistas a definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a região. Em sintonia com a política de geração de emprego e renda formulada no Plano de Desenvolvimento da Paraíba, o programa buscou a adoção de tecnologias apropriadas ao trópico semi-árido, capaz de gerar o desenvolvimento ecologicamente harmonioso e de convivência com as irregularidades do clima.

A partir desses propósitos e com base no acervo de tecnologias já disponíveis, foi identificado um conjunto de prioridades, definidas como projetos, cuja implementação vai permitir a superação do quadro de pobreza absoluta, desemprego, analfabetismo e degradação ambiental que caracteriza a região. A estratégia adotada, além de concentrar-se na exploração e aproveitamento das oportunidades e potencialidades regionais, contempla também aspectos e componentes estruturais da realidade regional, que têm se constituído em pontos de estrangulamento de sua evolução econômica e social. Nesse sentido, prevê uma profunda reestruturação do modelo atual de desenvolvimento e de suas instituições, mediante a implementação de um conjunto articulado de ações integradas, aliadas à modernização tecnológica e organizacional da produção.

No delineamento das ações necessárias para remover os obstáculos e promover o seu desenvolvimento, evidenciou-se a necessidade de adotar uma abordagem multidisciplinar, capaz de articular as diversas variáveis relacionadas ao crescimento econômico e social, o avanço tecnológico de seus setores produtivos e a recuperação e conservação do meio ambiente regional.

O Programa foi concebido segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, por ser este modelo aquele que, em termos de eficácia e abrangência, melhor responde aos problemas regionais: a) eficiência econômica do processo produtivo; b) melhoria da qualidade de vida; c) redução das desigualdades sociais e d) sustentabilidade ambiental.

As ações do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano – PROCARIRI, foram estruturadas em componentes articulados de conteúdo setorial, quais sejam:

- Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas;
- Diversificação da Base Agrícola;
- Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura;
- Fortalecimento e Desenvolvimento do Artesanato;
- Modernização Gerencial e Fortalecimento Institucional da Administração Pública;
- Mobilização e Capacitação de Comunidades;
- Preservação e Gestão Ambiental;
- Secretaria Executiva – Gestão e Acompanhamento.

A justificativa para a adoção do referido programa envolveu, principalmente, o fato de as localidades que compõem o Cariri Paraibano conviverem sistematicamente com momentos de crise econômica e social, decorrentes da conjunção de problemas estruturais com fatores conjunturais que acentuam os estrangulamentos e as dificuldades crônicas. Por outro lado, dispõe de recursos naturais significativos e de fatores geo-econômicos com possibilidades de desenvolvimento; as condições climáticas e hidrológicas são limitadas, mas é dotada de satisfatória infra-estrutura de transporte, energia e comunicação, e se beneficia de algumas vantagens locais, dadas pela proximidade de importantes centros dinâmicos da economia regional e de centros financeiros, comerciais e tecnológicos.

A falência do complexo produtivo do algodão, da pecuária e de culturas de subsistência, a partir do início da década de 80, aliada à defasagem e inadequação tecnológica e a relações de trabalho arcaicas, gerou um quadro de estagnação e de ineficiência econômica, forte dependência das transferências governamentais, subemprego e altos índices de desemprego sazonal, além de elevados déficits sociais e degradação dos recursos naturais.

2.8.2 Modelo de Gestão

A adoção do programa de desenvolvimento local, integrado e sustentável no Cariri paraibano foi posto em prática, a partir da construção de um sistema de parcerias, associado ao aperfeiçoamento institucional, que articulou as ações do setor público e da sociedade organizada no esforço comum de instaurar uma nova dinâmica de crescimento sustentável na região. Neste sentido, foi criado um Modelo de Gestão que organizava os processos de negociação, deliberação e execução das ações prioritárias e da forma de articulação e gerenciamento das intervenções públicas e privadas e da comunidade organizada, através de conselhos especificamente criados com esta finalidade. A forma de gestão é compartilhada, ressaltando a maneira como o setor público e a sociedade devem se estruturar para conduzir de forma integrada e solidária as iniciativas necessárias à implementação do programa.

A gestão do programa tem como maior desafio para a sua efetividade: (i) o desenvolvimento de capacidades e a disposição política para superar obstáculos contextuais através da criação de parcerias, (ii) a construção de legitimidade e (iii) a instauração de critérios técnicos e de eficiência diante das pressões clientelistas e da rotina burocrática.

O marco da gestão foi definido pelas diretrizes e políticas macroeconômicas formuladas pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável da Paraíba, auto-definido como “...

instrumento norteador, tanto das ações do Governo, como do setor privado e da sociedade como um todo...”. Neste sentido, o programa propunha um esboço inicial de um sistema de planejamento estratégico e de formulação de projetos que envolvem a participação das instituições com responsabilidade na problemática econômica e social.

Houve toda uma preocupação na implementação dos projetos, buscando-se a coerência com as ações de outras instituições, em todos os níveis de governo. Esta coerência seria obtida através da negociação e disposição das capacidades efetivas para a execução das políticas sociais e para os ajustes concertados. A sintonia entre os parceiros ocorreu através de processos nos quais a programação, o financiamento e a avaliação serviram como elementos determinantes da gestão, constituindo os projetos a unidade básica para a destinação dos recursos, com produtos, resultados e impactos claramente especificados e verificáveis.

O modelo de gestão foi concebido como um instrumento capaz de definir estratégias viáveis baseado em práticas participativas e na convergência interinstitucional. Nesta perspectiva, foi definida uma estrutura organizacional para o programa, envolvendo: a criação, a composição, a definição de atribuições e as formas de atuação dos participantes nos Conselhos Regionais e Municipais do Desenvolvimento Sustentável e de uma entidade denominada OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).

Ao SEBRAE-PB couberam as ações de coordenação e articulação das instituições participantes do programa através de uma secretaria executiva com atribuições específicas, com a participação de colaboradores e consultores independentes. Além disso, o SEBRAE-PB foi o responsável pela Gestão dos projetos, pré-definido, discutido e deliberado nas instâncias dos Conselhos.

Com base no que foi referenciado, faz-se necessário abordar o inter-relacionamento entre capital social e desenvolvimento, ressaltando os benefícios que a junção dessas duas variáveis permite a uma sociedade, além de mecanismos eficazes para o fortalecimento do capital social.

2.9 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

A noção de capital social tornou-se um importante instrumento teórico para a análise de processos de desenvolvimento, uma vez que esta era embasada apenas em avaliações macroeconômicas e desprezava a essencial existência do inter-relacionamento do capital social com o desenvolvimento.

Segundo Chévez (2001), o capital social é apresentado como sendo um recurso que, em conjunto com outras condições favoráveis, oferece às comunidades a possibilidade de construir, baseados em suas próprias potencialidades e capacidades, projetos sustentáveis de desenvolvimento orientados a melhorar suas condições de vida.

Para tanto, devem ser consideradas determinadas características da organização social, como confiança, normas e sistemas, pois são fatores que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, promovem a ajuda recíproca e a cooperação espontânea entre as pessoas, facilitando as ações coordenadas, nas comunidades e na sociedade (PUTNAM, 1996; DURSTON, 1999).

De acordo com Putnam (1996), o capital social é a capacidade que os grupos e organizações que formam a sociedade civil desenvolvem para trabalhar conjuntamente para atingir objetivos comuns, proporcionando uma maior eficiência na produção coletiva da riqueza.

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma sociedade é atingido na medida em que existe de fato uma melhoria nas condições de vida de uma população, sob todas as suas dimensões, sejam elas econômicas, culturais, sociais, entre outras.

De acordo com Silva (2000), o desenvolvimento local é entendido como processo de promoção social, econômica e cultural do ser humano através da combinação de três fatores, quais sejam: Recursos (terra, capital, trabalho e tecnologia); Comunidade (uma população de um determinado espaço, região ou município); Organizações governamentais ou não governamentais (universidades, instituições, sindicatos, associações, agências, órgãos governamentais no âmbito federal, estadual e municipal). É um processo de aproveitamento dos recursos e das riquezas de um determinado local ou região, onde podem ser valorizados e transformados, através do efetivo envolvimento da população e da participação competente de organismos governamentais e não governamentais.

Segundo Baquero (2002), o capital social se apresenta com o objetivo de transformar bens intangíveis (confiança recíproca) em bens tangíveis (políticas públicas). Como consequência, ele se insere num conjunto de esforços institucional, cultural, político e econômico, fazendo com que as instituições funcionem melhor por meio de culturas com predisposições positivas em relação à cooperação recíproca e voltadas para a cidadania.

LaVille (apud BAQUERO, 2002) afirma que organizações cidadãs surgem da capacidade da sociedade civil em formar redes sociais de ajuda mútua que empoderam os indivíduos membros das sociedades, através da ação coletiva, o que promove o surgimento de uma democracia participativa.

O empoderamento pode ser entendido como o envolvimento dos indivíduos na gestão política e econômica das localidades, através da descentralização, do repasse de responsabilidades e da democratização do poder. Estes passam a interagir melhor, compreender e assumir responsabilidades e conseqüências, o que permite um maior poder de decisão na sua comunidade, assim como o surgimento e crescimento do civismo e, por conseguinte, um aumento na participação social.

Numa visão mais ampla, a participação social pode ser considerada como um processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não tem acesso a tal (JACOBI, 2003, p. 322). Desse modo, a partir do momento em que se permite a criação de novos canais de participação, visando à tomada de decisões e a gestão local, a própria comunidade passa a ser protagonista de seu bem-estar.

Para Lima (2005), o capital social funciona como indutor de relações de confiança entre estado e sociedade e, assim, o torna elemento crucial para estabelecimento de políticas públicas participativas e mais eficientes.

O capital social, através da formação de hábitos de cooperação, solidariedade, auxílio mútuo, responsabilidade comum, espírito público, articulação e agregação, assume o papel de fator importante para que interesses comuns sejam objetivados ao invés de interesses individuais ou parciais (PUTNAM, 1996).

Portes (apud LIMA, 2005) afirma que, apesar de o capital social não ser novidade teórica, vem assumindo cada vez mais uma nova dimensão na recuperação das conseqüências positivas da sociabilidade e das relações não monetárias presentes na sociedade, o que faz ver, assim, a importância do capital social não como apenas conceito teórico, mas sendo visto como um dos fatores geradores de desenvolvimento.

Sua utilização vincula o funcionamento das instituições econômicas e políticas a questões culturais a partir da interação social dos indivíduos, em que a importância da construção de uma sinergia entre Estado e sociedade é essencial ao funcionamento das instituições democráticas numa realidade que privilegie não só a esfera privada, mas a estatal e social em políticas de desenvolvimento (LIMA, 2005).

O resultado desta interação entre capital social e desenvolvimento é a melhoria da qualidade de vida da população, através da geração de emprego, renda, acesso à saúde e educação, uma vez que o desenvolvimento local é uma nova maneira de olhar e promover o desenvolvimento de comunidades humanas.

Com a interação do capital social e desenvolvimento, bem como a real evolução do termo, fez-se necessário a concepção de modelos/metodologias capazes de medir e avaliar a intensidade do capital social em uma localidade, buscando dessa forma auxiliar os interessados em conduzir levantamentos e pesquisas enquadrados no referido tema.

2.10 INSTRUMENTO DE PESQUISA DO BANCO MUNDIAL – QI-MCS

A evolução a que o termo Capital Social vivencia no campo das ciências sociais remete ao fato de buscar conhecimentos acadêmicos referentes ao tema para que se adquira uma base conceitual através dos diversos precursores que ao longo dos anos tem enriquecido esse campo de estudo. Concomitantemente, faz-se necessário o exercício da prática, ou seja, o desenvolvimento de instrumentos empíricos para se medir efetivamente essa variável. A ferramenta utilizada como subsídio para a aplicação da pesquisa nas cidades de Monteiro e Serra Branca foi o Questionário Integrado para Medir Capital Social- QI-MCS, o qual tem o objetivo de fornecer um conjunto de questões essenciais para todos os interessados em gerar dados quantitativos sobre as várias dimensões do Capital Social.

O QI-MCS foi desenvolvido e elaborado através de um sólido conhecimento de métodos de pesquisa social, em geral, e ferramentas de pesquisa do tipo *survey*, em particular, assim como a familiaridade com os temas e debates centrais da literatura em foco, sendo utilizado em sua maioria por pesquisadores, gerenciadores de projetos e programas, além dos interessados em conduzir levantamentos de índices nacionais enquadrados no tema.

Segundo Narayan (2000), Grootaert e van Bastelaer (2002) é importante destacar que uma ferramenta de *survey* é desenvolvida para gerar dados quantitativos, entretanto, sabe-se que uma rica pesquisa sobre capital social é resultado de métodos qualitativos.

No interior de um esquema conceitual de capital social baseado no nível de organizações e lideranças locais, é importante reconhecer que há um conjunto de questões substantivas, a partir das quais informações relevantes podem ser obtidas.

Diante de trabalhos anteriores de tipo *survey* sobre capital social, foram feitas algumas adaptações na Metodologia do Banco Mundial, a fim de adequá-la aos objetivos da pesquisa e a realidade dos municípios analisados. Para tanto, foram organizadas seis dimensões que serviram de arcabouço para o corpo da pesquisa:

- Apoio Comunitário: é uma dimensão que surge como um elemento de estabilidade na

medida em que se caracteriza como um princípio que guia a ação coletiva dos interesses organizados, referindo-se às características gerais da comunidade e suas possíveis relações com o capital social. Ocorre quando existe apoio e estímulo para busca de maior integração numa dada localidade ou território. Existe uma série de ações que viabilizam o apoio comunitário, destacando-se a aproximação dos processos de decisão à comunidade mediante a descentralização do poder político e a construção de arenas públicas que incorporem a sociedade civil organizada, pressupondo-se que, dessa forma, seriam adotadas políticas públicas mais eqüitativas.

- **Capital Social Estrutural:** refere-se ao compartilhamento de informações que facilita as ações coletivas e os processos de tomada de decisão através de regras estabelecidas, redes sociais e outras estruturas suplantadas por normas e leis. Está associado às diversas formas de organização social e de instituições locais, tanto formais quanto informais, que atuam como instrumentos para o desenvolvimento comunitário, como, por exemplo, papéis, regras e procedimentos, assim como as redes de relações sociais que favorecem a cooperação ou, mais especificamente, o comportamento cooperativo. Esse tipo de comportamento é favorecido, pois reduzem os custos de transação, ao estabelecerem padrões de comportamento e de interações que tornam mais prováveis e desejáveis os resultados da ação coletiva.

- **Redes e Organizações de Apoio Mútuo:** essa dimensão pode ser definida como sistemas compostos por conexões e representadas por sujeitos sociais, tais quais indivíduos, grupos e organizações, que se encontram conectados por algum tipo de relação. De um modo geral, procura verificar como membros agiriam em situações de fracasso de colheita, violência urbana, um professor afastado muito tempo da sala de aula, para as quais a resolução do problema requer uma ação coletiva, ou seja, procura entender expectativas a respeito de ações coletivas e solidariedade no futuro. A constituição de redes para o desenvolvimento local estabelece objetos de estudo importantes na análise de relações entre atores econômicos, entre eles as diversas organizações existentes. Logo, essa existência de organizações em redes pode ser verificada através dos mecanismos sociais de confiança e cooperação entre as pessoas envolvidas.

- **Ação Coletiva Prévia:** essa dimensão tem por objetivo coletar três informações: o grau de ação coletiva, o tipo de atividades desenvolvidas coletivamente e uma percepção geral do grau de iniciativa para cooperar e participar de ações coletivas. A utilidade desse indicador

vem do fato de que, na vasta maioria das localidades, a ação coletiva somente é possível quando há um nível significativo de capital social à disposição da comunidade, mostrando que o interesse privado não se sobrepõe à obtenção do bem público. A ação coletiva é um aspecto importante da vida de uma comunidade em muitos países, embora os objetivos da ação possam diferir bastante. Em alguns países, a ação coletiva consiste basicamente em atividades comunitariamente organizadas para a construção e manutenção de infra-estrutura e para prestar os serviços públicos relacionados. Em outros países, a ação coletiva é mais politicamente orientada e utilizada basicamente como *lobby* junto a políticos eleitos para obter mais serviços para a comunidade.

- **Capital Social Cognitivo:** é resultante de processos mentais reforçados pela cultura e ideologia de um grupo, mais especificamente, por normas sociais, valores, atitudes e crenças, que, por sua vez, também contribuem para o comportamento cooperativo. Dentre esses valores, incluem-se a solidariedade, a confiança e a cooperação e a vontade de solucionar conflitos, que, compartilhados, favorecem o trabalho voltado para o bem comum dos indivíduos. As componentes do capital social cognitivo tornam os indivíduos mais predispostos ao comportamento cooperativo, pois, na medida em que são amplamente compartilhados, tornam a cooperação mais provável. Normas, valores, atitudes e crenças, que constituem a dimensão cognitiva do capital social, são os elementos que dão racionalidade à ação coletiva.

- **Perfil Organizacional:** trata-se de uma dimensão voltada para a vitalidade de redes comunitárias e da sociedade civil, que são resultados de um ambiente institucional, legal e político. Com isso, o objetivo geral desse perfil é acessar as características internas das organizações locais específicas e delinear o relacionamento e as redes que elas têm com outras organizações. O capital social tem sido analisado no sentido de tentar demonstrar que quanto mais confiança recíproca existe entre indivíduos, grupos e instituições na busca e promoção de bens comuns, maiores são as possibilidades do desenvolvimento de padrões participativos, e maior ainda a possibilidade de contribuir para o fomento efetivo e eficaz das organizações. Sendo isso, consequência da qualidade das instituições formais existentes em uma sociedade, além da eficiência e transparência que as mesmas detêm.

Diante das considerações realizadas, a conexão entre o capital social e as diferentes dimensões referidas acima, introduzidas a um *survey* desse tipo (QI-MCS), torna

possível nos levantamentos de dados realizados, a garantia do impacto desse instrumento sobre o capital social, verificando ainda se as áreas com maiores níveis dessa variável têm a implementação de projetos mais bem sucedidos.

Com base no que foi referenciado, verifica-se cada vez mais a importância de se realizar estudos que procurem entender as perspectivas e fatores para a promoção do desenvolvimento, dentre eles o capital social. Assim, nesse estudo buscou-se analisar o capital social e as suas influências em políticas e ações participativas da sociedade civil direcionadas para a promoção do desenvolvimento local sustentável.

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA

A pesquisa realizada é do tipo qualitativa e o método utilizado é o estudo de caso que, segundo Yin (2002), trata-se de uma estratégia de pesquisa escolhida mediante três condições: tipo de questão de pesquisa proposto (como e por quê), o não controle que o pesquisador tem sobre os eventos comportamentais efetivos e o enfoque em acontecimentos contemporâneos. Para o autor, o estudo de caso é uma forma de verificação empírica de evidências. No entanto, não é realizado independentemente da teoria, e sim desenvolvido com base nela. Normalmente é utilizado quando: 1) o pesquisador possui pouco controle sobre os fenômenos e 2) o foco encontra-se em fenômenos contemporâneos inseridos num contexto da vida real.

Os pressupostos da pesquisa qualitativa são os de que existe a necessidade do entendimento do homem como um agente social que influencia e é influenciado pela estrutura social. Esse agente é dotado de percepções peculiares da realidade que permitem uma interpretação própria da sua realidade. O processo de interação do agente com o seu contexto social envolve um conjunto de conceitos e significados construídos socialmente com base na interpretação subjetiva da própria realidade. Estes conceitos e significados são trabalhados a partir de teorias de suporte específicas, dentre elas: a teoria de representações sociais e a teoria da ação.

Para ambas as teorias, a análise de conteúdo é um método para análise do discurso, a partir da sua decomposição e identificação das suas unidades de análise ou grupo de representações para uma categorização dos fenômenos, a partir do qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentam uma compreensão mais aprofundada da interpretação do grupo estudado.

Para a viabilização da pesquisa, utilizou-se a teoria das representações sociais e, como método, a análise de conteúdo para a decomposição do discurso e identificação das categorias. O método da análise de conteúdo consiste numa ferramenta para a compreensão da construção de significados que os atores sociais exteriorizam no discurso. Para Trivinos (1987), a análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas de análise de comunicações, que busca descrever o conteúdo das mensagens e obter indicadores que permitam a inferência

de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das variáveis inferidas das mensagens.

A sua operacionalização genericamente envolve: estar de posse dos dados que poderão ser coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas, questões abertas de questionários ou outros instrumentos de pesquisa utilizados. De posse destes dados, é feita a interpretação das informações colhidas e, em seguida, chegar as etapas conclusivas. Para Bardin (1994), a utilização da análise de conteúdo deve ser dividida em três fases: 1) a pré-análise, que envolve a exploração do material e tratamento dos resultados; 2) o cumprimento das decisões tomadas anteriormente e 3) a busca de significados e validação dos dados obtidos.

Para os fins do estudo realizado, objetivou-se verificar quais as influências do capital social na execução de políticas e ações voltadas para a promoção do desenvolvimento local sustentável, ou seja, identificar as representações sociais sobre um conjunto de dimensões e variáveis que permitem analisar a intensidade do capital social e, a partir de tal ponto, compreender as influências do capital social nas políticas e ações para geração do desenvolvimento local.

Neste sentido, foi aplicado um estudo de caso múltiplo, no qual foi realizado um estudo comparativo entre duas experiências de ações direcionadas para geração do desenvolvimento local sustentável a partir de práticas democráticas e participativas dos diversos atores sociais numa dada localidade, sendo uma delas considerada exitosa e outra não, a partir dos parâmetros e critérios pré-estabelecidos pelo SEBRAE-PB e a metodologia da Rede DLIS de aplicação de ações e políticas direcionadas para a geração do desenvolvimento local.

Para tanto, utilizou-se como ferramenta o Questionário Integrado para Medir Capital Social- QI-MCS como subsídio para a aplicação da pesquisa nas cidades de Monteiro e Serra Branca. Tal instrumento desenvolvido pelo Banco Mundial tem o objetivo de fornecer um conjunto de questões essenciais para todos os interessados em gerar dados quantitativos sobre as várias dimensões do Capital Social.

3.2 OS DADOS DA PESQUISA

Os dados da pesquisa consistem em dados secundários obtidos a partir do acesso a fontes sobre contexto da pesquisa, atividades desenvolvidas pelas instituições (públicas e privadas) envolvidas com o DLIS nas duas cidades pesquisadas.

Os dados primários foram levantados através da realização de entrevistas com atores sociais envolvidos com o DLIS nas cidades pesquisadas, incluindo lideranças locais, pessoas com atuação direta e indireta no DLIS e técnicos vinculados às instituições.

Estes dados foram complementados através de visitas *in loco* às cidades e a algumas das instituições, da observação não-participante e das leituras e discussões de toda uma base conceitual e teórica relacionadas aos temas: capital social, desenvolvimento local e sustentabilidade.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento de pesquisa consistiu em um roteiro para realização de entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais envolvidos com o DLIS nas cidades pesquisadas, tomando como referência a proposta do Banco Mundial, que permite ajuste de dimensões e variáveis para medir capital social em contextos específicos.

A adaptação do instrumento incorporou as dimensões e categorias. As categorias consideradas referem-se as variáveis do modelo QI-MCS proposto pelo Banco Mundial as quais estão explicitadas no quadro 2 a seguir:

Dimensões	Categorias
Apoio Comunitário	Participação das pessoas nas instituições locais
	Participação por gênero
	Participação por faixa etária
	Participação por estado de emprego
	Nível de organização da comunidade
	Mobilização das pessoas e ou instituições para resolução de problemas
	Programas ou instituições envolvidas na geração de desenvolvimento local
Capital Social Estrutural	Infra-estrutura
	Participação do líder
	Diferença entre os membros (Diversidade)
Redes e Organizações de Apoio Mútuo	Níveis de diferenças
	Problemas decorrentes das diferenças
	Disponibilidade de serviços
	Problemas de acesso a serviços
Ação Coletiva Prévia	Interação entre a comunidade e líderes políticos na solicitação de ações de desenvolvimento
	Formas de decisão relacionada a projetos de desenvolvimento
Capital Social Cognitivo	Apoio e Solidariedade
	Confiança
	(Níveis) de Individualismo
	(Níveis) de Respeito e Atenção à opinião alheia
	(Nível) de Prosperidade
	(Nível) de Aceitação
	Nível de Conflito
Engajamento	
Perfil Organizacional	Mudanças nas estruturas e propósitos da organização
	Tipo de ajuda organizacional
	Participação organizacional
	Capacidade das organizações para conviver com conflitos
	Capacidade e competência das organizações
	Liderança organizacional

Quadro 2 - Dimensões e categorias

Fonte: Dados da Pesquisa (2006)

Além disso, foram definidas as categorias para cada uma dessas dimensões com os seus respectivos parâmetros, os quais foram definidos a partir de leituras e discussões teóricas e metodológicas acerca dos conceitos e formas de aplicação do capital social, bem como dos critérios de avaliação propostos pelo instrumento QI-MCS, que permite medir a intensidade do capital social em um dado contexto.

Estes parâmetros foram criados a partir das variáveis do capital social em cada uma das suas dimensões, as quais foram consideradas as categorias para aplicação da técnica

de análise de conteúdo. As categorias e respectivos parâmetros estão discriminados no quadro 3 a seguir:

Categorias	Parâmetros
Participação das pessoas nas instituições locais	Quanto maior a participação, maior a possibilidade de existência de maior CS.
Participação por gênero	Quanto mais equitativo o percentual, maior a possibilidade de CS.
Participação por faixa- Etária	Quanto mais equitativo o percentual, maior a possibilidade de CS.
Participação por estado de Emprego	Quanto maior for à quantidade de pessoas que já tiveram algum vínculo empregatício, maior será o CS.
Nível de organização da comunidade	Quanto maior o nível de organização da comunidade, maior a possibilidade de CS.
Mobilização das pessoas e ou instituições para resolução de problemas	Quanto maior a mobilização de pessoas e/ou instituições para solução de problemas, maior a possibilidade de CS.
Programas ou instituições envolvidas na geração de desenvolvimento local	Quanto maior o número de programas e instituições envolvidas na geração de desenvolvimento local, maior a possibilidade de CS.
Infra-estrutura	Quanto maior a disponibilidade de locais públicos e privados para encontros e reuniões, maior a possibilidade de CS.
Participação do líder	Quanto maior a participação do líder, maior a possibilidade de C S.
Diferença entre os membros (Diversidade)	Quanto mais diferentes forem os membros participantes de grupos, associações, instituições, etc., maior a possibilidade de CS.
Influência dos líderes	Quanto mais ativa a participação dos líderes, maior o CS.
Níveis de diferenças	Quanto maior forem as diferenças, menor a existência de CS.
Problemas decorrentes das diferenças	Quanto maior forem os problemas decorrentes das diferenças, menor a possibilidade de existência de CS.
Disponibilidade de serviços	Quanto maior for à disponibilidade de serviços, maior a existência de CS.
Problemas de acesso a Serviços	Quanto maior forem os problemas de acesso aos serviços, menor a possibilidade de existência de C.S.
Interação entre a comunidade e líderes políticos na solicitação de ações de desenvolvimento	Quanto maior a frequência de relações entre a comunidade e políticos, maior o CS.
Formas de decisão relacionada a projetos de desenvolvimento	Quanto maior a participação da comunidade nas decisões, maior o CS.
Apoio e Solidariedade	Quanto maior for o nível de relacionamento entre as pessoas, maior forem às atitudes de apoio e solidariedade entre os membros da comunidade e esses com as instituições, maior será o nível de CS.
Confiança	Quanto maior for o nível de confiança demonstrada entre os atores locais maior também será a existência do CS.
(Níveis) de Individualismo	Quanto maior for o individualismo, menor será o nível de C S dessa comunidade.
(Níveis) de Respeito e Atenção à opinião alheia	Quanto maior for o nível de respeito e atenção à opinião alheia maior será o envolvimento interpessoal desse grupo e assim maior será o nível de CS.
(Nível) de Prosperidade	Quanto maior o nível de prosperidade de uma comunidade, maior será o nível de CS envolvido em ações que buscam a melhoria da sociedade como um todo.
(Nível) de Aceitação	Quanto maior for o nível de aceitação, maior será a legitimidade dos líderes e instituições, facilitando a cooperação e a ação coordenada, elevando assim o grau de CS dessa comunidade.

Categorias	Parâmetros
Nível de Conflito	Quanto maior a existência de conflitos entre os membros de uma comunidade, menor será a possibilidade de existência de CS.
Engajamento	Quanto maior o engajamento dos membros da comunidade em ações que promovam o desenvolvimento coletivo, maior a possibilidade de existência de CS.
Mudanças nas estruturas e propósitos da organização	Quanto mais flexível for a estrutura da organização, maior a possibilidade de CS.
Tipo de ajuda organizacional	Quanto maior for a ajuda de instituições externas, maior a existência de CS.
Participação organizacional	Quanto mais diversificada for a participação dos membros nas organizações, maior a possibilidade de CS.
Capacidade das organizações para conviver com conflitos	Quanto maior a transparência e a participação das organizações para resolver conflitos, maior será a possibilidade de geração de CS.
Capacidade e competência das organizações	Quanto maior a capacidade e competência das organizações no que se refere a atividades especializadas, maior será a possibilidade de CS.
Liderança organizacional	Quanto mais pessoas puderem ocupar a posição de líder, mais pessoas participarem das organizações, maior representabilidade terá essa organização, maior CS.

Quadro 3 - Categorização e parâmetros
 Fonte: Dados da pesquisa (2006).

3.4 SEQÜÊNCIA METODOLÓGICA PARA CONDUÇÃO DA PESQUISA

O encaminhamento da pesquisa obedeceu a seguinte seqüência:

1. Escolha das Cidades a serem pesquisadas: nesta etapa, foram identificadas as cidades nas quais existem exemplos significativos dos resultados da aplicação da metodologia da Rede DLIS, como também evidências de capital social na comunidade.

2. Identificação dos Atores Locais: nesta etapa, foi identificado um grupo de lideranças locais com as quais foram coletadas evidências e/ou realizadas entrevistas em profundidade. Este grupo foi selecionado em função de sua representatividade, do tempo de convivência na comunidade e conhecimento de sua trajetória histórica. Nestes casos, os atores locais mais representativos foram:

- a) As lideranças formais do poder público, tais como prefeito, secretários municipais, vereadores;
- b) Líderes de entidades empresariais;
- c) Lideranças comunitárias e membros da comunidade que participaram do programa;
- d) Os membros dos comitês formados;

- e) O consultor externo do SEBRAE, responsável pela condução das atividades no local;
- f) Os gestores do SEBRAE, responsáveis pela supervisão regional e municipal.

3. Coleta de Dados Históricos: Os dados históricos foram coletados a partir da leitura de documentação e registros da prefeitura, catálogos, levantamentos e diagnóstico do SEBRAE e reportagens na mídia sobre o município. Estes dados foram organizados e analisados em função de sua aderência com as dimensões do estudo (capital social, desenvolvimento local e resultados obtidos com a aplicação da metodologia da Rede DLIS).

4. Entrevistas em Profundidade: as informações levantadas foram obtidas a partir da aplicação de entrevista semi-estruturada, através de um roteiro previamente construído com base na revisão da literatura consultada.

5. Aplicação da Técnica de Análises de Conteúdos das Entrevistas Realizadas: Nesta etapa foi realizada a aplicação do software SPHINX, através da análise léxica e categorização dos dados coletados.

6. Apresentação dos Resultados, Interpretação dos Dados e elaboração do Relatório Final da Pesquisa: Nesta etapa foram consolidados os resultados obtidos com a realização da pesquisa, procurando responder o problema da pesquisa, a partir da análise das dimensões e dos parâmetros para cada uma das categorias pré-definidas quando da aplicação da análise de conteúdo.

3.5 CARACTERÍSTICAS DO CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em dois municípios da microrregião do Cariri paraibano, Monteiro e Serra Branca, os quais estão localizados a aproximadamente 300 km da capital, João Pessoa.

3.5.1 O Cariri Paraibano

O Cariri é uma das regiões mais pobres da Paraíba. Trata-se de uma região em grave crise econômica e social, decorrente da junção de problemas estruturais com fatores conjunturais, que acentuam alguns estrangulamentos para o desenvolvimento local

sustentável. Por outro lado, dispõe de recursos naturais significativos e de fatores geoeconômicos com possibilidades de desenvolvimento. As condições edafoclimáticas e hidrológicas são limitadas, mas é dotada de satisfatória infra-estrutura de transporte, energia e comunicação, e se beneficia de algumas vantagens locacionais, dadas pela proximidade de importantes centros dinâmicos da economia regional e de centros financeiros, comerciais e tecnológicos.



Figura 4 - Cariri Paraibano

Fonte: F. IBGE, 2006.

Polarizada por Campina Grande e figurando entre áreas do Estado de economia mais deprimida, a região apresenta frágil infra-estrutura social e econômica, responsável por indicadores poucos satisfatórios para as condições de vida de sua população.

A falência do complexo produtivo algodão-pecuária-culturas de subsistência, a partir do início da década de 80, adiantada pela defasagem e inadequação tecnológica e pelas relações de trabalho arcaicas, produz um quadro de estagnação e de ineficiência econômica. Forte dependência das transferências governamentais, subemprego e altos índices de desemprego sazonal, elevados déficits sociais e degradação dos recursos naturais, são alguns dos traços mais característicos da região.

Segundo o Censo Demográfico de 2003 e prevalecendo as condições então vigentes – embora se acredite que tenha havido melhoria nos indicadores –, dos 31 municípios que compõem a região, dois apresentam Índices de Desenvolvimento Humanos considerados extremamente baixos em relação à média estadual; dezesseis são classificados como muito baixos e doze como baixos.

Esses municípios abrigam hoje aproximadamente 63,0% da população residente na Mesorregião e 5,04% da população do Estado.

As atividades agrícolas têm pequena importância econômica e apresentam baixo padrão de eficiência produtiva, são afetadas pelo regime pluvial escasso e mais susceptível às secas periódicas. Nas épocas de normalidade climática, as culturas de subsistência de sequeiro e irrigadas de curto ciclo absorvem significativos contingentes de mão-de-obra. Quanto a estas últimas, verifica-se que tem se constituído na causa de poluição de águas subterrâneas e superficiais, em razão da utilização intensiva de agrotóxicos.

Diferentemente das atividades agrícolas, a pecuária, notadamente a de pequeno porte, encontra aqui condições mais favoráveis e é responsável por quase todo o valor da produção rural da região. O seu desenvolvimento se deu, desde os primórdios da colonização, em função do abastecimento dos engenhos de açúcar e dos núcleos urbanos.

3.5.2 A cidade de Monteiro

Criada em 28 de junho de 1872, o município de Monteiro está localizado na microrregião do cariri ocidental paraibano. Em termos de superfície, tem 1.010 km², que representam 14,40% da área da microrregião e configuram 1,78% da área do Estado.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2003), Monteiro tem população estimada em 27.883 habitantes. A densidade demográfica está em torno de 27 habitantes por km² e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,603, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Diferentemente da população total de Monteiro, que cresceu apenas 0,73% no período de 11 (onze) anos, entre os censos de 1980 e 1991, sua População Economicamente Ativa cresceu 5,78%. (PRODER, 1997).

Vários clubes sociais e de serviços desenvolvem atividades na comunidade monteirense, destacando-se: A CDL (Câmara de Diretores Lojistas); Associação dos micro e pequenos empresários de Monteiro; AABB (Associação Atlética Banco do Brasil); SOCREMO (Sociedade Cultural Recreativa de Monteiro); Clube José Lucio (no Sítio Jabitacá), Clube Recanto Verde (no sítio Mulungu), Casa de shows MetrÓpole; Casa de shows do sítio do Meio. Conta ainda com a Maçonaria, o AA, a FUNDAC, dentre outras instituições de caráter social e associativista.

A cidade de Monteiro é conhecida nacionalmente como marco da cultura nordestina por promover eventos como: exposição de artes plásticas, apresentações musicais, palestras e peças teatrais que envolvem a comunidade inteira.

Existem ainda diversas bandas musicais que ficaram conhecidas pelo sucesso adquirido ao longo de suas apresentações por todo país.

O município tem a economia baseada fundamentalmente na agropecuária, predominando a criação de bovinos, caprinos e ovinos. Porém, o aporte mensal dos recursos oriundos de proventos do elevado número de servidores públicos e beneficiários da previdência social, contribui sobremaneira para a movimentação do comércio local.

O principal artesanato local é a renda renascença, confeccionada com agulha, linha e lacê. Monteiro polariza a venda de diversas tipologias da renda, produzidas por associações das cidades circunvizinhas.

Analisando a distribuição fundiária do município, observamos que 91,09% dos imóveis rurais têm menos de 100 ha. e englobam apenas 36,53% da área ocupada, com explorações agropastoris. Já os outros 8,91% dos imóveis detêm 63,47% da área, demonstrando uma elevada concentração de terras em mãos de poucos proprietários. (Diagnóstico sócio-econômico, 1997).

O município interliga-se ao Sistema Rodoviário Federal pela BR-412 e ao Sistema Rodoviário Estadual pelas PB-242 e PB-264.

No que diz respeito às telecomunicações, a população de Monteiro tem acesso às comunicações telefônicas fixas e às móveis através das principais empresas do setor telefônico que operam no estado. Também dispõe de Rádios AM e FM e, em termos de veículos de comunicação, ainda contam com a circulação diária de vários jornais estaduais e regionais.

3.5.3 A cidade de Serra Branca

A emancipação política de Serra Branca foi alcançada no dia 10 de abril de 1960. Está localizada na microrregião dos cariris velhos e é composta por dois distritos: Santa Luzia e Sucuru. Possui uma área de territorial de 738 km², representando cerca de 1,24% da área territorial do Estado.

Sua sede encontra-se localizada no Planalto da Borborema, apresentando um relevo constituído por planícies e pequenos morros, com solo bruto não cálcicos, solos

litólicos e pequenas manchas de regos. A cidade possui um clima ameno do tipo semi-árido com chuvas ocasionais entre dezembro e março, tendo temperatura variando entre 18°C e 35°C.

O município teve sua população estimada em 12.242 habitantes (IBGE, 2003) representando aproximadamente 0,41% da população do estado. Apresenta um razoável nível de urbanização com cerca de 58,98% da sua população na cidade. Os dados do IBGE demonstram tratar-se de uma população em que é de grande predominância a existência de pessoas jovens, pois pouco mais de 41,59% encontram-se na faixa etária até 19 anos de idade.

No que diz respeito à educação, o município é provido de 125 estabelecimentos de ensino (pré-escolar, fundamental e médio). A média de tempo de estudo dos habitantes é de 4,42 anos e é de 33,87% o percentual de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade.

A cidade não apresenta fortes traços culturais: apenas duas festas fazem parte do calendário cultural, a Festa de São Vicente e a Semana Universitária, sendo que os festejos de São João também são relativamente proeminentes. O município já contou com cinema, teatro e programas de auditório, atividades que movimentavam a cidade, mas que foram desativadas por completo.

Sua economia baseia-se na agricultura de subsistência e no comércio. A estrutura fundiária é caracterizada pela existência de estabelecimentos de pequeno porte e neles predominam a lavoura temporária como atividade econômica principal. Na pecuária predomina a criação de caprinos e ovinos em propriedades com menos de 10 hectares. Nos últimos anos, o artesanato, principalmente o das louças de barro, vem despontando como fonte de renda para uma parcela significativa da população. Pode-se observar que há baixa densidade empresarial.

No que diz respeito ao sistema de telecomunicações do município, o acesso às comunicações telefônicas só acontece por meio de telefones fixos, pois ainda não existem operadoras do sistema móvel operando naquela cidade. As principais rádios sintonizadas são as AM e FM locais e as de municípios vizinhos.

3.6 AMBIENTE DA PESQUISA

Para a determinação da amostra da pesquisa foram obedecidas etapas apresentadas a seguir. Em ambas, a definição da amostra foi do tipo não probabilística intencional,

considerando informações previamente colhidas para verificar as possibilidades e consistência acerca das informações a serem levantadas. No caso da escolha das cidades pesquisadas, foram escolhidas duas cidades na qual existissem exemplos significativos dos resultados da aplicação da metodologia da Rede DLIS, como também evidências de capital social na comunidade.

A cidade de Monteiro foi apontada como uma das cidades onde a experiência com o Procariri teve êxito, e a cidade de Serra Branca exemplo de insucesso na implantação do projeto de desenvolvimento promovido pelos vários parceiros e municípios do Cariri paraibano.

Quanto à identificação dos Atores Locais foram selecionados grupos de lideranças locais nas duas cidades nas quais foram levantadas informações. Neste caso, foi utilizado, como critério, a sua representatividade, o tempo de convivência na comunidade e o conhecimento da realidade local. Nestes casos, os atores locais mais representativos foram:

- a) As lideranças formais do poder público, tais como prefeito, secretários municipais, vereadores;
- b) Líderes de entidades empresariais;
- c) Lideranças comunitárias e membros da comunidade que participaram do programa;
- d) Os membros dos comitês formados;
- e) O consultor externo do SEBRAE, responsável pela condução das atividades no local;
- f) Os gestores do SEBRAE, responsáveis pela supervisão regional e municipal.

3.7 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Para o tratamento dos dados, foi enfatizada a análise do discurso, fundamentada nas representações sociais. A operacionalização da análise e tratamento dos dados da pesquisa foram inicialmente realizados pela transcrição das entrevistas e posterior leitura flutuante do material, intercalando escuta do material gravado com a leitura do material transcrito, com atenção nas versões contraditórias das falas. Em seguida, procurou-se vincular as falas ao problema e objetivos da pesquisa, para definir claramente as categorias para enquadramento das falas. Em seguida, as falas mais adequadas e consistentes foram sendo incorporadas as diversas categorias (vide quadro 2, p. 55). Estas falas foram incorporadas ao texto de

apresentação e análise dos resultados da pesquisa como suporte às diversas definições das dimensões e variáveis que permitem medir o capital social, a contextualização destes conceitos e seus respectivos parâmetros.

Para a análise e tratamento dos dados foi utilizado como suporte o software SPHINX, para realização da análise léxica e categorização dos dados coletados.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tomando como referência o problema e os objetivos propostos na pesquisa, a qual buscou conhecer a relação entre as influências do capital social nas políticas para geração do desenvolvimento local e, a partir do explicitado nos procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, este capítulo mostra os resultados obtidos quanto ao nível de capital social identificado nas duas localidades pesquisadas. A partir da descrição de cada uma das dimensões do capital social, propostas pelo Banco Mundial, através de um instrumento de pesquisa que permite medir a intensidade do capital social em determinado contexto, foi definido um conjunto de categorias, criadas a partir da descrição das variáveis de cada dimensão do capital social e da percepção dos (das) pesquisadores (as) acerca do contexto da pesquisa. No caso, a cidade de Monteiro, aqui considerada uma experiência de êxito e a cidade de Serra Branca como uma experiência de insucesso na adoção de uma política para geração do desenvolvimento local.

Os resultados obtidos com a realização da pesquisa estão explicitados abaixo por dimensão e variáveis que permitem medir o capital social a partir de modelo e metodologia específicos, em que foram utilizadas técnicas qualitativas de pesquisa, envolvendo a observação não participante, conversas informais, visitas *in loco* a atores produtivos e instituições locais e, principalmente, a realização de entrevistas a partir de um roteiro pré-definido, que permitiu a aplicação da técnica de análise de conteúdo, conforme discriminação abaixo.

4.1.1 Dimensão 1 - Apoio Comunitário

O apoio comunitário aparece como um elemento de estabilidade na medida em que se caracteriza como um princípio que guia a ação coletiva dos interesses organizados. Refere-se às características gerais da comunidade e suas possíveis relações com o capital social. Esta dimensão ocorre quando existe apoio e estímulo para busca de maior integração numa dada localidade ou território. Existe uma série de ações que viabilizam o apoio comunitário,

destacando-se a aproximação dos processos de decisão à comunidade mediante a descentralização do poder político e a construção de arenas públicas que incorporem a sociedade civil organizada, pressupondo-se que, dessa forma, serão adotadas políticas públicas mais eqüitativas.

O apoio comunitário está relacionado ao conceito de comunidade cívica proposta por Putnam (1996) e envolve atributos e papel das pessoas e instituições quando envolvem questões de interesse comum, participação na vida pública, ações solidárias, existência de clima de confiança e tolerância, apesar das diversas possibilidades de conflitos e interesses antagônicos.

1) A categoria “**participação das pessoas nas instituições locais**” está voltada para a natureza e extensão do envolvimento das pessoas, as contribuições que essa interação poderá ocasionar para a comunidade como um todo e a diversidade de associações que detêm o engajamento da população. A existência de influência mútua entre sociedade e instituição demonstra o quanto existe uma participação efetiva das pessoas nas instituições, contribuindo para aumentar a competitividade dos agentes produtivos e a qualidade de vida da população.

A participação pode ser analisada sobre vários aspectos, tais quais: o gênero, a faixa-etária das pessoas envolvidas, o estado de emprego, a participação do líder e as diferenças entre os membros.

O parâmetro a ser utilizado será o de que quanto maior for a participação das pessoas nas instituições locais, maior será a possibilidade de existência do capital social.

O nível de participação nas associações é considerado um índice importante para a análise de capital social. Neste sentido, é essencial que a comunidade tenha a consciência de que a forma e a intensidade da participação das pessoas nas instituições locais contribuem para o desenvolvimento mais eqüitativo e sustentável.

As formas e intensidades da participação das pessoas nas instituições locais criam melhores condições de funcionamento das instituições, a partir de múltiplas formas de parcerias com a sociedade e a partir de necessidades e interesses comuns, aproveitando demandas e oportunidades capazes de gerar benefícios mútuos.

Relacionando-se a esta categoria, foi questionado às pessoas entrevistadas (atores locais) sobre suas participações nas instituições presentes nas cidades em foco, uma vez que, foram mencionados, a priori, as devidas importâncias e benefícios resultantes desta interação entre as pessoas e instituições. Os resultados obtidos mostram níveis de diferenças nas localidades em estudo, dos quais serão estabelecidas algumas considerações significativas.

De acordo com os resultados da pesquisa, torna-se perceptível que em **Monteiro** existe um ambiente propício ao envolvimento da comunidade e conseqüentemente um interesse geral da mesma em participar ativamente nas diversas instituições presentes. O resultado mostra que há de fato um favorecimento para a construção de capital social, na medida em que os entrevistados deixaram claro que as pessoas de um modo geral são bastante participativas, principalmente no que se refere à educação, sendo, na verdade, a instituição escolar um fator de mobilização por parte da comunidade quanto ao seu real envolvimento. Como podemos confirmar com o depoimento abaixo:

“São interessados como um todo... eles são participativos”. (entrevistado 6)

Em **Serra Branca**, pôde-se observar uma participação ainda baixa da população como um todo, havendo uma restrição a um número reduzido de pessoas que se envolvem e participam de forma efetiva. Na verdade, foi possível verificar que esta ocorrência se dá devido ao fato de a instituição maior que é a Prefeitura, em períodos anteriores, ter estado presente para atender exclusivamente a interesses próprios, tornando-se, assim, um fator de impedimento para a propagação de um relacionamento almejado por parte das pessoas. A percepção dos entrevistados confirma essa observação ao salientarem que a participação coletiva e espontânea do município como um todo ainda é muito baixa, fazendo-se necessário convidá-las para que se mobilizem e se envolvam de fato, desfavorecendo assim, a existência de uma maior quantidade do Capital Social da mesma. Fator confirmado pelo depoimento abaixo:

“A participação coletiva e espontânea do município, da população é muito baixa. Ainda é preciso chamar e mobilizar as pessoas para que o povo participe e se integre”. (entrevistado 18)

1.1) A sub-categoria “**participação por gênero**” procura identificar o nível de participação de homens e mulheres engajados nas instituições locais. A existência de capital social depende das afinidades estabelecidas entre as pessoas, e principalmente do grau de estabilidade e duração que estas apresentam. Para isso, é imprescindível que a sociedade ultrapasse a idéia de que, só homens ou só mulheres, envolvidos em projetos de desenvolvimento terão atuação mais adequada. Na perspectiva do capital social, torna-se necessário o engajamento de pessoas de ambos os sexos, como condição para maior dinâmica na convivência entre interesses em alguns momentos opostos. A superação destas diferenças

passa por um convívio mais intenso baseado no diálogo, capaz de gerar maior resultados, mais satisfatórios, a partir da superação dos problemas.

Neste caso, toma-se como parâmetro que quanto maior for a equidade no percentual da participação entre os gêneros, maior será a possibilidade de capital social.

É possível constatar que em **Monteiro** existe uma semelhança e compatibilidade no que se refere à participação por gênero. A cidade em estudo apresenta-se dentro dos requisitos essenciais para a disseminação do capital social, pois como os entrevistados afirmaram durante a pesquisa, existe uma comunicação favorável entre os homens e mulheres. Ambos realizam projetos e participam de instituições, contribuindo de acordo com as suas competências. Porém, vale ressaltar que ainda existe certa diferença quanto às atividades a que cada um se destina, ou seja, homens se envolvem com maior frequência em agricultura, enquanto as mulheres se direcionam em sua maioria a trabalhos sociais.

Analisando de forma global, essas diferenças não são causadoras de interferências para esta subcategoria, na medida em que os resultados obtidos mostram um envolvimento equitativo desses atores nas instituições públicas e privadas locais, colaborando de forma valiosa para uma disseminação positiva do Capital Social nesta categoria. Também confirmado pelo depoimento a seguir:

“Hoje participam um pouco mais de homem, porém, nós temos muitas mulheres envolvidas nesse processo que tem prestado uma contribuição valiosa, as mulheres guerreiras como as chamam”. (entrevistado 9).

Em **Serra Branca**, considerando a subcategoria em estudo, foi verificado que se faz presente uma distinção brusca, pois as mulheres demonstram estarem bem mais envolvidas que os homens. As entrevistas permitem concluir que existe uma participação significativa de mulheres nos movimentos comunitários, nas igrejas, enfim, em grande parte das instituições da cidade. É perceptível com bastante clareza o quanto existe essa disparidade quando se percebe o pequeno número de pessoas envolvidas efetivamente, e estas apresentam como participantes exclusivamente mulheres em sua composição. É sabido que a ausência de uma equiparação entre os gêneros acarreta para toda e qualquer sociedade certa indagação sobre quais os motivos que favorecem essa diferença, visto que o envolvimento coletivo com as instituições proporciona um maior êxito nas possíveis ações a serem realizadas, além de mostrar presente um dos fatores cruciais para a existência do Capital Social, que é o associativismo.

Logo, pode-se concluir com as considerações expostas, que a cidade de Serra Branca encontra-se com mais um problema no que diz respeito a geração e propagação do Capital Social. Neste sentido, colhemos os seguintes depoimentos:

“As mulheres é quem mandam, por ser a maioria e também por serem mais interessadas nesses trabalhos sociais. Os homens geralmente se desligam, deixam elas resolverem”. (entrevistado 26)

“O protagonismo das mulheres nos movimentos comunitários são mais fortes. Mais mulheres participam representando a igreja, a associação comunitária mais atuante é uma mulher que tá à frente, nos vicentinos também é uma mulher...” (entrevistado 25)

1.2) A subcategoria “**participação por faixa-etária**” tem o propósito de conhecer as pessoas mais participativas a partir das suas faixas etárias. Esta análise se faz importante devido ao fato de o capital social ser influenciado pelos vários atores sociais envolvidos. A interação entre as diversas faixas-etárias na busca pelo maior desenvolvimento local e o conhecimento de que, interconectadas, facilitarão o alcance dos objetivos comuns e de benefício mútuo possibilita uma série de ações mais eficazes e dinâmicas para ações mais integradas e participativas na localidade.

Nesta perspectiva, quanto mais igualitário for o percentual de participação entre as faixas-etárias, maior será a possibilidade de capital social.

Com relação à subcategoria em foco, fica evidenciado o fato de que em **Monteiro** há uma retração quanto à junção de pessoas de diferentes idades se reunirem e tornarem-se parte de algum tipo de associação. Como foi exposto acima, diferentes percepções trazem uma série de idéias, ideais e formas distintas de optarem pelas melhores decisões a serem tomadas em uma organização.

Logo, a localidade em estudo não dispõe atenção devida a um requisito fundamental para o fomento do Capital Social, que é a indução constante de novas parcerias, mostrando um fraco relacionamento das diversas faixas-etárias com as instituições. Segundo a pesquisa realizada e o posicionamento dos entrevistados, observa-se ainda que há uma concentração exclusiva da atuação dos jovens, reforçando o fato de que os gestores locais incentivam-nos a uma integração maior. Porém, as pessoas com uma idade mais avançada não encontram espaço suficiente para se integrarem e mostrarem as suas qualificações e benefícios que podem trazer para a comunidade em geral.

Em **Serra Branca** a visão obtida é que o cenário se repete não sendo evidenciado uma equidade no percentual de participação por faixas-etárias. Entretanto, foi verificado que a

faixa-etária menos participante é a dos jovens. Um dos motivos mencionados na entrevista para ausência dessas pessoas nos encontros, palestras, entre outros eventos, foi o fato de que a turma mais jovem ainda é bastante desligada dos acontecimentos sociais e locais. A faixa-etária acima de 30 anos, ou seja, a de adultos e idosos, é a que realmente se envolve. Percebe-se, assim, que esta subcategoria apresenta uma distorção considerável, mostrando ser um ponto crítico para a construção do Capital Social nessa localidade pesquisada.

1.3) A subcategoria “**participação por estado de emprego**” busca averiguar o quanto as pessoas empregadas ou desempregadas participam das ações que promovem o desenvolvimento de uma determinada localidade. O estado de emprego interfere na viabilização do capital social, pois se existe uma presença maior de pessoas empregadas, implica que as possibilidades de interação entre as pessoas e instituições e entre elas aumentam.

Neste sentido, adota-se como parâmetro que, quanto maior for a quantidade de pessoas que já tenham ou já tiveram algum vínculo empregatício, melhores serão as possibilidades de maior capital social.

A pesquisa realizada no município de **Monteiro**, no que tange aos resultados alcançados para esta subcategoria, aponta que as pessoas empregadas são as que mais participam. Foi verificado que, na maioria das vezes, as pessoas que já trabalham se sentem pré-dispostas a contribuir para o desenvolvimento do município, visto que já estão engajados em suas atividades e acreditam que podem acrescentar positivamente em outras áreas das quais haja necessidade, considerando-se de fato parte atuante e significativa. Fatores como estes retratam o quanto há uma contribuição favorável para um alto nível de Capital Social nesta localidade.

Em **Serra Branca**, a análise obtida na pesquisa mostrou que é maior o índice de participação de quem tem uma ocupação. A partir da exposição dos entrevistados, pôde-se perceber que existe uma consciência na cidade vinda dos administradores locais, de que um alto índice de desemprego nada tem a contribuir para o progresso de um município. Pelo contrário, só atrasa e dificulta a possibilidade de crescimento e desenvolvimento. Logo, essa visão dos atuais gestores locais sobre o quesito emprego permite que a população como um todo consiga atingir seus objetivos pessoais e conseqüentemente atuem em conjunto pela busca do exercício contínuo da interação e participação social. Esse nível de iniciativas por parte dos gestores favorece a existência de Capital Social nesta cidade.

2) A categoria “**nível de organização da comunidade**” refere-se à capacidade de a comunidade se organizar com frequência para solucionar alguma necessidade ou problema que ela venha a apresentar. Para que exista essa organização, faz-se necessário, inicialmente, que haja alguns fatores essenciais, tais como: participação, confiabilidade e solidariedade entre os membros. A formação do capital social se dá na medida em que a comunidade se sente mobilizada, articulando-se em grupos, associações, movimentos sociais, enfim, envolvendo-se em uma aprendizagem contínua e cooperativa, na busca de construir um sentimento comunitário.

O parâmetro para avaliar esta variável está baseado na premissa de que quanto maior o nível de organização de uma comunidade, maior a possibilidade de capital social.

No que concerne a esta categoria, foi verificado que em **Monteiro** existe uma propensão aos membros se organizarem, irem em busca de seus direitos e se engajarem nas associações existentes, sendo essas ações resultantes de um espírito coletivo da população. Como se sabe, faz-se necessário que haja uma participação da população conjuntamente com a instituição maior, que é a Prefeitura, para que ambos estejam organizados para uma atuação em parceria, promovendo o desenvolvimento da cidade. E essa parceria se faz presente na comunidade pesquisada. Acrescente-se o fato de que as associações, o grupo de mães e o de serviços, foram os que mais induziram as pessoas a se organizarem de forma cívica.

Essas conclusões sobre o município permitem afirmar que o nível de organização da comunidade e a certeza de que unidos terão maiores chances de resolverem os problemas contribuindo para o desenvolvimento local, tornam-se fatores primordiais para a construção de Capital Social nesta localidade.

Com relação a **Serra Branca**, a percepção que se obteve é que a comunidade tem se reunido nos últimos três anos para resolver problemas diversos. Porém, ao fazer uma análise retrospectiva, esse envolvimento das pessoas pode ser considerado recente, vivenciando um processo ainda de construção e aprimoramento. De acordo com os entrevistados, a cidade apresenta uma realidade extremamente contraditória ao que se pretendia alcançar há alguns anos.

Permitindo-se inferir que atualmente a comunidade está disposta a criar bases que acarrete em um novo ambiente, onde as pessoas percebam o quanto detêm forças para proporem mudanças, ou seja, encontra-se em Serra Branca uma disseminação positiva no que concerne ao Capital Social.

3) A categoria **“mobilização das pessoas e/ou instituições para resolução de problemas”**, diz respeito ao envolvimento que as pessoas têm para propor soluções eficazes e resolver os possíveis contratempos. Tem como objetivo evidenciar quais os temas que provocam algum tipo de iniciativa e mobilização da comunidade em geral. Quando a comunidade percebe que a educação, a saúde, a agricultura, ou determinado programa implantado na cidade não está obtendo resultados esperados, deve interferir para que a situação se reverta. Essa interferência “positiva” propicia bases para a construção e o fortalecimento do capital social.

Nesta perspectiva, adotou-se como parâmetro que quanto maior a mobilização de pessoas e/ou instituições para solução de problemas, maior a possibilidade de capital social.

De acordo com os depoimentos referentes a essa categoria, pode-se constatar que na cidade de **Monteiro** há uma disponibilidade para solucionar problemas por parte da comunidade, visto que a mesma se direciona às lideranças locais, ou ainda se organizam e resolvem os conflitos existentes entre si. A partir de uma análise feita durante o decorrer da pesquisa, percebeu-se o quanto há uma precaução por parte dos próprios moradores em intervir de forma benéfica nos projetos em desenvolvimento que não estão apresentando o retorno almejado na cidade.

Ao se questionarem os entrevistados sobre a iniciativa das pessoas e/ou instituições, aqueles afirmaram ser do interesse de cada um discutir acerca dos problemas, elaborando propostas e documentos que se direcionassem aos representantes municipais, estaduais e se preciso federais. Sendo a ovinocaprinocultura, a educação e a saúde as atividades que mais incentivam a população a tomarem atitudes. Com isso, ao exercerem de forma eficaz o seu papel enquanto cidadãos, estarão cooperando para um ambiente propício à viabilização de capital social. Os depoimentos a seguir confirmam essa afirmação:

“O que mobiliza muito a população é a ovinocaprinocultura, a participação da sociedade como um todo na educação, então o setor de educação, o de saúde, e uma praga que ataca a palma forrageira”. (entrevistado 7).

“A própria comunidade tá se manifestando pra resolver seus problemas. Não tendo condições de ir até a quem resolve os problemas, mas discutindo na base e elaborando um documento estão indo até a capital, J. Pessoa e até Brasília pra poder resolver os problemas”. (entrevistado 6).

Já em **Serra Branca**, pode-se inferir que a população ainda é muito passiva quanto à questão de se mobilizar para resolver os problemas da comunidade, que são na realidade de

seu interesse. Quando ocorre um determinado conflito, existe uma maior propensão para que ele seja resolvido de forma individualizada e a partir de iniciativas pessoais, não existindo um envolvimento geral dos atores locais. Na verdade, a comunidade ainda não compreendeu que o poder de iniciativa associado ao cooperativismo eleva o seu desenvolvimento e colabora para uma melhoria geral do município.

A ausência de alguns dos fatores determinantes para a construção do Capital Social, como incentivos a ações coletivas baseadas em objetivos comuns, dificulta o desenvolvimento satisfatório deste capital, comprometendo inclusive o desenvolvimento social da cidade. Como podemos verificar no depoimento colhido com um dos entrevistados:

“[...] porque a comunidade inteira ela não se envolve, a comunidade ainda acha que não é problema dela. Esperam que alguém resolva, [...] espera que alguém venha fazer por ela”. (entrevista 3).

4) A categoria **“programas e instituições envolvidas na geração de desenvolvimento local”** está relacionada à intensificação do envolvimento dos programas e instituições, para que promovam e colaborem com uma governança local adequada. Como é sabido, a construção e promoção dessa governança podem ser facilitadas se houver entidades objetivadas a tornarem-se de fato parceiras, na busca constante de uma viabilização do desenvolvimento local do município. Neste sentido, o fortalecimento do capital social depende da atuação dos diversos programas e instituições existentes e dos seus níveis de eficiência e transparência, na medida em que constituem instrumentos eficazes para desencadear um processo de mobilização social da comunidade como um todo, contribuindo para possíveis mudanças favoráveis no ambiente. Logo, o capital social passa a ser visto como conseqüência da qualidade das instituições existentes na sociedade.

O parâmetro proposto estabelece que quanto maior o número de programas e instituições envolvidas na geração de desenvolvimento local, maior a probabilidade de constituir capital social.

No que concerne à categoria analisada, foi identificado que em **Monteiro** os programas e associações existentes incentivam a comunidade a se tornarem parceiras, com uma ênfase maior para a agricultura e pecuária, através de programas de geração de desenvolvimento como o Centro de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura - CENDOV e a Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental da Paraíba, que é a AOCOP. Esta contribuição e o avanço verificado dos programas implantados, principalmente do setor rural,

fizeram com que a comunidade participasse ativamente na busca pela produção e crescimento cada vez maior.

Outras instituições apresentam significância para o desenvolvimento local, como a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL). De fato, são instituições que promovem uma maior desenvoltura da cidade, na medida em que reúnem diversas empresas locais com seus respectivos representantes, para trabalharem em prol da continuidade e aperfeiçoamento do ramo empresarial, beneficiando a comunidade como um todo. Dessa forma, pode-se inferir que em Monteiro o número de associações presentes e o grau de importância atribuída às mesmas, aprimoram o fortalecimento do Capital Social.

Em **Serra Branca**, de acordo com os resultados apresentados na pesquisa, é perceptível a existência de uma retração das instituições e dos programas locais para ações de desenvolvimento, pois ainda não perceberam sua devida importância para uma comunidade. Os entrevistados deixam transparecer que, nos últimos quatro anos, não houve iniciativas de pensar o município de forma diferente. Fatores como estes são conseqüências de deficiências do próprio município em áreas distintas, afetando diretamente a construção de programas que desenvolvam de fato a cidade. Essa realidade é comprovada pelo baixo número de ações e projetos desenvolvidos pelas associações existentes e principalmente a baixa qualidade das mesmas quanto aos serviços a que se propõe oferecer. A conclusão que se chega diante deste cenário de um não incentivo aos programas criados para aumentar a capacidade empreendedora da comunidade, conduz a se acreditar que, nessa categoria, Serra Branca mostra fracas ações para a existência da variável Capital Social.

As considerações obtidas a respeito das diversas categorias presentes na dimensão “**Apoio Comunitário**”, permitem inferir que a cidade de Monteiro dispõe de um ambiente propício à geração e acúmulo de capital social, visto que as pessoas da referida localidade apresentam, de um modo geral, ações voltadas para o apoio e estímulo à construção de uma integração entre os diversos membros da comunidade. Isto pode ser verificado em seis das categorias representativas desta dimensão, os quais mostram resultados considerados positivos à sua propagação. No que se refere ao município de Serra Branca, pode-se observar certa restrição de fatores considerados determinantes para a presença do capital social, em que as categorias *Participação por estado de emprego* e *Nível de organização da comunidade* são as únicas que apresentam a disseminação do capital social, confirmando assim, algumas das deficiências deste município.

4.1.2 Dimensão 2 - Capital Social Estrutural

O capital social estrutural refere-se ao compartilhamento de informações que facilita as ações coletivas e os processos de tomada de decisão através de regras estabelecidas, redes sociais e outras estruturas suplantadas por normas e leis. Está associado às diversas formas de organização social e de instituições locais, tanto formais quanto informais, que atuam como instrumentos para o desenvolvimento comunitário, como, por exemplo, papéis, regras e procedimentos, assim como as redes de relações sociais que favorecem a cooperação, ou mais especificamente, o comportamento cooperativo. O capital social estrutural é construído através de associações horizontais e redes sociais que mantenham processos de tomada de decisão transparentes e coletivos, lideranças responsáveis e práticas coletivas (UPHOFF, 2000). Seus elementos constitutivos favorecem o comportamento cooperativo, pois reduzem os custos de transação, ao estabelecerem padrões de comportamento e de interações que tornam mais prováveis e desejáveis os resultados da ação coletiva.

1) Na categoria “**infra-estrutura**”, busca-se verificar o nível de capital social através da disponibilidade de locais públicos e privados, para realização de eventos como reuniões, comunicados, encontros, palestras, etc. Os benefícios que a maior disponibilidade de centros comunitários, casas comerciais, de lideranças, igrejas, entre outros, propiciam para a comunidade tem um grande impacto para o acúmulo do capital social, pois se refere à capacidade que a sociedade civil (grupos e as organizações) desenvolve para trabalhar conjuntamente e atingir objetivos comuns. Além de que, as informações serão disseminadas de forma mais rápida e conjunta, beneficiando todos os atores sociais envolvidos.

O parâmetro adotado para esta categoria é de que, quanto maior for a disponibilidade desses locais citados acima, maior será a possibilidade de consolidação do capital social em um determinado contexto.

De acordo com o estudo realizado em **Monteiro** em relação a essa categoria, foi percebido que existe uma disponibilidade de diversos locais para realização de eventos e encontros na cidade: Associações, Câmara Municipal, auditório do SEBRAE e Sindicatos.

A partir da aplicação dos questionários, assim como da observação dos pesquisadores ao município, pôde-se averiguar o interesse por parte da própria comunidade em compartilhar e contribuir na realização desses encontros. Os entrevistados afirmaram que a escolha dos lugares depende da quantidade de pessoas que irão participar. Entretanto, expuseram que as principais reuniões das comunidades acontecem em casas populares,

mesmo existindo disponíveis outros lugares mais formalizados.

O fato de as pessoas disponibilizarem suas próprias casas para que as reuniões aconteçam, demonstra o interesse da comunidade de trabalhar em conjunto, assim como certo nível de consciência acerca da importância dessas reuniões para troca de informações e conhecimento e, dessa forma, possibilitar o alcance de objetivos comuns à comunidade e viabilizar uma maior formação de capital social.

Na cidade de Serra Branca, também foi constatada a disposição de vários ambientes onde são realizados os encontros dos e entre os grupos, assim como da comunidade. As respostas mais frequentes foram: Ampare, Auditório dos Vicentinos, Câmara Municipal e Sindicato dos Trabalhadores.

Nesse sentido, pode-se dizer que nesse município existe e estão à disposição da comunidade vários ambientes propícios a encontros e reuniões das diversas camadas sociais do município, contribuindo assim para uma maior possibilidade de formação do capital social.

1.1) A subcategoria **“participação do líder”** busca evidenciar o envolvimento das lideranças locais para que a cidade se desenvolva, ou seja, o seu grau de contribuição para que as ações e projetos tornem-se promissoras e efetivas. O papel do líder torna-se imprescindível em uma sociedade, pois o mesmo tem o poder e a função de influenciar e apoiar medidas que mobilizem a comunidade em prol de um bem comum. É sabido que, líderes atuantes e engajados possibilitam um incentivo maior à população, na medida em que se propõem a fazer acontecer e ampliar os projetos de desenvolvimento.

Como parâmetro para análise desta variável, pode-se inferir que quanto maior for a participação do líder, maior a possibilidade de capital social.

De acordo com a análise feita a partir das respostas obtidas nos questionários aplicados, e da observação dos pesquisadores, pôde-se verificar que, em **Monteiro**, as lideranças são extremamente participativas e atuantes na medida em que se envolvem efetivamente nos projetos locais. Isso fica evidenciado pela participação efetiva em reuniões de tomada de decisão, conselhos de desenvolvimento municipal, seminários, palestras e encontros promovidos por agentes externos.

Assim, pode-se constatar que a geração e o acúmulo de capital social no referido município, também é favorecido por essa participação dos líderes em reuniões coletivas externas, o que propicia benefícios à comunidade como um todo.

“Os líderes são extremamente participativos”. (entrevistado 10).

Já em Serra Branca, o apoio das lideranças mostrou ser baixo e fraco, principalmente por parte da liderança maior, a prefeitura, que na gestão passada, de acordo com a visão de alguns entrevistados, não apoiava os projetos sociais de maneira efetiva, gerando um grande obstáculo para a construção do capital social nesta localidade.

Diante do explicitado nesta subcategoria, pode-se concluir que, em Serra Branca, existe uma certa lacuna no que se refere à construção e acumulação de capital social, o que pode impedir que ações e projetos promissores ao município tornem-se efetivos. Como pode-se confirmar também pelo depoimento abaixo:

“Não tínhamos apoio da liderança maior da instituição...” (entrevistado 16).

1.2) A subcategoria **“diferença entre os membros”** procura identificar a existência de diferentes pessoas envolvidas e engajadas nas associações, a fim de averiguar se pertencem à mesma família, à mesma religião, ao mesmo gênero, ao mesmo partido político, à mesma ocupação, à mesma faixa-etária, e por fim, ao mesmo nível educacional. Evidenciar as diferenças existentes se faz importante para uma análise sobre o nível de capital social, pois permite que se conheça o perfil da comunidade com relação à capacidade de as pessoas conviverem com diferentes culturas e opiniões, adaptando-se ao meio em que vive.

Essas variáveis foram questionadas separadamente, para que se saiba efetivamente onde existe um nível de distinção maior.

O parâmetro que serviu como base para análise foi de que, quanto maior for a diferença entre os membros, maior a possibilidade de capital social.

De acordo com as respostas dadas aos questionários aplicados, pode-se afirmar que existem diferenças nas características e perfis das diversas pessoas que participam dos principais grupos/instituições nos municípios de **Monteiro** e de **Serra Branca**. O fato de que pessoas pertencem a famílias, religiões, gêneros, partidos políticos, ocupações, faixa etária e nível educacional diferentes, mostra uma maior interação entre as pessoas que comungam de valores, cultura e crenças diferenciados.

Dessa forma, essa interação em meio à diversidade proporciona uma maior habilidade à formação de capital social nesses municípios.

2) A categoria **“influência dos líderes”** tem o propósito de identificar uma série de questões pertinentes, para verificar o quanto efetivo e influente são os líderes nas duas localidades em que foi realizada a pesquisa. Inicialmente, torna-se imprescindível conhecer

qual o grau de participação das lideranças, para, assim, detectar o nível de interesse existente. Em seguida, saber como ocorre o processo de tomada de decisão e o quanto efetiva são essas lideranças, e, por fim, fazer suposições a respeito de áreas importantes para o funcionamento de uma cidade, como educação, para se conhecer o poder de iniciativa dos líderes em resolver determinadas questões. O capital social terá maior ênfase em um ambiente onde os líderes propõem estratégias e iniciativas de desenvolvimento social e econômico, os quais contribuem para uma participação de todos os atores de uma sociedade civil, sendo este o verdadeiro papel que um líder deve desempenhar em sua atuação.

A partir destas considerações, toma-se como parâmetro que, quanto mais ativa a participação dos líderes, maior a possibilidade de existência de capital social.

Para esta categoria de análise, foi verificado que, na cidade de **Monteiro**, a influência dos líderes é significativa, e isto pode ser corroborado pela importância e representatividade que os principais líderes têm para com a comunidade.

O interesse que esses líderes têm para escutar as pessoas, identificar os problemas e propor estratégias e iniciativas que visem solucioná-los, é tido como um ponto fundamental para contribuir como a geração de capital social neste município. Verifica-se isto no depoimento a seguir:

“Eu acho que principalmente os líderes tenham muita influência para que escutem as pessoas que mais necessitam, identifiquem os problemas que a comunidade tem para juntos conseguir trazer as melhorias necessárias para a comunidade”. (entrevistado 11).

Em **Serra Branca**, foi verificado que o número de líderes existentes na cidade é pequeno, ou seja, existe uma minoria que se propõe a colaborar para o progresso local, e as demais pessoas são muito passivas e ficam à espera de resultados satisfatórios sem que façam por onde conseguí-los, pois não buscam por si sós, alternativas que possam contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Sabe-se, no que concerne a essa categoria, que a atuação dos líderes é de fundamental importância, pois é marcante e decisiva. Quando os grupos e/ou comunidade não dispõem de apoio das lideranças, como é o caso de Serra Branca, percebe-se certa dificuldade da comunidade, no que se refere à mobilização e participação, dificultando, assim, a promoção do capital social. Verifica-se essa afirmação no depoimento colhido:

“As pessoas precisam ser mais influenciadas, se vê muito as pessoas esperando o peixe em casa ...”. (entrevistado 20).

A partir de uma análise das categorias referentes à dimensão “**Capital Social Estrutural**” pode-se concluir que, em Monteiro, há uma maior probabilidade de a variável capital social ser difundida. Isto ocorre devido ao fato de se verificar com maior nitidez uma organização da comunidade, além da presença significativa das instituições locais, onde a parceria entre comunidade e instituições colabora para uma atuação eficaz das mesmas, resultando em fatores que ocasionam um maior desenvolvimento comunitário. Vale ressaltar que em todas as categorias presentes nesta dimensão, o capital social neste município pode ser efetivamente viabilizado.

Em oposição a este resultado, no município de **Serra Branca**, percebe-se que, em apenas duas das categorias analisadas, mais precisamente em *Infra-estrutura* e *Diferença entre os membros*, o capital social encontra-se favorecido, enfatizando a carência de infraestrutura deste município que possa viabilizar a promoção de capital social.

4.1.3 Dimensão 3 - Redes e Organizações de Apoio Mútuo

As redes e organizações de apoio mútuo podem ser definidas como sistemas compostos por conexões e representadas por sujeitos sociais, tais quais indivíduos, grupos e organizações, que se encontram conectados por algum tipo de relação.

Esta dimensão procura verificar como membros agiriam em situações de fracasso de colheita, violência urbana, um professor afastado muito tempo da sala de aula, em que resolução do problema requer ação coletiva, ou seja, procura entender expectativas a respeito de ações coletivas e solidariedade no futuro. Se o capital social é alto, ele será refletido não somente na alta participação em organizações no presente, mas também nas expectativas sobre outros comportamentos no futuro.

A constituição de redes para o desenvolvimento local estabelece objetos de estudo importantes na análise de relações entre atores econômicos, entre eles, as diversas organizações existentes. Logo, essa existência de organizações em redes pode ser verificada através dos mecanismos sociais de confiança e cooperação entre as pessoas envolvidas.

Vale ressaltar que as inter-relações das empresas em redes estão baseadas nas relações sociais e culturais, ou seja, no grau de parentesco, religião, etnia, educação, e condições históricas e políticas, que formam a base de uma comunidade local.

1) A categoria “**níveis de diferenças**” tem o objetivo de conhecer quais os setores que dividem e provocam o isolamento das pessoas, distinções na educação, em riqueza e posses, no status social, gênero, ou afiliações a partidos políticos, passam a ser algumas das variáveis questionadas, devido ao poder que as mesmas detêm de gerar divisão.

Para análise desta variável, pode-se adotar como parâmetro que, quanto maior for a diferença, menor a existência de capital social.

É importante ressaltar que, a existência de divergências nos setores citados acima colabora e propicia a formação de um capital social “negativo”. Assim sendo, faz-se necessária a criação de oportunidades reiteradas, baseadas em um espírito participativo e de união, a fim de se desenvolver o tão importante capital social que promove o desenvolvimento social e econômico de uma comunidade.

Podemos observar durante as visitas e no período de aplicação da pesquisa, que a região do Cariri de uma forma geral tem características muito parecidas, principalmente no que diz respeito a convivência entre as pessoas, geralmente não existem diferenças significantes relacionadas a educação, riqueza e posses, status social, ou gênero. Não sendo esses fatores causadores de divisões ou isolamentos dos grupos na maioria dos municípios.

Em **Monteiro**, de acordo com os dados obtidos nos questionários aplicados, pode-se dizer que as diferenças entre educação, riqueza, status social, gênero, faixa-etária, tempo de residência, religiões e etnias são poucas, não ocasionando, dessa forma, divisões entre os grupos. Salienta-se, entretanto, que as únicas características que tendem a dividir a cidade referem-se ao que diz respeito à afiliação e ideologias político-partidárias.

Nesse sentido, pela ausência de maiores divergências nos aspectos analisados, percebe-se que o referido município apresenta um ambiente propício à geração ou fortalecimento do capital social.

Já em **Serra Branca**, os resultados apontam que, nas variáveis educação, riqueza, gênero, faixa-etária, tempo de residência e etnia, poucas diferenças são encontradas. Porém, no que se refere aos aspectos afiliação político-partidária e religiões e crenças, as diferenças são relevantes, provocando com isso uma divisão nos grupos.

Podemos observar que a cidade tem acirrado uma briga política partidária que vem entravando seu desenvolvimento nos últimos anos, não favorecendo a aplicação de programas ou projetos de desenvolvimento local.

Dessa forma, conclui-se que no município de Serra Branca existem mais divergências entre as variáveis analisadas, o que pode ocasionar entraves à geração de capital social.

2) A categoria “**problemas decorrentes das diferenças**” é caracterizada como sendo uma consequência dos altos níveis de diferenças de uma comunidade. Tem o intuito de evidenciar o quanto essas diferenças causam problemas, e por quem são geralmente controlados. A promoção de capital social irá ocorrer, na medida em que houver um número mínimo de problemas verificados, e a sociedade trabalhar em conjunto para construir cada vez mais equidade e inclusão social, através de um maior investimento em projetos direcionados a diversos fatores, entre eles, a educação e geração de emprego e renda, áreas que devem ser trabalhadas de forma integrada e sinérgica.

Para efeito de análise, o parâmetro a ser utilizado é de que, quanto maior forem os problemas decorrentes das diferenças, menor a possibilidade de existência de capital social.

Durante as entrevistas e visitas realizadas em **Monteiro**, percebe-se que, como em qualquer cidade pequena do interior nordestino, existem poucos fatores que causam desentendimento na população, já que, na maioria das vezes, essa população age como uma grande família. De acordo com a análise dos resultados das entrevistas, foi possível perceber que, quando existe algum desentendimento entre a população, são divergências político-partidárias. Entretanto, não foi constatado algum problema real, o que se permite inferir que mesmo existindo algumas divergências, estas não são motivos autênticos para inviabilizar a formação de capital social.

Da mesma forma, no município de **Serra Branca**, tomando por base o diagnóstico realizado nos questionários aplicados, foi verificada a existência de um ambiente favorável à criação de capital social, uma vez que a mesma foi considerada pelos seus membros como um município tranquilo, onde as possíveis divergências entre seus membros não são agentes causadores de desordem e que, apesar das divergências político-partidárias, a cidade vive em clima de paz. Assim, no referido município a formação de capital social é favorecida.

3) A categoria “**disponibilidade de serviços**” está diretamente relacionada com a análise de alguns serviços prestados à comunidade, buscando averiguar a forma com que são disponibilizados, assim como a existência de possíveis restrições. Os serviços analisados foram: educação, saúde, treinamento profissional, transporte, justiça, serviço sanitário, entre outros, considerados imprescindíveis e essenciais para o bem-estar de uma sociedade.

Para análise, foi utilizado como parâmetro que, quanto maior for a disponibilidade de serviços à comunidade, maior a existência de capital social.

De um modo geral, observa-se ainda uma restrição considerável no que se refere à prestação de serviços, principalmente os de qualidade. Isso ocorre devido à má aplicação dos recursos disponíveis por parte dos gestores locais, sendo comprovado pelo elevado número de serviços privados, existentes em nosso país. Como se sabe, o capital social está relacionado à maximização da igualdade social, da saúde, do bem-estar, enfim, da qualidade de vida das pessoas.

Pode-se perceber pelos vários contatos com os moradores da cidade de **Monteiro**, que houve nos últimos anos uma evolução no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos, principalmente no que está relacionado à educação, com a implantação de um campus da Universidade Estadual da Paraíba, e a saúde. Neste campo, pode-se citar a diminuição do número de óbitos de crianças entre zero e dois anos por desnutrição, que teve, em 1998, o alarmante número de 98, tendo esse número sido reduzido, em 2005, para apenas seis.

Segundo os entrevistados, essa evolução deu-se como resultado da implementação de políticas públicas como um todo, voltadas principalmente para a educação, saúde e geração de emprego.

Pelas respostas dadas durante as entrevistas, pode-se afirmar que em Monteiro existe boa disponibilidade dos serviços básicos oferecidos para certos grupos da população. Com isso percebe-se um ambiente propício para o fortalecimento do capital social, uma vez que apenas uma minoria não tem acesso a todos os serviços básicos disponíveis.

Em **Serra Branca**, pode-se observar que os serviços básicos também são oferecidos de forma regular à população. Porém, a educação ainda é limitada ao ensino médio, após o qual os estudantes têm de se deslocar para outros municípios em busca de ampliação de seus conhecimentos. No que se refere à saúde, conclui-se que existe uma disponibilidade de serviços, porém, é preciso que as pessoas colaborem com os horários disponíveis. Logo, pode-se dizer que ainda existe muito a se fazer para melhorar a qualidade de vida das pessoas naquele município e, com isso, favorecer o fortalecimento do capital social nesta cidade.

3.1) A subcategoria “**problemas de acesso a serviços**” está vinculada às possíveis dificuldades enfrentadas pela comunidade no que se refere às restrições na “**disponibilidade de serviços**”, considerados como essenciais e básicos. De um modo geral, os maiores gargalos causadores da dificuldade do acesso a esses serviços básicos são o nível de renda, status social, etnia, filiação político-partidária, entre outros. É sabido que a construção de

capital social é viabilizado na medida em que toda uma comunidade tem suas necessidades atendidas independente da sua posição na sociedade e/ou ideologias.

O parâmetro estabelecido é que, quanto maior forem os problemas de acesso aos serviços, menor a possibilidade de existência de capital social.

Pode-se observar que, apesar de as políticas públicas em **Monteiro** terem sido direcionadas para uma melhoria na educação e saúde, ainda existem problemas de acesso a esses tipos de serviços, principalmente por parte das classes menos abastadas.

Concluimos pelas respostas dadas durante a entrevista, que alguns grupos têm mais facilidades em acessar esses serviços, demonstrando nesse sentido que não adianta simplesmente oferecer os serviços básicos, é importante também fazer chegar a quem de fato precisa. Nesse sentido, ainda há muito o que se fazer para diminuir a lacuna existente entre a população e a oferta de serviços básicos, demonstrando assim uma fraca disponibilidade para a formação do capital social.

Em **Serra Branca**, foi verificado que também se faz necessária a promoção de ações e políticas que favoreçam o acesso e reduza as barreiras aos serviços básicos oferecidos à população. Ficou clara a exclusão de parte da população a áreas como trabalho, educação e saúde, levando as pessoas a desenvolverem atitudes negativas em relação ao Estado, suas instituições e seus governantes, ocasionando, assim, uma menor existência do capital social nessa cidade. A inabilidade de se proporcionar, principalmente às camadas mais pobres os serviços básicos, inviabiliza a mobilização e participação da comunidade em ações de desenvolvimento do ambiente social e físico.

Diante das categorias analisadas na dimensão “**Redes e Organizações de Apoio Mútuo**”, pode-se concluir que Monteiro apresenta boas condições para construção e fortalecimento do capital social, uma vez que puderam ser observados resultados satisfatórios acerca da maioria das categorias: *Níveis de diferenças*, *Problemas decorrentes das diferenças* e *Disponibilidade de serviços*. Já Serra Branca mostra evidências e características negativas que inviabilizam a mobilização e participação da comunidade, em que foram constatados resultados positivos em apenas uma das categorias analisadas: *Problemas decorrentes das diferenças*.

4.1.4 Dimensão 4 - Ação Coletiva Prévia

A dimensão ação coletiva prévia tem por objetivo coletar três informações: o grau de ação coletiva, o tipo de atividades desenvolvidas coletivamente e uma percepção geral do

grau de iniciativa para cooperar e participar de ações coletivas. A utilidade desse indicador vem do fato de que na vasta maioria das localidades, a ação coletiva somente é possível quando há um nível significativo de capital social à disposição da comunidade, mostrando que o interesse privado não se sobrepôs à obtenção do bem público.

A ação coletiva é um aspecto importante da vida de uma comunidade em muitos países, embora os objetivos da ação possam diferir bastante. Em alguns países, a ação coletiva consiste basicamente em atividades comunitariamente organizadas para a construção e manutenção de infra-estrutura e para prestar os serviços públicos relacionados. Em outros países, a ação coletiva é mais politicamente orientada e utilizada basicamente como *lobby* junto a políticos eleitos para obter mais serviços para a comunidade.

1) A categoria “**Interação entre a comunidade e líderes políticos na solicitação de ações de desenvolvimento**” busca demonstrar que, para criar e reforçar capital social é necessária a aproximação focalizada nas relações entre a sociedade civil e o poder público, visando uma sinergia de esforços. Esta aproximação reflete a influência dos atores de desenvolvimento (estados, negócios e comunidades) para agir em prol do interesse coletivo. Essa categoria demonstra a necessidade da interação entre a comunidade e os líderes políticos em prol do desenvolvimento local.

Logo, quanto maiores forem as relações existentes entre a comunidade e as lideranças políticas, buscando soluções para o desenvolvimento local, maior será a existência de capital social.

De acordo com o resultado das entrevistas realizadas, assim como da observação dos pesquisadores na ocasião de visitas ao município, pôde-se verificar que, em **Monteiro**, as pessoas têm a devida compreensão de que é imprescindível uma interação entre a comunidade e o poder público. Isso pode ser verificado nas ações mais seguras, transparentes e previsíveis do Estado e do fortalecimento das iniciativas da comunidade, numa tentativa conjunta em buscar soluções para problemas existentes, assim como de fortalecer o desenvolvimento local. Resultado também confirmado pelo depoimento abaixo:

“Foi exatamente essa integração do gestor com os produtores. Teve também uma grande participação do governo e disparou a caprinovinocultura em Monteiro...”
(entrevistado 15).

No caso de **Serra Branca**, foi possível observar que a comunidade e o poder público não conseguem perceber de forma efetiva o real valor que a interação entre eles pode

trazer à comunidade como um todo. Quando existe algum tipo de ação com o intuito de beneficiar a comunidade, ocorre de maneira isolada e desvinculada de qualquer apoio do poder público, principalmente da prefeitura. Esta, por sua vez, ausentava-se inclusive de apoiar e/ou endossar iniciativas que surgissem de outros agentes.

Nesse sentido, pode-se perceber quão frágil é a interação entre a comunidade e o poder público no referido município e, por conseguinte, a possibilidade de geração de capital social advinda desta interação. Para confirmar essa análise colheu-se o seguinte depoimento:

“Durante muito tempo a gente se reuniu, segurando a semente, mas a gente ficava nas discussões, se o prefeito não se envolvesse não tinha como trabalhar... agora eu não tou mais participando, por que eu fiquei tão desapontada, os prefeitos dos outros municípios participando e o de Serra Branca não ia...” (Entrevistado 20).

2) Na categoria **“Formas de decisão relacionada a projetos de desenvolvimento”**, é possível verificar que, em projetos de desenvolvimento que usam capital social estrutural, os resultados e metas de desenvolvimento melhoram. Logo, quanto maior for o alcance das decisões coletivas, maior será a implementação das ações coletivas.

Nesta categoria o parâmetro utilizado é de que, quanto mais coletivas forem as formas de decisão relacionadas a projetos de desenvolvimento maior, também será a existência de capital social dessa comunidade.

A partir da observação realizada no município de **Monteiro**, assim como das respostas obtidas na aplicação dos questionários e das entrevistas realizadas, pôde-se constatar que no referido município é freqüente o interesse despendido, dos diversos atores, em buscar elaborar e decidir projetos de desenvolvimento de forma coletiva, o que possibilita que esses projetos obtenham maiores chances de sucesso, uma vez que haverá interação de idéias, opiniões, interesses e necessidades advindas das perspectivas dos diversos atores envolvidos. Confirma-se no depoimento abaixo:

“Tudo é decidido em conjunto, até por orientação nossa, cada um assume o seu compromisso, por que se um decidir sozinho os outros podem dizer que não participaram”.(entrevistado 15).

No que se refere ao município de **Serra Branca**, foi constatado, por meio das mesmas técnicas utilizadas em Monteiro, que as decisões, principalmente as que se referem aos projetos de desenvolvimento, acontecem de forma individualizada ou estão centralizadas à mercê da decisão de uma minoria. Dessa forma, pode-se observar a falta de interação entre os atores, no intuito de articular e implementar projetos de desenvolvimento que favoreçam a

comunidade como um todo. Assim, fica evidente a existência de um menor nível de capital social, fazendo com que os projetos de desenvolvimento tenham poucas chances de sucesso. Pode-se observar pelo depoimento colhido com um dos entrevistados:

“Solicitando desenvolvimento da comunidade pouca gente, a maioria tenta resolver seus problemas pessoais... A tradição é que o povo fica em casa de braços cruzados esperando o governo resolver seus problemas”. (entrevistado 22)

De acordo com os resultados obtidos através da realização desta pesquisa nas categorias avaliadas, pôde-se constatar que, na dimensão “Ação Coletiva Prévia”, o município que apresenta maior destaque é Monteiro. Essa conclusão é obtida devido à verificação de que nesta cidade, a comunidade se envolve na busca de criar um ambiente coletivo, em que primam pela interação mútua entre os membros, resultando assim num maior desenvolvimento local. Isto pode ser verificado em todas as categorias presentes nesta dimensão, em que o referido município apresenta-se adequado à construção do capital social. Em contrapartida, na cidade de Serra Branca, observa-se uma não disponibilidade quando o tema em questão é a ação coletiva prévia. Para confirmar este fato, nas duas categorias presentes – Formas de decisão relacionada a projetos de desenvolvimento e Interação entre a comunidade e líderes políticos na solicitação de ações de desenvolvimento –, tal localidade expõe as deficiências que a impedem de propagar o crescimento do capital social.

4.1.5 Dimensão 5- Capital Social Cognitivo

O capital social cognitivo é resultante de processos mentais reforçados pela cultura e ideologia de um grupo, mais especificamente, por normas sociais, valores, atitudes e crenças, que por sua vez, também contribuem para o comportamento cooperativo. Dentre esses valores incluem-se a **solidariedade**, a **confiança** e a **cooperação** e a vontade de **solucionar conflitos** que, compartilhados, favorecem o trabalho voltado para o bem comum dos indivíduos. As componentes do capital social cognitivo tornam os indivíduos mais predispostos ao comportamento cooperativo, pois, na medida em que são amplamente compartilhados, tornam a cooperação mais provável. Normas, valores, atitudes e crenças, que constituem a dimensão cognitiva do capital social, são os elementos que dão racionalidade à ação coletiva.

Solidariedade - O ponto relevante aqui deriva da possibilidade de que a efetivação dos laços de solidariedade pode promover a parceria entre os diversos atores na comunidade.

Logo, quando a solidariedade não se restringe apenas aos aspectos financeiros, mas também aos aspectos morais e culturais, entre as famílias, na vizinhança e nas instituições, agem como elementos facilitadores da cooperação voluntária.

1) Na categoria “**Apoio e Solidariedade**”, é demonstrado que atitudes de apoio e solidariedade agem como elementos facilitadores da cooperação voluntária, visto que os indivíduos passam a se relacionar com os outros, pelos laços sociais de cooperação, construindo espaços coletivos e despertando para a responsabilidade social e a solidariedade, elementos fundamentais para a construção de capital social. De um modo geral, a solidariedade abrange um sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, intenções e interesses das pessoas que cooperam.

O parâmetro a ser estabelecido será o de que, quanto maior for o nível de relacionamento entre as pessoas e as atitudes de apoio e solidariedade entre os membros da comunidade e destes com as instituições, maior será o nível de capital social.

A pesquisa realizada no município de **Monteiro** permite inferir a presença de laços fortes de solidariedade nas diversas ações realizadas pela comunidade como um todo. Como se sabe, a criação de redes de apoio e práticas de ação coletiva proporciona uma série de benefícios para uma localidade, na medida em que as pessoas passam a promover um crescimento conjunto, em que todos os envolvidos participam ativamente pela busca de alcançarem objetivos comuns. Com isso, o bom funcionamento de ações de apoio e solidariedade induz a decorrência de efeitos positivos e de influências sobre o desenvolvimento local.

Diante das considerações expostas acima e das percepções obtidas durante a entrevista, a presença de um considerável grau de cooperação entre comunidade e instituições reflete atitudes de solidariedade do povo desta comunidade, fazendo com que a mesma apresente pontos favoráveis à geração de Capital Social nesta categoria.

Em **Serra Branca**, diante dos resultados das entrevistas, fica evidenciada uma demonstração de ações de apoio e solidariedade entre os membros da comunidade, uma vez que os projetos de desenvolvimento que implementam na cidade contam com o apoio efetivo das pessoas do município, através de ajuda mútua e laços de confiança que tendem a fortalecer a construção de uma cidade cada vez melhor. Pode-se constatar, no entanto, que se faz necessário que alguém tenha a iniciativa de desenvolver algum projeto para assim contar

com a solidariedade de todos, visto que, de acordo com os entrevistados, a solidariedade é uma marca presente entre os membros da comunidade em estudo.

As conclusões sobre o município referentes a esta categoria permitem afirmar uma adequação do mesmo para o desenvolvimento e fortalecimento do Capital Social, designando a existência de padrões importantes para o seu estabelecimento.

Confiança e a Cooperação - A confiança é um conceito abstrato, difícil de medir, em parte porque pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes. Nesse caso específico, é centrada na confiança em geral (até que ponto se confia nas pessoas em geral), e em até que ponto se confia em tipos específicos de pessoas.

A confiança também é observada no contexto de transações específicas, tais como emprestar e tomar emprestado, na confiança em relação a vizinhos, provedores de serviços essenciais, participantes de um mesmo grupo e líderes políticos, e como essas percepções mudaram com o tempo. Isso porque o capital social se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais, prevalecendo com isso a cooperação sobre a competição. Essa interligação se dá pelo fato de que, a acumulação de capital social depende da capacidade de cooperação, que, por sua vez, depende do desenvolvimento nas pessoas, nos grupos e nas organizações de uma virtude social chamada confiança.

2) A “**Confiança**”. Nessa categoria é possível observar que a existência de laços de confiança mútua reforça os mecanismos de cooperação entre os habitantes e favorece o desempenho das instituições políticas. Isso significa que uma forte correlação entre confiança interpessoal e confiança nas instituições eleva também o nível de capital social de uma comunidade ou região.

No que se refere às teorias sobre capital social, a confiança generalizada importante é aquela relacionada com pessoas desconhecidas. Portanto, pode haver um problema de especificação quando os entrevistados respondem sobre confiança pensando em pessoas que já conhecem. É essencial que se dissemine a confiança dentro da sociedade civil, gerando externalidades positivas para a sociedade circundante, não se limitando às associações existentes ou aos grupos que são formados.

O ponto relevante aqui se refere ao fato de que a confiança é uma categoria de grande importância, por ser uma das partes essenciais do capital social, proporcionando uma comunidade integrada. Em verdade, há uma correlação benéfica no quesito confiança, pois

quanto mais os cidadãos participam em sua comunidade, mais eles aprendem a confiar uns nos outros, e, quanto mais confiam, maior a disposição para participar.

Nesse sentido, quanto maior for o nível de confiança demonstrada entre os diversos atores locais, maior também será a existência do capital social.

Na cidade de **Monteiro**, constata-se um bom relacionamento das pessoas e a presença de normas de reciprocidade que engrandecem e geram, por sua vez, certo acúmulo de capital social nesta categoria. Quanto às instituições e ao Estado, observa-se um envolvimento positivo de ambas as partes, favorecendo o desempenho das ações propostas pelas instituições e a aceitação e confiança das pessoas da comunidade. Porém, de acordo com a exposição dos entrevistados, torna-se perceptível que, na maioria das vezes, a confiança existente se dá entre pessoas que pertencem ao mesmo grupo, ou seja, para os quais já exista um grau de afinidade. Logo, é uma confiança denominada relacional, pois se baseia em pessoas conhecidas. Isso não quer dizer que não há uma promoção para a geração de capital social, porém, a confiança generalizada permitiria uma reciprocidade geral e facilitaria a ação coletiva de fato nesta localidade. Essa conclusão pode ser confirmada pelos depoimentos a seguir:

“No geral, eu acredito que as pessoas são honestas e confiáveis”. (entrevistado 1).

“Desde que for dentro de um grupo, existe a confiança”. (entrevistado 11).

Em **Serra Branca**, os estudos realizados e as percepções que foram obtidas permitem concluir que o grau de confiança ainda é muito baixo, e a interação com as instituições políticas sofrem conseqüências de um diálogo não favorável em períodos anteriores, ocasionando em problemas de um não entrosamento social e conseqüentemente um baixo nível dessa variável tão importante para o conceito de capital social. Logo, o envolvimento ainda iniciante com as instituições políticas, e a ausência de fato da variável confiança entre os membros da comunidade, tornam-se pontos negativos para a disseminação do Capital Social nesta categoria. O depoimento abaixo confirma essa conclusão:

“Em termos de emprestar, ninguém confia... o nível de confiança é regular...” (entrevistada 26).

3) “**(Níveis) de Individualismo**” – Nesta categoria, o individualismo não aparece como sendo algo bom para fortalecer o nível de capital social de uma comunidade, pois, por definição, capital social não pode ser construído individualmente. A formação do capital

social está condicionada à criação de uma rede de cooperação entre os atores sociais, a fim de que o individualismo seja substituído pela coletividade, permitindo conseqüentemente uma maior formação de sinergias. Pode-se, assim, afirmar que o capital social não deve ser concebido como atitude individual, mas como um atributo da sociedade.

Em função disso, quanto maior for o individualismo, menor será o nível de capital social dessa comunidade.

A partir da análise realizada no município de **Monteiro**, notou-se que a cidade mostra certa dificuldade de estabelecer de forma efetiva laços coletivos, os quais priorizam uma cooperação duradoura e o estabelecimento de relações que venham a favorecer a comunidade por inteira. Os entrevistados demonstram que ainda há um longo caminho a trilhar nessa direção, pois as pessoas apresentam um grau de individualismo consideravelmente acirrado.

As conclusões obtidas na pesquisa direcionam para uma inadequação na construção de uma identidade grupal, prevalecendo um grau de individualidade por parte das pessoas, ocasionando num baixo nível de capital social nesta categoria. Pode-se confirmar essa afirmação pelos depoimentos colhidos:

“Ainda paira a questão do individualismo muito acirrado, na questão do coletivo ainda é muito atípico”. (entrevistado 10)

“As pessoas têm como prioridade o bem estar da família, mas também não se descuidam do bem-estar da cidade”. (entrevistado 8)

Em **Serra Branca**, a situação encontrada é a de um individualismo nas relações existentes, em que, por mais que haja situações em que a comunidade procura se unir, na maioria das vezes essa união oculta objetivos e interesses próprios dos quais o coletivismo torna-se segundo plano. Logo, fica constatada a inexistência de fatores que contribuam para a propagação de um maior nível de Capital Social nesta categoria. Como também verifica-se pelos depoimentos abaixo:

“Existe o individualismo coletivo. As pessoas só buscam atender às necessidades da comunidade a qual faz parte, esquecendo da comunidade como um todo.” (entrevistado 18)

“Quase todo mundo pensa do mesmo jeito, a maioria se movimenta pelos interesses particulares, de egoístas, pelo individualismo. Não se dividem pelo debate acerca de políticas públicas, não se dividem por conta do conceito de mundo que cada um tem. Se dividem mais pelo fato de estarem, ou não se sentindo contemplados pelo poder, contemplados do ponto de vista individual.” (entrevistado 22).

4) Na categoria “**(Níveis) de Respeito e Atenção à opinião alheia**”, procura-se verificar o quanto importante é a opinião alheia e o respeito existente dentro de alguma rede horizontal ou vertical, homogênea ou heterogênea, formal ou informal.

O parâmetro é que, quanto maior for o nível de respeito e atenção à opinião alheia, maior será o envolvimento interpessoal desse grupo e, assim, maior será o nível de capital social.

A partir da análise feita na cidade de **Monteiro**, foi perceptível que há uma preocupação e um respeito quanto às diversas opiniões alheias. Esse é um fator de grande importância para uma convivência pacífica em toda e qualquer sociedade, visto que nem sempre as idéias das pessoas são harmônicas, ou seja, são adequadas umas às outras. Logo, esse será um diferencial para que o envolvimento interpessoal e institucional prevaleça e proporcione um ambiente favorável ao desenvolvimento.

De acordo com o exposto acima e o depoimento abaixo, pode-se afirmar uma disposição do município para a incorporação de técnicas facilitadoras para a variável Capital Social nesta categoria.

“As pessoas que fazem parte de alguma instituição escutam a opinião dos outros”.
(entrevistado 11).

Com relação a **Serra Branca**, a comunidade de um modo geral busca preocupar-se com as opiniões alheias dos indivíduos pertencentes a uma determinada rede, na medida em que os entrevistados deixaram transparecer a simples preocupação que existe com o que os outros pensam a seu respeito.

Isso permite a constatação de que nesta localidade há uma tendência ao interesse das idéias, pensamentos, ideais e opiniões do próximo, as quais favorecem diretamente numa efetiva construção do Capital Social na categoria em estudo. Verificado pelo depoimento a seguir:

“[...] as pessoas se preocupam muito com o que os outros pensam e falam ao seu respeito”. (entrevistada 22).

5) Na categoria “**(Nível de) Prosperidade**”, os economistas clássicos aceitavam que mais riqueza ou um aumento constante de rendimento coletivo de um país conduziriam a um maior bem-estar e a uma sociedade mais feliz. Porém, o bem-estar requer não somente a satisfação de necessidades básicas, mas também certas condições ambientais e internas que promovam para a vida uma relativa permanência e que a tornem sustentável e sólida. Estas

condições ambientais incluem, entre outras coisas, o grau pelo qual os indivíduos podem participar na determinação do seu próprio destino, seu acesso ao conhecimento, sua adoção de ideais e o prazer da liberdade para conquistá-los. As condições internas incluem a disposição interna de entidades individuais de adotar e perseguir os ideais e participar ativamente na promoção, na manutenção e na estabilidade do sistema ideal.

Neste sentido, ações de desenvolvimento promovidas pelas políticas públicas, balizadas pela participação de vários atores locais, caracterizam um nível alto de capital social de uma comunidade. Sendo assim, essa é uma categoria descrita como muito importante, principalmente porque coloca o capital social como a variável-chave para implementação bem-sucedida de políticas e programas públicos em contextos variados.

Nesse sentido, quanto maior o nível de prosperidade de uma comunidade, maior será o nível de capital social envolvido em ações que buscam a melhoria da sociedade como um todo.

É possível fazer algumas considerações importantes acerca da cidade de **Monteiro**, visto que, no quesito prosperidade, a mesma dispõe de características que a tornam promissoras nas ações desenvolvidas. As características que comprovam a afirmação acima se referem ao crescimento não só relacionado à maior posse das pessoas, mas principalmente ao quanto elas têm tentado evoluir no campo intelectual, aperfeiçoando-se gradativamente a fim de melhores espaços. Vale ressaltar que as entidades presentes no município dispõem de uma desenvoltura que propicia o desenvolvimento da mesma para a construção de uma sociedade próspera, na medida em que formam parcerias com demais instituições e juntas crescem em prol de objetivos comuns.

Com isso, pode-se verificar que a cidade mostra um bom nível de prosperidade, evidenciando assim uma forte existência de Capital Social nesta categoria.

Nessa categoria enquadrados o depoimento a seguir:

“O que desenvolve mesmo uma região é justamente o poder do empresariado e também a harmonia com o poder público... a prefeitura cumprindo suas obrigações em dia... em contrapartida, os empresários crescendo... criando novos empregos, novas oportunidades”. (entrevistado 11).

Na cidade de **Serra Branca**, a categoria “nível de prosperidade” tem apresentado alguns inconvenientes, que são consequência de políticas públicas anteriores marcadas por disparidades quanto aos objetivos dos governantes e da sociedade no geral. Essas disparidades que existiram foram fatores de impedimento para que as pessoas pudessem se desenvolver,

bem como para a eficiência das instituições políticas que, ao atuarem isoladamente, não conseguiram propor medidas que beneficiassem toda a comunidade. Embora esses fatos negativos tenham ocorrido em período anterior, a cidade hoje ainda sofre para conseguir se reerguer e atingir um nível de prosperidade ideal.

Embora essa situação esteja sendo revertida com a integração que há entre a nova administração e a sociedade, pode-se concluir que atualmente ainda existe uma indisposição da cidade para conseguir prosperar de fato, mostrando um baixo nível de Capital Social nesta categoria. Como demonstra o depoimento abaixo:

“Nos últimos cinco anos o município de Serra Branca quase que afundou, tem melhorado um pouco no último ano”. (entrevistado 26).

6) A categoria “**(Nível) de Aceitação**” expressa a idéia de que os líderes e as instituições são vistos como colaboradores fundamentais no processo de desenvolvimento local. Dessa forma, fica demonstrado o quão importante é a aceitação dos líderes, bem como das organizações por parte dos atores locais, para existência de um maior ou menor nível de capital social em uma comunidade.

Nesta perspectiva, pode-se inferir que, quanto maior for o nível de aceitação, maior será a legitimidade dos líderes e instituições, facilitando a cooperação e a ação coordenada, elevando assim o grau de capital social dessa comunidade.

Ao realizar a pesquisa e, a partir das inferências feitas acerca do município de **Monteiro**, fica evidenciado o fato de os líderes representarem de forma satisfatória a comunidade, visto que as pessoas interagem com as lideranças locais, a fim de que essa interação traga benefícios para ambas as partes. A existência de uma maior aceitação acarreta em uma série de fatores interessantes, dos quais os principais são a cooperação e a integração que poderá ocorrer. Os líderes afirmam serem promissores de ações que contribuem para o desenvolvimento local. Com isso geram parcerias com as demais entidades a fim de criarem alianças e firmarem um bom relacionamento com a população.

Logo, pode-se confirmar, diante do exposto acima, qualidades e características valiosas que facilitam a existência de Capital Social nesta categoria.

Em **Serra Branca**, percebe-se que há uma seleção de líderes que são considerados bem aceitos e estes têm a consciência de sua importância para a cidade. Porém, embora exista esse nível de aceitação dos líderes e instituições, prevalece uma acomodação por parte das pessoas em esperarem por ações das lideranças, não havendo um incentivo individual de cada um.

Essas considerações permitem inferir uma falta de coesão social e também uma escassez na disponibilidade de pessoas que se tornem líderes, pois os já existentes são comprometidos com o seu trabalho, além de serem uma minoria. Com isso, verifica-se um baixo nível de capital social nesta categoria.

Solucionar conflitos - Um importante aspecto do capital social relaciona a dinâmica de criação de conflitos e os mecanismos criados pelos membros da comunidade para resolvê-los. Onde existe um grande número de conflitos interpessoais, intergrupais, ou onde a comunidade é incapaz de resolver conflitos pacífica ou eficientemente, o capital social pode ser adversamente afetado. A confiança entre membros da comunidade pode ser afetada, assim como os laços de reciprocidade que podem enfraquecer.

As “comunidades” não são entidades coesas, mas antes se caracterizam por várias formas de divisão e diferenças que podem levar ao conflito. Sendo assim, esta subdimensão busca identificar a natureza e o tamanho desses conflitos e os mecanismos por meio dos quais eles são gerenciados, controlados e solucionados. No caso, investigam-se também como os membros da comunidade têm trabalhado com outras pessoas em sua comunidade, buscando reduzir ou resolver os conflitos existentes.

7) A categoria “**(Nível) de Conflito**” está fundamentada na disputa da posse da mesma coisa quando esta não pode ser possuída simultaneamente pelas várias partes que a querem possuir.

Trata-se de situação normal em qualquer sistema social e condição fundamental para o desenvolvimento, se o sistema dispuser de condições para a resolução dos conflitos. Podem existir os mais variados conflitos, desde os conflitos de valores aos conflitos de interesses, para não falarmos dos próprios conflitos territoriais.

A presença de conflito em uma comunidade é com freqüência resultado da falta de confiança, do grau de inclusão social, sendo um indicador do nível de coesão existente na comunidade.

Assim, quanto maior a existência de conflitos entre os membros de uma comunidade, menor será a possibilidade de existência de capital social.

Com base na aplicação do instrumento de pesquisa nas cidades de **Monteiro** e **Serra Branca**, foram questionadas as pessoas entrevistadas sobre a existência de conflitos na comunidade e o nível existente comparado a outras cidades. Foi observado, por conseguinte, que em ambos os municípios há uma pré-disposição para um controle acerca dos desentendimentos que podem surgir em toda e qualquer sociedade. O surgimento destes não

chega a ser causador de problemas maiores, ou seja, não provoca interferências no bom andamento do município. Essa análise sobre a categoria em estudo permite uma geração maior de Capital Social nos municípios pesquisados, sendo viabilizados pelo baixo índice de conflitos observados.

8) A categoria “**Engajamento**” está relacionada ao envolvimento das pessoas em atividades, partidos políticos, organizações, movimentos sociais, em que é possível verificar as formas pelas quais os membros de uma comunidade interagem em busca da promoção do desenvolvimento do município.

Dessa forma, quanto maior o engajamento dos membros da comunidade em ações que promovam o desenvolvimento coletivo, maior a possibilidade de existência de capital social.

De acordo com a pesquisa feita na cidade de **Monteiro**, percebe-se que há um incentivo às pessoas de se engajarem nas instituições presentes, principalmente por parte dos administradores locais (políticos) que assumem um papel importante na propagação de medidas eficazes que têm o intuito de fortalecer a interação da comunidade. As percepções obtidas mostram que a comunidade no geral percebe a importância de se criar laços de cooperação para que se desenvolva adequadamente, atentando para o fato de que o envolvimento dos diversos atores nos projetos locais tem maiores chances de obter resultados mais satisfatórios.

Diante disso, pode-se inferir uma propensão positiva para a difusão do Capital Social nesta categoria.

Ao analisar o município de **Serra Branca** e os resultados da pesquisa aplicada, pode-se afirmar que as pessoas estão procurando se engajar em projetos de desenvolvimento. Embora seja perceptível que esta intensidade ainda esteja em construção, há uma mobilização crescente para induzir as pessoas a se envolverem em assuntos referentes à sua cidade, visto que a atual instituição política vem promovendo uma comunicação favorável com a sociedade. As pessoas estão verificando que o engajamento pode resultar em mudanças que beneficiarão toda a comunidade e fortalecerão o empoderamento das mesmas, visto que ações em conjunto têm grandes chances de atingirem êxito e de promoverem mudanças nos diversos âmbitos, sejam eles sociais, culturais ou econômicos. Sendo assim, a comunidade apresenta características que tornam viáveis à construção do capital social na categoria em análise.

O estudo realizado sobre a dimensão “**Capital Social Cognitivo**”, o qual engloba as diversas categorias mencionadas acima, permite que se façam algumas inferências significativas. Em Monteiro, ficaram comprovadas bases essenciais que corroboram para um

alto nível de capital social, pois detém fatores imprescindíveis para sua presença efetiva. Como foi visto, das categorias evidenciadas, a cidade apresentou uma viabilização da variável em estudo em sete das dimensões que foram analisadas. Em oposição, Serra Branca teve baixos índices de sucesso no que se refere às variáveis consideradas pertinentes a esta dimensão, quais sejam: confiança, prosperidade e coletivismo, observando-se que em apenas quatro das categorias postas em análise (Apoio e Solidariedade, Nível de respeito e atenção à opinião alheia, Nível de conflito e Engajamento) foram verificadas características adequadas à disseminação do capital social.

4.1.6 Dimensão 6 - Perfil Organizacional

O perfil institucional ou organizacional está voltado para a vitalidade de redes comunitárias e da sociedade civil, que são resultados de um ambiente institucional, legal e político. Com isso, o objetivo geral desse perfil é acessar as características internas das organizações locais específicas e delinear o relacionamento e as redes que elas têm com outras organizações.

O capital social tem sido analisado no sentido de tentar demonstrar que, quanto mais confiança recíproca existe entre indivíduos, grupos e instituições na busca e promoção de bens comuns, maiores são as possibilidades de desenvolvimento de padrões participativos, e maior ainda será a possibilidade de contribuir para o fomento efetivo e eficaz das organizações. Sendo isso consequência da qualidade das instituições formais existentes em uma sociedade, além da eficiência e transparência que elas detêm.

Para tanto, a presença de instituições deficientes em sociedades caracterizadas pela desigualdade social propicia as bases do crescimento da corrupção, de uma burocracia lenta e de uma supressão das liberdades civis, limitando assim o avanço econômico de um país.

De um modo geral, esse perfil tem o intuito de avaliar as origens das organizações e o desenvolvimento, que abrange a questão histórica e o contexto de comunidade, longevidade e sustentabilidade; a qualidade de sociedade, argumentando-se as razões pelas quais as pessoas se unem e o grau de inclusão da organização; a capacidade institucional, que se refere à qualidade da liderança e participação na cultura organizacional e capacidade organizacional; e também o acoplamento institucional.

- **Origens e desenvolvimentos**

Está relacionado ao modo como a organização foi criada, quais foram os responsáveis, com quais tipos de atividades ela tem se envolvido, de que modo a organização mudou suas estruturas e propósitos, quais os tipos de ajudas que recebeu de fora, enfim, questionamentos relacionados às origens e desenvolvimentos de uma organização.

1) A categoria **“mudanças nas estruturas e propósitos da organização”**, tem o objetivo de verificar se as organizações mudaram suas estruturas e propósitos ao longo de sua existência.

O parâmetro a ser utilizado é o de que, quanto mais flexível for a estrutura da organização, maior a possibilidade de capital social.

Essa categoria torna-se importante devido ao fato de que organizações burocráticas, que incorporam um modelo de gestão baseado na rigidez, tem uma dificuldade maior de se adequarem ao ambiente organizacional vivenciado. Com isso, as mudanças dentro das instituições passam a não existir através de uma permanente presença de líderes anteriores e apresentação de uma mesma estrutura, em que na maioria das vezes os membros que fazem parte não têm oportunidade de se posicionarem e exporem as suas idéias, impedindo, assim, a propensão para a questão do capital social.

Deste modo, constatamos que, em **Monteiro**, as organizações representativas, ao longo de suas existências, passaram por processos de mudanças e adequações quanto às suas estruturas. Buscando adaptarem-se às mudanças advindas da própria comunidade, as instituições procuram a promoção de bem comuns, tentando estar o mais próximo possível daqueles que representam. Percebe-se, a exemplo da COOPERCOU, que foi uma das instituições que por várias vezes teve suas estruturas reavaliadas e reorganizadas para melhor representar as necessidades de seus cooperados, que em Monteiro as organizações propiciam estruturas flexíveis objetivando estarem, o mais próximo possível, das reais necessidades e mudanças exigidas pelo ambiente externo. Sendo assim, essa categoria apresenta respostas positivas ao fortalecimento do capital social.

No que tange a **Serra Branca**, pode-se inferir, pelas entrevistas e visitas às várias organizações ali presentes, que essas não fizeram grandes alterações em suas estruturas, permanecendo grandes períodos no mesmo formato inicial, não procurando se adaptarem às mudanças ocorridas no ambiente externo. Com exceção da Associação Mantida por Pais e Amigos da Educação – AMPARE, que, por várias vezes, modificou suas estruturas buscando consolidar-se como representante de um grupo voltado para questões relacionadas a trabalho e

renda, as demais instituições permanecem apáticas ao que acontece ao seu redor, servindo apenas a interesses momentâneos e particulares. Logo, no que se relaciona a essa categoria, nessa cidade verifica-se uma fraca disposição ao fortalecimento do capital social.

2) A categoria “**tipo de ajuda organizacional**” busca verificar quais os tipos de apoio que as organizações receberam de fora, para contribuir com o seu crescimento e desenvolvimento. Esse apoio pode ser obtido das mais diversas fontes, como: apoio de governo, fontes não governamentais, dos próprios fundadores e também de parceiros.

O parâmetro a ser utilizado baseia-se no seguinte fato: quanto maior for a ajuda de instituições externas, maior a existência de capital social.

A viabilização do capital social será favorecida no momento em que as organizações perceberem o quanto é propulsor de mudanças o cooperativismo e o associativismo gestor, uma vez que se torna bastante difícil optar por uma cultura de auto-desenvolvimento e auto-ajuda em meio ao ambiente organizacional turbulento e às dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelo nosso país, além do fato de que a interação, quando transformada em projetos estratégicos, contribui significativamente para o desenvolvimento das organizações como um todo.

Verifica-se nas duas cidades, **Monteiro** e **Serra Branca**, que as organizações pesquisadas, buscando enfrentar os desafios impostos e garantir a sua sobrevivência, tornaram-se acessíveis ao apoio externo. A maioria das instituições recebeu ajuda financeira de parceiros, outras instituições ou membros da comunidade. Essa abertura mostra que essas instituições não estão presas a pensamentos antiquados que não devam receber contribuição de fora do meio a que pertencem. Pelo contrário, mostra uma capacidade de poder se trabalhar a cooperação em um sentido mais amplo, o de fora da fronteira a que pertencem. Nesse sentido, observa-se a capacidade de fortalecimento do capital social à medida que se ampliam as relações existentes entre as instituições locais e outras externas.

- **Capacidade Institucional**

A capacidade institucional de uma organização está relacionada a atividades específicas, como crédito ou especialização, supervisionar e contratar consultores, preparar relatórios financeiros para bancos e governos, entre outras. As mudanças circunstanciais como as de governo passam a ser um desafio para o desenvolvimento de planos específicos com relação ao futuro.

3) A categoria “**participação organizacional**”, está relacionada ao surgimento de organizações cooperativas, que têm como objetivo primordial, a construção do coletivo, através de laços de cooperação entre os membros que as compõem, e responsabilidade social, elementos fundamentais para que as mesmas representem de forma eficaz os seus espaços sociais. Como se sabe, num bom funcionamento de uma organização participativa, existe a decorrência de efeitos positivos e de influências sobre o desenvolvimento local.

O parâmetro a ser utilizado para esta categoria é o de que, quanto mais participativas forem as relações entre os membros nas organizações, maior a possibilidade de capital social.

Sendo assim, é essencial que exista nas organizações uma diversificação entre as pessoas e um espírito participativo, uma vez que, as mesmas desenvolvem idéias, valores, comportamentos, conhecimentos e estruturas de poder de atuação diferenciadas. Daí, um dos grandes desafios do capital social estar em criar um sistema de relações sociais nas organizações, que se estruturam a partir das necessidades, intenções e interesses individuais das pessoas, sem que prejudiquem ou afetem o propósito maior que é a participação de todos dentro das instituições.

Tomando como base as respostas obtidas nos questionários aplicados, observa-se que em **Monteiro** é forte a participação das pessoas nas organizações às quais pertencem. Observou-se que, a exemplo do que acontece no Centro de Desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinocultura – CENDOV, os membros buscam entender e discutir o que é o negócio, o que são as regras, as normas, os normativos e os procedimentos de sua instituição, buscando consolidar projetos dentro daquilo que se é discutido pela organização. Dessa forma, nessa categoria, comprova-se uma forte tendência à acumulação do capital social do município.

No caso de **Serra Branca**, pode-se observar, pelas respostas obtidas nos questionários aplicados, que a participação nas organizações ainda é muito frágil, acontece mais por uma iniciativa do governo, do que uma iniciativa ativa da comunidade, comprovando nessa categoria uma tendência negativa na acumulação do capital social do município.

4) A categoria “**capacidade das organizações para conviver com conflitos**” está relacionada com a forma que as organizações têm para lidarem com divergências de idéias, ideais e formas de trabalho entre seus associados e/ou funcionários, assim como com possíveis atribuições advindas do ambiente externo.

O parâmetro utilizado para essa categoria é que, quanto maior a transparência e a participação das organizações para resolver conflitos, maior será a possibilidade de geração de capital social.

Sabe-se, entretanto, que o capital social pode ser viabilizado no momento em que as divergências existentes nas organizações são direcionadas no sentido de buscar certa sinergia com seu ambiente interno e externo em prol do desenvolvimento.

Com base na análise dos questionários aplicados, pode-se verificar que em **Monteiro** as organizações atuam com transparência, buscando resolver seus problemas através da participação de todos os membros que a compõem, mostrando forte tendência à criação de capital social.

Da mesma forma, em **Serra Branca** verifica-se que as organizações também atuam com transparência, na busca de solucionar seus problemas com a participação do maior número de participantes possíveis, o que evidencia forte tendência à criação de capital social.

Em ambas as cidades, constatamos um processo sempre conjunto na busca da resolução dos problemas do grupo, as reuniões, as discussões sempre são abertas buscando uma maior transparência nas decisões quanto ao que deve ser melhor para o grupo.

5) A categoria “**capacidade e competência das organizações**” diz respeito à forma de como as organizações buscam desenvolver atividades especializadas e também reagir a mudanças circunstanciais a fim de encontrar novas formas de atuação e de desenvolvimento.

O parâmetro a ser estabelecido para esta categoria é de que, quanto maior a capacidade e competência das organizações no que se refere às atividades especializadas, maior é a possibilidade de geração, acumulação e expansão de capital social.

Essa categoria faz-se importante à medida que a geração de capital social pode ser favorecida a partir do fortalecimento das organizações por meio do fomento de atividades especializadas, uma vez que as tornam mais fortes para reagir a mudanças externas e internas.

De um modo geral, em **Monteiro**, de acordo com aplicação dos questionários, pode-se afirmar que existe uma boa capacidade organizacional em se especializar em determinadas atividades, buscando dividir tarefas como busca a crédito, novos mercados, etc. O motivo principal apontado para a escolha desse modelo se dá pelo fato de que assim a instituição pode se fortalecer de forma que mudanças de governo não alterem em nada a continuidade dessas instituições. Mostra-se, com isso, nessa categoria, a tendência à construção de capital social.

Já em **Serra Branca** pode-se perceber, analisando os questionários, que é baixa a especialização nas organizações, ou seja, a maioria das instituições não possui capacidade/especialidade técnica para, por exemplo, buscar novos recursos. O que nessa categoria evidencia a pouca disponibilidade para o fortalecimento do capital social.

- **Lideranças**

O conceito de liderança está voltado para a habilidade de influenciar pessoas para trabalhar entusiasticamente, visando atingir os objetivos e identificá-los como sendo para o bem comum. A liderança, para que ajude na construção do capital social, não pode ser pela autoridade, e sim para construir uma evolução daquela entidade, sociedade ou comunidade. Sobre o papel da liderança, é preciso separar e entender bem que dirigente é o que dirige, e o líder orienta e estimula o potencial máximo do ser humano.

Porém, o exercício da liderança é um processo contínuo e dinâmico, algumas vezes bem-sucedido e outras vezes nem tanto, que requer reforço e manutenção cotidiana. Há, portanto, um caráter provisório na liderança. Neste caso, é se mostrar e ser visto enquanto representante comunitário que consolida e intensifica a “áurea” que lhe atribui a capacidade de influenciar de alguma forma o destino da comunidade e de conduzir ou solucionar as demandas locais. Em certo sentido, para ser um representante local é necessário demonstrar ter tal capacidade. Entretanto, não basta “aparecer” na comunidade: a interação com a comunidade é caracterizada por expectativas e exigências.

Assim, os representantes devem estar à altura de responder pelo que é almejado, na medida em que a sua legitimidade depende diretamente da retribuição em forma de conquistas e resultados, ou pelo menos, esforço ou capacidade para tal.

6) A categoria “**liderança organizacional**” procura verificar o compromisso das lideranças da comunidade na mobilização do capital social como estratégia para o desenvolvimento sustentado do município.

Quanto mais compromissada com as práticas coletivas e incentivos à participação for a forma de atuação das lideranças organizacionais, maiores as chances de manutenção e crescimento do capital social.

Sendo assim, no que diz respeito à liderança organizacional, tanto em **Monteiro**, como em **Serra Branca** pode-se perceber, pelos questionários aplicados, que existe uma mudança constante entre os líderes, e que essa mudança depende muito do perfil dos membros do grupo, mostrando, com isso, uma maior participação e representabilidade do líder em relação ao grupo a que pertence. Logo esse fator mostra uma tendência ao fortalecimento do capital social nesses municípios.

No geral, percebe-se na dimensão “**Perfil Organizacional**”, que, na cidade de Monteiro, as instituições formais, atuam com eficiência e transparência, o que ocasiona maior confiança entre indivíduos, grupos e instituições, e entre estes e os indivíduos. Esta interação e atuação conjunta permitem a promoção de bens comuns e o fomento efetivo e eficaz das organizações, viabilizando a existência de capital social. Esta análise pode ser comprovada pelo resultado positivo que o referido município obteve em todas as categorias.

Já Serra Branca apresentou características pertinentes e favoráveis à propagação do capital social em apenas três de um total de seis categorias que compõem esta dimensão, quais sejam: *Tipo de ajuda organizacional, Capacidade das organizações para conviver com conflitos e Liderança Organizacional*. Este fato mostra que as instituições não atuam de forma eficiente e transparente, assim como não buscam meios que promovam sua interação com a comunidade, de forma a integrá-la, e, juntas, promoverem o bem comum.

4.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos com a realização desta pesquisa estão discriminados a seguir (quadro 4), tomando como referência cada uma das dimensões do capital social, propostas pela metodologia do Banco Mundial e pelas categorias criadas, conforme explicitada nos procedimentos metodológicos da pesquisa.

DIMENSÕES	CATEGORIAS	PARAMETROS (+/-)	
		MONTEIRO	SERRA BRANCA
Apoio Comunitário	Participação das pessoas nas instituições locais	+	-
	<i>Participação por gênero</i>	+	-
	<i>Participação por faixa-etária</i>	-	-
	<i>Participação por estado de emprego</i>	+	+
	Nível de organização da comunidade	+	+
	Mobilização das pessoas/instituições para resolução de problemas	+	-
	Programas/instituições envolvidas na geração de desenvolvimento local	+	-
Capital Social Estrutural	Infra-estrutura	+	+
	<i>Participação do líder</i>	+	-
	<i>Diferença entre os membros-Diversidade</i>	+	+
	Influência dos líderes	+	-
Redes e Org.de Apoio Mútuo	Níveis de diferenças	+	-
	Problemas decorrentes das diferenças	+	+
	Disponibilidade de serviços	+	-
Ação Coletiva	<i>Problemas de acesso a serviços</i>	-	-
	Interação entre a comunidade e líderes políticos na solicitação de ações de desenvolvimento	+	-
Prévia	Formas de decisão relacionada a projetos de desenvolvimento	+	-
Capital Social Cognitivo	Apoio e Solidariedade	+	+
	Confiança	+	-
	Níveis de Individualismo	-	-
	Níveis de Respeito e Atenção à opinião alheia	+	+
	(Nível) de Prosperidade	+	-
	(Nível) de Aceitação	+	-
	Nível de Conflito	+	+
Engajamento	+	+	
Perfil Organizacional	Mudanças nas estruturas e propósitos da Organização	+	-
	Tipo de ajuda organizacional	+	+
	Participação organizacional	+	-
	Capacidade das organizações para conviver com conflitos	+	+
	Capacidade e competência das organizações	+	-
	Liderança organizacional	+	+

Quadro 4 - Resultado Geral da Análise de Conteúdo

Fonte: Dados da Pesquisa (2006)

A partir dos resultados explicitados, pode-se considerar que a intensidade de capital social na cidade de Monteiro é maior do que em Serra Branca. Foram consideradas as diversas dimensões e variáveis para medir o capital social num território, assim como as categorias contempladas quando da aplicação da técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam que, na cidade de Monteiro, do total de 31 categorias, 90% podem ser consideradas positivas, tomando como referência os parâmetros para avaliação das variáveis do capital social. No que se refere a Serra Branca, 39% das categorias são consideradas positivas, o que equivale a uma diferença de 51 pontos percentuais a mais de intensidade de capital social da cidade de Monteiro.

Para melhor compreensão da análise dos resultados, cada dimensão foi observada individualmente.

De uma forma geral, nas categorias relacionadas com a dimensão **Apoio Comunitário**, a cidade de Monteiro obteve pontuação positiva em sua maioria, exceto na categoria Participação por faixa etária, já que ficou evidenciado que existe uma retração quanto à junção de pessoas de diferentes idades, no que se refere a se reunirem e se tornarem parte de algum tipo de associação.

Comparando as duas cidades, Monteiro tem 57% a mais das categorias da dimensão avaliadas positivamente em relação a Serra Branca. Dessa forma, pode-se concluir que Monteiro mostrou ser mais suscetível à construção de capital social do que a cidade de Serra Branca, já que esta obteve, na maioria das categorias analisadas, parâmetros negativos, demonstrando com isso certa fragilidade na existência ou construção do capital social do município.

No caso da dimensão **Capital Social Estrutural**, a diferença é de 50% entre os municípios, pois a cidade de Serra Branca apresenta dois parâmetros positivos: *Infra-estrutura* e *Diferença entre os membros - Diversidade*, o que demonstra a existência de locais para promover reuniões da comunidade e o fato de as pessoas pertencerem a famílias, religiões, gêneros, partidos políticos, ocupações, faixa etária e nível educacional diferentes, o que facilita uma maior interação entre elas, fator que auxilia para a formação do capital social. Porém, Serra Branca ainda é superada por Monteiro, pelo fato de, nesse último, haver lideranças locais mais participativas que influenciam nas decisões, que funcionam como um agente multiplicador, obtendo-se, assim, uma resposta mais rápida por parte da sociedade no que se refere à construção do capital social. Logo, comparando-se mais uma vez as duas cidades, Monteiro aparece como possuidora de mais características que viabilizam a existência de uma maior quantidade de capital social em relação a Serra Branca.

A diferença entre as dimensões e categorias relacionadas a **Redes e Organizações de Apoio Mútuo** é de 50%. Foi observado que ambas as cidades pesquisadas possuem um ponto negativo, qual seja, o relativo a *Problemas de acesso a serviços*, entre eles o acesso a educação e a saúde. Com isso, uma parte da população desenvolve uma visão negativa do Estado, suas instituições e seus governantes, ocasionando assim deficiência na construção do capital social nessas cidades. Nas demais categorias da dimensão analisada, Monteiro apresenta maiores condições de construção e fortalecimento do capital social que Serra Branca, pois, no que diz respeito aos *Níveis de diferenças, Problemas decorrentes das diferenças e Disponibilidade de serviços*, a primeira cidade apresenta pontos positivos nos parâmetros definidos.

Para a dimensão **Ação coletiva prévia**, a diferença encontrada foi a mais significativa, pois Monteiro obteve 100% a mais de pontos positivos que Serra Branca. Isto mostra que há um nível significativo de capital social à disposição da comunidade em Monteiro, diferentemente de Serra Branca que mostra baixo poder de agir coletivamente em prol do bem comum.

A dimensão **Capital social cognitivo** é composta por um número maior de categorias e subcategorias em relação às demais dimensões, e tem como foco observar valores como: a solidariedade; a confiança; a cooperação e a vontade de solucionar conflitos que, compartilhados, favorecem o trabalho voltado para o bem comum dos indivíduos. Pode-se observar na comparação entre as duas cidades pesquisadas, que a diferença para o município de Monteiro equivale a 37%, o que corresponde à menor das diferenças de todas as dimensões.

Verifica-se, portanto, que Serra Branca possui alguns dos componentes do capital social cognitivo, porém, Monteiro mostra possuir mais elementos que tornam os indivíduos mais predispostos ao comportamento cooperativo. Nesse sentido, pode-se afirmar que as normas, valores, atitudes e crenças existentes na cidade de Monteiro mostram a existência de uma maior predisposição ao capital social.

Na dimensão **Perfil Organizacional**, pôde-se perceber que Monteiro mais uma vez aparece com maior número de pontos positivos, 67% a mais em relação a Serra Branca, demonstrando assim, maior qualidade das instituições formais existentes, além da eficiência e transparência que as mesmas detêm. Isto ocasiona a existência de confiança entre indivíduos, grupos e instituições na busca e promoção de bens comuns e o fomento efetivo e eficaz das organizações.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Com base no estabelecido no problema de pesquisa e objetivos deste trabalho, os quais buscam explorar a relação entre o papel e importância do capital social para a geração do desenvolvimento local sustentável, a partir da necessidade de práticas coletivas e democráticas, utilizou-se do conceito de capital social. Este foi relacionado às diversas formas, condições e possibilidades de interação, parceria e cooperação entre as instituições, entre as pessoas e entre as instituições e as pessoas, a partir de existência de práticas de reciprocidade e relações de confiança entre eles.

Em função disso, o capital social representa uma variável importante para a viabilidade do desenvolvimento, considerando que, mostra as diversas formas e condições para se estabelecer as ligações existentes entre as estruturas (econômicas, sociais, institucionais e ambientais, etc.) e os indivíduos na construção do desenvolvimento.

Neste sentido, torna-se preponderante o envolvimento do maior número possível de atores sociais, em especial, os representantes das instituições públicas e privadas, e os agentes produtivos, buscando conciliar os interesses da sociedade civil e do poder público de forma convergente, contribuindo com a geração da cidadania de forma deliberativa e participativa.

Diante do explicitado, pode-se dizer que os conceitos, modelos e abordagens do capital social adquirem importância vital, considerando que as práticas democráticas e participativas representam uma condição essencial para discussões mais consistentes e possibilidades de decisões, com menor risco, a partir do maior envolvimento e consenso dos participantes.

Neste contexto, procurou-se responder o seguinte problema de pesquisa: Quais as influências do capital social na execução de políticas e ações voltadas para a promoção do desenvolvimento local sustentável?

A partir dos resultados obtidos com a realização da pesquisa, pôde-se perceber que o município de Monteiro apresenta maior intensidade de capital social, o que contribuiu para o êxito da experiência do DLIS aplicada na localidade. Pode-se verificar que o DLIS contribuiu para a geração do desenvolvimento local a partir da mobilização coletiva da sociedade, gerando, com isso melhores condições para aproveitar e viabilizar as múltiplas vocações do município, assim como o envolvimento direto das instituições públicas e privadas na localidade e os agentes produtivos locais. Esta situação criou uma sinergia entre

ambas e a geração de aprendizado, fruto do convívio democrático, representativo e deliberativo dos atores sociais, a partir de ações em parceria e de cooperação, reforçada permanentemente pela intensidade e formas de relações sociais mantidas.

Situação inversa ocorreu na cidade de Serra Branca e isto pode ser justificada pelo baixo índice de capital social, em especial quanto às variáveis e categorias relacionadas às dimensões: Apoio Comunitário, Capital Social Estrutural, Ação Coletiva Prévia e Perfil Organizacional. Neste caso, as ações para a viabilidade do DLIS na cidade ocorreram muito mais em função de iniciativas pessoais de algumas lideranças locais, sem que houvesse ações específicas de mobilização da sociedade.

Sabe-se, entretanto, que é de fundamental importância a influência e participação das lideranças locais, principalmente da instituição maior – Prefeitura, para articular e consolidar os diversos projetos que possam viabilizar o desenvolvimento de uma dada localidade, como explicitado pela metodologia do Banco Mundial (QI-MCS), a qual enfatiza em suas diversas dimensões (Capital Social Estrutural, Ação Coletiva Prévia e Perfil Organizacional.) e categorias a contribuição do líder. Dessa forma, a importância atribuída às variáveis relacionadas ao papel das lideranças locais, tanto das instituições, como de pessoas que são referência em ambas as cidades pesquisadas, são influenciadas pelo engajamento da maior liderança local, assim como da comunidade por inteiro, o que é um dos princípios do capital social, constituindo-se, assim, numa variável central para a viabilização das ações para promoção do desenvolvimento local e sustentável.

Na pesquisa realizada, fica bem evidenciado que, no caso de Monteiro, houve efetivo envolvimento e participação direta do poder executivo local, no sentido de mobilizar e envolver a sociedade civil nas discussões e deliberações do DLIS, ao contrário da cidade de Serra Branca.

Nessa pesquisa, pode-se concluir que as políticas não verticalizadas, aplicadas com um prévio envolvimento e reciprocidade das comunidades atendidas, apresenta-se como uma ação decisiva na reestruturação sócio-econômica de uma região ou localidade, pois o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativa dos atores locais em torno de um projeto coletivo. Do contrário, com a implantação de políticas verticalizadas, provavelmente o desempenho não se traduz num efetivo desenvolvimento, já que a comunidade não aceita a mudança da estrutura social, econômica e cultural local, pois comumente um grupo entende que o “estranho” não conhece suas reais necessidades.

Fica evidente, depois das análises dos resultados, que o *Capital Social* funciona como um determinante para a promoção do desenvolvimento local sustentável, na medida em

que as diversas dimensões e categorias estabelecem entre si uma interação e uma relação de causalidade (causa e efeito).

No caso das duas cidades analisadas, foram observados os problemas e as potencialidades locais. Daí que um mesmo projeto, posto em prática em uma região por inteiro, pode apresentar em seus resultados, uma defasagem de acordo com uma maior ou menor cumplicidade da comunidade local. Este fato deve-se à forma diferenciada que determinados projetos são implementados nos diversos municípios, recebendo influências externas e internas dos diversos atores, desencadeando ou não a elevação das oportunidades, o dinamismo econômico e o aumento da qualidade de vida de forma sustentável.

À luz do conceito de *Capital Social*, pode-se afirmar que Monteiro possui maiores evidências da existência de sinergias que envolvem, de forma conjugada e descentralizada, organismos locais, estaduais e federais voltados a propósitos e interesses comuns. A experiência bem-sucedida de desenvolvimento local ocorrida nesta cidade decorre de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização e, principalmente, por uma convergência importante dos atores sociais do município em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento.

Neste sentido, o resultado representa uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade. O contexto cívico representa o modo de funcionamento das instituições, na medida em que o ideal de comunidade cívica é atingido quando os interesses da comunidade e a forma de atuação das instituições caminham paralelamente em busca do bem comum. Assim, pode-se inferir que prevalece neste município uma elevada virtude cívica, em que predominam a honestidade, a confiança e observância da lei, em decorrência de sua herança histórico-cultural, representada por círculos virtuosos, os quais redundam no equilíbrio social e conseqüentemente no bem-estar coletivo.

No caso do Pacto Novo Cariri, a integração por interesses e ações comuns, conduzidas com competência e cooperação na cidade de Monteiro, criou beneficiários generalizados e processos mútuos conjugados atendendo as necessidades de todos, demonstrando assim, a força que tem o capital social daquela localidade.

Alguns exemplos podem ser citados:

- As cadeias produtivas da ovinocaprinocultura que em forma de redes associativas nas atividades leiteiras, do couro e, mais recentemente, da carne, proporcionaram um ambiente para a formação de arranjos produtivos de amplitude regional, com capacidade de trocas e geração de ocupação e renda

local e intermunicipal, baseada na capacidade de melhorar, de modo incremental, os conhecimentos e habilidades locais, do saber do trabalho e da organização das pessoas.

- A incubadora de Agronegócios do Cariri Paraibano – IACOC, que é uma organização criada para disponibilizar condições favoráveis à consolidação de pequenos empreendimentos do Agronegócios, proporcionando formas educativas para a vivência empresarial. Esta incubadora visa apoiar a transformação de produtores em empresários por meio do apoio à capacitação tecnológica, gerencial e ao acesso ao mercado.
- Organização das rendeiras em redes associativas e o resgate da memória de tal ofício, através de capacitação, em renda renascença, de 389 novas artesãs estruturadas em oficinas escolas.
- Desenvolvimento do artesanato através do projeto mosaico com a capacitação e geração de oportunidades de negócios para 141 jovens.
- Organização e desenvolvimento do projeto Educação Empreendedora junto à rede de ensino municipal.
- Estruturação de atividades culturais no município, a exemplo de grupos de danças folclóricas, teatro, artes plásticas, bandas de música e museus.
- Divulgação das características e traços culturais do município como forma de geração de novas oportunidades empresariais.

Pelas iniciativas empresariais e comunitárias acima elencadas, e diante da análise das dimensões do capital social, nota-se um cenário favorável às ações voltadas ao desenvolvimento local e sustentável da cidade de Monteiro.

Já em Serra Branca possui pontos positivos importantes no que diz respeito ao Capital Social, porém, apresenta-se com várias restrições e possibilidades de desenvolvimento futuro, o que merece um aprofundamento maior no que tange à definição da problemática e potencialidade geral da realidade deste município. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento local deverá assumir como meta elevar a participação e as oportunidades sociais, como também promover a viabilidade e competitividade de sua economia, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegure a conservação dos recursos naturais.

Apesar de apresentar pontos que fragilizam a promoção de atividades empreendedoras e comunitárias, pode-se verificar em Serra Branca, exemplos positivos, tais como:

- O resgate e melhoramento do artesanato de louceiras como atividade econômica e artesanal que gera renda para mais de 53 mulheres.
- A mobilização dos grupos de jovens que preservaram as tradições culturais da cidade.
- Definição e estruturação dos roteiros turísticos para o município e tipologias prioritárias: Turismo rural; Eco-turismo; Turismo histórico; Turismo arqueológico e Turismo paleontológico, buscando o desenvolvimento sustentável do turismo.

Sabe-se, entretanto, que o desenvolvimento local sustentável se faz com investimentos e aproveitamento das potencialidades e diversidades de cada localidade, para a promoção do que os atores sociais têm uma responsabilidade fundamental. No caso de Serra Branca, percebe-se que a cidade necessita de uma reestruturação das bases econômicas, assim como na organização social. Isto só é viabilizado por meio da mobilização das energias da sociedade, explorando suas capacidades e potencialidades, além de sua articulação e integração com o setor público, que, como expressão da vontade dominante entre os atores sociais, deve aumentar sua importância no desenvolvimento local, ao contrário do que ocorreu com a implantação e o desenvolvimento do *Pacto Novo Cariri*.

Nas duas cidades pesquisadas, pode-se ainda acrescentar que se constituiu como ponto fundamental para promover o desenvolvimento local as tomadas de posição e decisão que os prefeitos visualizaram em prol da disseminação de ações promotoras do bem-estar da comunidade.

Pode-se então concluir que Monteiro aparece como experiência bem sucedida na implantação de projetos e ações de Desenvolvimento local, pois, nesta cidade, verifica-se a existência de agrupamentos humanos – *capital social*, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Diante disto, o comprometimento das partes, a adequada utilização dos recursos naturais e das competências institucionais, aliado à iniciativa privada e à organização da sociedade civil, certamente conduziram às mudanças acertadas e aos resultados obtidos.

Logo, se pode dizer que, quanto menor o capital social e a cultura cívica das pessoas, menor será o desenvolvimento da região. A recíproca é, igualmente, verdadeira:

quanto maior o acúmulo de capital social e maior a cultura cívica, maior será o desenvolvimento.

Fica então confirmado o explicitado no referencial teórico do trabalho, no qual todos os autores referenciados apontam que a superação da pobreza e das desigualdades sociais nos países subdesenvolvidos só será alcançada a partir de uma maior consolidação da democracia, com a participação mais efetiva e articulada entre Estado, mercado e sociedade. A criação de condições para esta participação é uma construção conjunta entre todos os atores.

No caso brasileiro, as dificuldades para a criação destas condições são maiores, pois decorrem de sua herança histórica de formação social e política, assim como de outros aspectos: a sociedade civil dispõe de poucos, e muitas vezes desestruturados, campos de atuação; dificuldades dos agentes políticos de pôr em prática formas mais flexíveis de gestão; e um setor privado altamente concentrado e com pouca tradição de participação.

Neste processo, novas formas de atuação irão se desenrolar e diversas parcerias e formas de participação interinstitucional serão experimentadas, em especial no que diz respeito à nova maneira de contribuição estatal nesse processo. Esta contribuição deverá ser tanto mais consistente quanto maior forem os graus de relacionamentos institucionais alcançados, possibilitando uma forma organizativa flexível capaz de integrar e gerar fluxos de comunicação necessários à participação e à atuação conjunta.

A realização da pesquisa e seus respectivos resultados deixa explícita a possibilidade de sua reaplicação, desde que ressaltado, o fato de que para a utilização dos procedimentos metodológicos adotados neste estudo é necessária a realização de novas adaptações para o contexto específico dos novos estudos e pesquisas.

Vale ressaltar que os resultados alcançados com a realização desta pesquisa representam uma visão que continua em processo de discussão e aprimoramento acerca da consistência dos procedimentos metodológicos utilizados para avaliar o capital social, assim como da fidedignidade dos resultados obtidos. Considerando-se que o tema capital social redonda em um amplo campo de pesquisa, o qual envolve múltiplos tipos de conceitos, abordagens, modelos, dimensões e variáveis, avaliam-se as infinitas possibilidades de interações e relações sociais, responsáveis pela criação, existência e consolidação de capital social numa dada localidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios – repensando o desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1998, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: MDA/Nead, 1998.

AGENCIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO - AED. 2004

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional e desenvolvimento regional**. Brasília: Edições IPEA, 1999. texto para discussão n. 630.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Setenta, 1994.

BANCO MUNDIAL. **World Development Report 2000-2001**. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: 2000.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial – 1997: o estado em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

BARQUERO, Marcello. **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Rio Grande do Sul: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J.G. (Comp.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Nueva York: Greenwood, 1985. FLAP, H. D.; DE GRAAF, N. D. Social Capital and Attained Occupational Status. **The Neaderlands` Journal of Sociology** v.22, p.145-161.1986

BOURDIEU, P. Le capital social. Actes de la Recherche, 3, 1980. In: FRANCO, Augusto. **Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy**. Instituto de Política, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.31, p.2-3, 1980.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. 2.ed. Brasília: IICA, 2000.

CÂNDIDO, G. A. **A Aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável e os níveis da competitividade sistêmica**: Um estudo comparativo entre regiões produtoras de calçados no Brasil. 2004. Tese (concurso professor titular) Departamento de Administração e Contabilidade do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande da Universidade Federal de Campina Grande. 2004

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTILHOS, D.S.B. **Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2002. 172 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, vol. 94, S. 95-120, 1988a. In: FRANCO, Augusto. **Capital Social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy. Instituto de Política, 2001.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v.94 Supplement, 1988, p. 95-120.

COLEMAN, James. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press. 1990.

COLEMAN, J. The creation and destruction of social capital: implications for the law. *Journal of Law, Ethics and Public Policy*, vol. 3, pp. 375-404, 1988b. In: FRANCO, Augusto. **Capital Social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy. Instituto de Política, 2001.

DURSTON, J. **Que és el capital social comunitário?** Santiago de Chile, CEPAL, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DE FRANCO, Augusto. O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável. In SILVEIRA, Caio Márcio; DA COSTA REIS, Liliane (orgs.). **Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias**. Rede DLIS/RITS, p. 153-162. Brasília. 2000.

DELNET. Programa de Desenvolvimento Local. Organização Internacional do Trabalho - OIT. 2002

EVANS, Peter. State-Society Synergy. Government and social capital in development. Berkeley: IAS, 1997.

FLORES, Margarita; RELLO, Fernando. "Capital social: virtudes y limitaciones". In: ATRIA, Raul et al. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de um nuevo paradigma**. Santiago de Chile: CEPAL/Universidad del Estado de Michigan enero de 2003. p. 203-227.

FRANCO, Augusto. **Ação local: a nova política da contemporaneidade**. Brasília: Ágora. Instituto de Política, Fase, 1998.

_____. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

_____. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy**. Instituto de Política, 2001.

_____. **Pobreza & desenvolvimento local**. Brasília: ARCA, Sociedade do Conhecimento, 2002.

_____. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Harvard University Press, 1990. p. 300-320.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. Simpósio Internacional de Gestão Pública, Desenvolvimento e Cidadania. Ijuí/RS, 2002.

FUKUYAMA, F. **Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity**. Nueva York: Free Press, 1995.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança, as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GIANSANTI, Roberto. **O Desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 1998.

GIDDENS, Antony. **A terceira via**: reflexões sobre impasse político atual e o futuro da social democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, mai/jun1995, p. 20-29.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, Nov. 1985.

_____. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n.6, p. 1360-1380, May. 1973.

GROOTAERT, C; BASTELAER Van T. **The role of social capital in development: an empirical assessment**. Cambridge University Press, 2002.

HANIFAN, Lyda Judson. **The Rural School Community Center**. Annals of The American Academy of Political and Social Science 67, 1916. p. 130-138.

JACOBI, P. R. **Espaços Públicos e Práticas Participativas na Gestão do Meio Ambiente no Brasil**. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, Editora UnB, n. 18, p. 315-338, 2003.

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. Nova York: Random House, 1961.

LOURY, Glenn. A Dynamic Theory of Racial Income Differences. In: WALLACE, P.A; LE MUND, A. Women, Minorities and Employment Discrimination. Lexington, Mass: **Lexington Books**, chapter 8, 1977.

_____. Why Should we Care About Group Inequality. **Social Philosophy and Policy**. 49, p. 843-867, 1987.

LIMA, J. C., A Teoria do capital social na análise de políticas públicas. **Política & Trabalho** 17, Set. p. 46-63, 2001 - 2005.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 11, n. edição esp, p. 95-113, 2004.

MELO NETO, F. de P.; FROES, C. **Empreendedorismo Social**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MILANI, Carlos R. S. **Democracia e governança mundial**: Que regulações para o século XXI? Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

MOURA, L. A. A. **Qualidade e gestão ambiental**. Sugestões para implantação das normas ISO 14.000 nas empresas. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

NARAYAN, D. Social Capital: **Implications for Development Theory - Research, and Policy**. World Bank Research Observer, 2000.

NOVAES, R. **Desenvolvimento sustentável na escala local**; a ‘Agenda 21 Local’ como estratégia para a construção da sustentabilidade. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia). IFCH Unicamp. 2001.

PROGRAMA de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano. SEBRAE/PB. 2000.

PROGRAMA de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos URBIS. IPHAN / Ministério da Cultura. Folder Institucional. Brasília, 2000, p. 2.

PROJETO DLIS. Agência de Educação para o Desenvolvimento. 2004.

PUTNAM, Robert D. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life”. **The American Prospect**, n.13, 1993.

PEREZ, Technological change and opportunities for development as miving target. Artigo apresentado na UNCTAD X – higt-level Round Table on Trade and Development: Directions for the Twenty-first Century, Bangkok, 12 February 2000, apud Brasil: o estado de uma nação.

PORTES, Alejandro. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Review of Sociology**, n.24, p.1-24, 1998.

PUTNAM, Robert. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, Spring, p. 35-42, 1993a.

PUTNAM, Robert. **Making democracy Work**: Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993b.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PUTNAM, Robert. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, vol. 6, no. 1, p. 65-78, 1995. In: FRANCO, Augusto. **Capital Social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy. Instituto de Política, 2001.

RATTNER, Henrique. Prioridade: construir o capital social. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/rattner>>. Acesso em 2002.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 2005.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. Nosso futuro comum . Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: da Fundação Getulio Vargas, 1988.

REVISTA SEBRAE. Cooperação: A gente faz mais trabalhando juntos. 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Schwarcz LTDA, 1999. 409p.

SENHORAS, Eloi M.; TAKEUCHI, Kelly P. **A gestão pública entre a competição e a solidariedade**: Desvendando as estratégias do desenvolvimento local. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA – SEGET, 2, 2005. **Anais** 2005.

SILVA, T. F., **Por que desenvolvimento local**, Arquivo capturado via internet, URL <http://www>, em 30/junho/2000.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **Democracia na América**, várias edições. (1835-1840).

TRIVINOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)